



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ANTONIO MARCOS SILVA DE ALBUQUERQUE

**TERRITÓRIO MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA RURAL EM SANTO ANTÔNIO DO
TAUÁ/PA**

BELÉM-PA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ANTONIO MARCOS SILVA DE ALBUQUERQUE

**TERRITÓRIO MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA RURAL EM SANTO ANTÔNIO
DO TAUÁ/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território. Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

BELÉM-PA

2018

ANTONIO MARCOS SILVA DE ALBUQUERQUE

**TERRITÓRIO MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA RURAL EM SANTO ANTÔNIO DO
TAUÁ/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

BELÉM-PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da
Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

A345t Albuquerque, Antonio Marcos Silva de
Território Municipal e Gestão Pública Rural em Santo Antônio do Tauá Pará / Antonio
Marcos Silva de Albuquerque. — 2018
123 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - 1, , Universidade Federal do Pará,
Belém, 2018. Orientação: Prof. Dr. Gilberto de Miranda
Rocha

1. Município. 2. Território . 3. Autonomia administrativa. 4. Poder público. I. Rocha,
Gilberto de Miranda, *orient.* II. Título

**TERRITÓRIO MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA RURAL EM SANTO ANTÔNIO DO
TAUÁ/PA.**

ANTONIO MARCOS SILVA DE ALBUQUERQUE

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

27 de março de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará
Examinador Interno

Prof. Dr. Mateus Monteiro Lobato
Examinador Externo

RESUMO

A proposta de dissertação aqui apresentada tem como objetivo concentrar estudos envolvendo o território rural municipal de Santo Antônio do Tauá, Mesorregião Metropolitana de Belém, Nordeste do Estado do Pará. A questão central vincula-se às transformações neste espaço e a capacidade do poder público em gerir seus recursos disponíveis e, assim, promover o desenvolvimento local considerando suas condições econômicas de ocupação humana baseada no setor primário. No cerne do debate residem as dinâmicas que afetam esta área e que, com efeito, se impõe enquanto desafios à gestão pública municipal e sua capacidade de se estabelecer mediante a descentralização política adotada pela constituição de 1988, a qual abriu espaço para uma atuação das populações locais sobre as questões mais significativas presentes em suas realidades. Porém, as evidentes constatações *in loco* dão conta de que o setor de forte tradição agrícola municipal de pequeno porte padece de certo declínio, mesmo que este ainda apresente uma produtividade agrícola de destaque atualmente no estado do Pará. Com vistas à elaboração de uma leitura acerca desta realidade serão apropriados dados secundários obtidos junto IBGE, além dos números fornecidos por outras fontes ligadas a este setor econômico. Enfim, a leitura teórica geográfica aqui lançada sobre esta unidade administrativa vai avalizar a discussão do território enquanto base socioprodutiva e abrir possibilidade para se entender os resultados dos processos variados que vêm se impondo sobre o espaço rural de Santo Antônio do Tauá intervindo diretamente na sua capacidade de desenvolvimento local.

Palavras Chave: Município; território; autonomia administrativa; poder público

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to concentrate studies on the municipal rural territory of Santo Antonio do Tauá, Metropolitan Meso-region of Belém, Northeast of the State of Pará. The central question is related to the transformations in this space and the capacity of the public power in manage its available resources and thus promote local development considering its economic conditions of human occupation based on the primary sector. At the heart of the debate are the dynamics that affect this area and, in fact, it imposes itself as challenges to municipal public management and its capacity to establish itself through the political decentralization adopted by the 1988 constitution, which opened space for a work of the populations. The most significant issues present in their realities. However, the evident findings *in loco* account for the fact that the sector of strong small municipal agricultural tradition, suffers from a certain decline, even though it still presents a prominent agricultural productivity in the state of Pará. With a view to the elaboration of a reading about this reality will be appropriate secondary data obtained with the IBGE, in addition to the figures provided by other sources linked to this economic sector. Finally, the geographic theoretical reading here on this administrative unit will support the discussion of the territory as a socio-productive base and open the possibility to understand the results of the various processes that have been imposed on the rural area of Santo Antônio do Tauá intervening directly in its capacity Local development.

Keywords: County; territory; administrative autonomy; public power.

LISTA DE SIGLAS

ADEPARÁ – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Pará

CEASA - Central de Abastecimento do Pará

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LARC - Laboratório de Representação Cartográfica

NUMA - Núcleo de Meio Ambiente

SAGRI - Secretaria de Estado de Agricultura

SEMA-SAT - Secretaria Municipal de Agricultura de Santo Antônio do Tauá

CAR – Cadastro Ambiental Rural

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Santo Antônio do Tauá, Localização.....	55
Mapa 2: Território tauaense: área insular e área das colônias agrícolas.....	58
Mapa 3: Santo Antônio do Tauá: uso e ocupação do território, 1965.....	62
Mapa 4: Santo Antônio do Tauá, uso da terra segundo o Cadastro Ambiental Rural - (CAR)	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Densidades demográficas rural na Região do Salgado, 1970.....	60
Gráfico 2- Concentração populacional na região do salgado, 1970.....	61
Gráfico 3- Tauá/Região do Salgado, Produção Agrícola: culturas temporárias, 1970.....	63
Gráfico 4- Tauá/Região do Salgado, produção agrícola: culturas temporárias, 1970.....	65
Gráfico 5- Santo Antônio do Tauá, Produto Interno Bruto Municipal, 2013.....	68
Gráfico 6- Santo Antônio do Tauá, População Total, População Rural e Urbana, 2000 – 2010.....	70
Gráfico 7- População Urbana, Rural e População Total Entre Alguns Municípios da Mesorregião Metropolitana de Belém, 2010.....	70
Gráfico 8- Santo Antônio do Tauá, lavoura temporária e horticultura: ranking estadual, 2014.....	72
Gráfico 9- Santo Antônio do Tauá: Culturas permanentes, (T/ano) ranking estadual, 2014.....	73
Gráfico 10- Santo Antônio do Tauá - Produção agrícola: Culturas permanentes – (T/Ano), 1999/2015.....	73
Gráfico 11- Santo Antônio do Tauá, Produção Agrícola: Algumas Culturas Temporárias, 1970.....	75
Gráfico 12- Santo Antônio do Tauá: Principais culturas perenes e temporárias (T/ano), 1970.....	77
Gráfico 13- Santo Antônio do Tauá, Produção Agrícola - (T/Ano): Culturas Temporárias, 1999/2015.....	79
Gráfico 14- Santo Antônio do Tauá, Produção Agrícola: Culturas Temporárias, 1970.....	81
Gráfico 15- Santo Antônio do Tauá - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado), 2015.....	84
Gráfico 16- Santo Antônio do Tauá, Produto Interno Bruto per capita 2010 – 2013.....	86
Gráfico 17- Produto Interno Bruto (Valor Adicionado), entre os 6 menores municípios da mesorregião metropolitana de Belém, Pará e Brasil, 2015.....	87
Gráfico 18- Santo Antônio do Tauá, Extração vegetal/açaí, 1999/2015.....	92
Gráfico 19- Santo Antônio do Tauá - Produção agrícola: Culturas permanentes – (T/Ano), 1999/2015.....	102
Gráfico 20- Santo Antônio do Tauá- Produção Agrícola: Culturas Permanentes – (T/Ano), 1999/2015.....	104

Gráfico 21- Santo Antônio do Tauá, produção agrícola, (T/Ano): culturas temporárias, 1999/2015.....	106
Gráfico 22- Santo Antônio do Tauá - Produção da pecuária municipal.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Santo Antônio do Tauá, produção agrícola: culturas permanentes, 1970.....	63
Quadro 2- Tauá-Vigia, produção granjeira, 1970.....	64
Quadro 3- Santo Antônio do Tauá, desempenho da olericultura municipal.....	108

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela forma como permitiu que as coisas boas se realizassem, cada uma dentro de seu tempo, sem as inúmeras aflições, que no decorrer da vida são trazidas pela ansiedade em demasia.

Meus agradecimentos a minha família pela capacidade de entender toda a abdicação que, às custas dos momentos de lazer, se fez frequente.

Igualmente quero agradecer à minha esposa Aline, sempre compreensiva e companheira nas horas de dedicação sobre as demandas deste trabalho.

Agradeço aos amigos e parentes que tantas vezes tiveram paciência em ficar me ouvindo quando, repetidamente, eu repassei os detalhes deste projeto como forma de dar vazão aos pensamentos e/ou reflexões sobre o mesmo.

Não posso deixar de agradecer aos professores como o Dr. Christian Nunes que, no curso de meus momentos preparatórios ou de efetiva demanda acadêmica, me ajudaram com suas contribuições essenciais. Em especial ao professor Dr. Gilberto Rocha (orientador), com o qual produzi esta ideia original, dei andamento e avancei a fim de adquirir outros patamares de trabalhos e da produção científica em si.

Agradeço ao professor Dr. Estevão Barbosa, com quem dividi propostas, somei informações, para obter material e sugestões variadas essenciais a esta dissertação.

Agradeço aos amigos de curso, com os quais dividi momentos produtivos e/ou descontraídos, onde elaborei e reelaborei ideias em meio a tantas possibilidades soltas.

Quero também agradecer aos amigos bolsistas do LAERC/NUMA e em especial ao amigo Daniel Sombra, cuja produção cartográfica que brotou por entre muitos “cliques” de mouse serviu para integrar meu trabalho.

Agradeço a secretária Cléo, cuja prontidão em comunicar, orientar e protocolar, cumpriu sua obrigação com muita dedicação e competência no PPGEU/UFPA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O MUNICÍPIO ENQUANTO UNIDADE GEOGRÁFICA DE ESTUDO, GESTÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL	18
1.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UMA RELAÇÃO INERENTE ENTRE SOCIEDADE E ESPAÇO. 23	
1.2 O MUNICÍPIO ENQUANTO RESULTADO DE UM PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO. 23	
CAPÍTULO 2 - O MUNICÍPIO E A QUESTÃO DA GESTÃO LOCAL	31
2.1 SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ: FORMAÇÃO HISTÓRICA	45
2.2 AS TERRAS TAUAENSES NUM CONTEXTO AMAZÔNICO DE OCUPAÇÃO	48
CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO TAUAENSE E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS PÓS 60 (EMANCIPAÇÃO POLÍTICA)	54
3.1 TERRITÓRIO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS 58	
CAPÍTULO 4 - TERRITÓRIO TAUAENSE E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS PÓS 90. (MUNICIPALIZAÇÃO)	67
4.1 A CULTURA DA MANDIOCA NUM BREVE CENÁRIO MUNICIPAL DE HOJE 78	
4.2 TERRITÓRIO INSULAR TAUAENSE, ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA ATUAL 88	
4.3 TERRITÓRIO E GESTÃO PÚBLICA (RURAL) TAUAENSE PÓS 1990 93	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
OUTRAS CONSIDERAÇÕES (FINAIS) SOBRE ALGUMAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO TAUAENSES	114
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

O debate territorial nesta abordagem terá o município de Santo Antônio do Tauá (PA) enquanto escala de análise, onde o mesmo ganhará contornos administrativos e de gestão pública enquanto dimensão de abordagem para se entender as transformações no seu setor econômico primário.

O reconhecimento das realidades locais enquanto legítimas representações sociais tornaram estas unidades administrativas uma nova área de referência para a ação do Estado e a regulação das políticas públicas, de acordo com Rocha (2016). Os municípios nessa perspectiva passam a deter o plano político de realização do aproveitamento de seu potencial natural e humano, tendo, portanto, fundamentalmente uma obrigação de promover seu próprio desenvolvimento sustentável local.

A estruturação da abordagem aqui proposta se fará por meio de alguns recortes temporais, períodos através dos quais será possível analisar o processo de formação do território em questão, assim como as características socioeconômicas daí resultantes. Desta feita, o contexto da década de 1960, será analisado levando-se em conta a estrutura socioprodutiva de uso e ocupação do território, considerando-se que este será o ambiente de emancipação política de Santo Antônio do Tauá.

Na etapa consecutiva, a ênfase será ao papel econômico da agricultura enquanto base de avaliação da gestão pública municipal sobre um território, cujas particularidades já terão sido apresentadas. Sendo assim, a abordagem espacial fundamental desta discussão, estará centrada numa base produtiva que se estabeleceu ao longo de um período e se tornou uma das principais características territoriais tauaenses.

Nesse processo serão reconhecidos dois espaços municipais onde se desenvolveram os distintos padrões territoriais de ocupação de Santo Antônio do Tauá, no primeiro o extrativismo e a pesca ainda são marcantes (porção estuarina), porém, essas atividades têm pouco destaque na atual conjuntura econômica municipal, enquanto noutro extremo, o setor agropecuária pode ser considerado a prática responsável pelo uso do território através do qual se desenvolveu Santo Antônio do Tauá, além deste representar o principal setor econômico local do contexto recente.

O questionamento principal que se pretende responder aqui é: A gestão pública municipal deste local se apropriou devidamente das possibilidades abertas pela municipalização no intuito de planejar o espaço agrário tauaense? Quais as consequências relativas ao padrão produtivo, e a realidade dos pequenos agricultores locais? Tais indagações figuram enquanto

cerne deste trabalho, respostas que se buscar-se-á por meio de análises de dados variadas contidos no âmbito das transformações socioeconômicas desse município, encontrados tanto na fase, logo posterior à sua emancipação política, quanto no contexto da municipalização, momento em que será dada especial atenção ao planejamento oficial contido nos instrumentos legais de intervenção pública municipal.

Portanto, neste debate reside a atuação da gestão local enquanto uma política de caráter descentralizada que assume, neste contexto a função de lidar com as intensas imposições transformadoras resultantes das forças de mercado que chegam aos lugares. Trata-se de uma reorganização das formas de elaboração das políticas territoriais que apontam para um crescimento das esferas de poder público, onde as prefeituras se destacam enquanto estruturas de mediação para a efetivação das ações onde também se inserem os atores da sociedade civil - “o retorno do território” - discutido por Milton Santos apud Rocha e Teisserenc (2006).

As respostas que se espera obter por meio deste estudo territorial de Santo Antônio do Tauá, dentre outras, serão procuradas no desempenho produtivo municipal representado pelos padrões de culturas e os números agrícolas dentro dos contextos analisados. Nesta perspectiva se procederá avaliações quantiquantitativas sobre o comportamento demográfico municipal, enquanto reflexos de possíveis transformações em curso no seu espaço primário e suas relações aos demais setores econômicos tauaenses.

Essa abordagem terá como ponto de referência teórica, o território enquanto instrumento de ordenamento municipal, numa análise de como o poder público tem exercido a gestão dos recursos disponíveis e distribuídos em suas fronteiras enquanto condições econômicas herdadas. Daí a necessidade de uma leitura acerca deste conceito enquanto instrumento de respaldo analítico quando da avaliação da atuação política do poder público, na forma de agente indutor do processo geral de uso e ocupação territorial.

Existe à leste das terras tauaenses (à direita da PA-140), marcas de um padrão de uso e ocupação do território, que evidenciam as práticas agrícolas associadas a um processo de colonização marcado pelas rodovias. Essas são as dinâmicas responsáveis pelo surgimento do núcleo populacional que veio a se tornar a sede do município onde atualmente o comércio se destaca numa paisagem urbana muito comum às cidades deste porte na região amazônica. Onde um setor econômico mais dinâmico se estrutura e se concentra, justamente na via terrestre principal que trouxe seus primeiros ocupantes pelo continente, diferente das comunidades insulares que se organizaram, originalmente, tendo nos rios seus únicos meios de circulação.

Em muitas destas comunidades estuarinas tauaenses, o cenário do setor pesqueiro já se mostra desfavorável há muitos anos, padecendo dentre outras coisas, de uma contínua baixa de

produtividade. Segundo alguns moradores locais, atualmente não é possível sobreviver exclusivamente desta prática como fonte de renda e, a obtenção de peixe de maior qualidade, só é possível no comércio da sede municipal (produto originário da cidade de Vigia).

Embora se tenha constatado que outras atividades produtivas venham gradativamente se desenvolvendo nas terras insulares, estas ainda não dão conta de compensar inteiramente as fragilidades relatadas.

Por outro lado, o setor de tradicional produção agrícola da faixa da PA-140, tem na atividade econômica familiar, sua essência socioprodutiva de uso e ocupação do território, à qual ainda se debita boa parte do volume das exportações municipais dos dias de hoje. Nesse espaço, as contínuas imposições do mercado, tiveram notória consequências no padrão produtivo das pequenas propriedades, com reflexos imediatos na ausência de algumas culturas que aí já tiveram ocorrência frequente enquanto produtos de subsistência.

Sendo assim, é possível perceber os processos de rearranjos espaciais ocasionados pela consequente integração desse município ao contexto econômico da área de influência, em que Belém do Pará é o grande centro. As transformações em questão lançam sobre as condições gerais de autogestão e auto-organização local, os desafios de uma administração pública de capacidade reativa frente às inevitáveis imposições produtivas externas que chegam aos lugares.

Para Giddens (1991), existe um espaço aberto entre as injunções de mercado, ditados pelas normas globais, onde pode ocorrer a participação dos povos locais. Segundo este autor: a relação entre o global e o local não se dá como uma relação unidirecional, mas como conexões de mútua influência. Na esteira dessas grandes mudanças é que as unidades municipais seguem como territórios de sujeição às forças globais transformadoras que ora desarticulam suas bases socioprodutivas locais, mas que, por outro lado, também podem favorecer o surgimento de novas perspectivas em meio a tais processos.

No caso do município em questão, é certo que sua possibilidade de buscar perspectivas de desenvolvimento local sustentável, reside em parte, nas condições oferecidas por sua relação de proximidade com a capital paraense, fato constatado por Valverde e Dias (1967), quando tais autores destacam a vantagem da presença das terras tauaenses na área do projeto de colonização influenciada pela Rodovia Belém-Brasília.

Sob tal circunstância a periodização adotada para esta abordagem de Santo Antônio do Tauá, tem na sua trajetória de uso e ocupação do território posterior a 1960, a primeira fase de estudos municipais, efetuados, especialmente sobre os dados de sua produção agrícola no contexto da antiga região do Salgado. Este primeiro momento de efetiva independência política vai durar 30 (trinta) anos, até a fase posterior a 1990, a partir de quando os dados econômicos

municipais serão avaliados frente às perspectivas de uma dinâmica transformadora onde também se torna importante a participação de uma gestão descentralizada.

Este é o município de Santo Antônio do Tauá em termos espaciais, duas dimensões de um processo e ocupação resultante da consolidação de um modelo de circulação rodoviária na Amazônia, a qual além de dinamizar o circuito econômico dos novos núcleos urbanos, também fez decair algumas áreas de antiga conexão hidroviárias na região.

O município de Santo Antônio do Tauá obteve sua emancipação política em 1961, quando, também foram recriados e criados no estado do Pará novos municípios, “tais como: Benevides, Bonito, Capitão-Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Primavera, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo e São Félix do Xingu”, segundo Tavares (2008, p.71). A maioria destes municípios, portanto, segundo esta autora, são espaços cujas origens têm em comum, a forte influência da rodovia Belém-Brasília e suas vicinais.

Em que pese o singular contexto nacional de criação de tais municípios, em especial, no que tange ao papel das rodovias como meio de circulação que assumirá a responsabilidade pelo incremento demográfico e os rearranjos espaciais daí decorrentes, cada unidade territorial mencionada, de certo que guardará suas especificidades remontando aos processos socioprodutivos particulares pelos quais se dará o desenvolvimento econômico de cada um. Junte-se a isso seus aspectos político-administrativos e, teremos os elementos centrais para uma abordagem de estudos municipais, ondes os quais estes representarão unidades territoriais distintas, quanto a forma de gestão e organização interna destes territórios.

Sendo assim, o estudo aqui apresentado se propõe a fazer uma abordagem da dinâmica de desenvolvimento econômico rural de Santo Antônio do Tauá, reunindo para esta análise sua configuração espacial, enquanto elementos de uma herança socioprodutiva histórica assim como seu desempenho no contexto das últimas décadas (autonomia administrativa), sobre uma unidade territorial cuja economia primária precisa buscar seu lugar dentro da dinâmica econômica da Mesorregião Metropolitana¹ de Belém do Pará.

¹ Área que passou a ser denominada em junho de 2017 de Região intermediária de Belém, “considerando as mudanças ocorridas na dinâmica econômica do mundo, a inserção do Brasil nos circuitos mundiais, as novas polarizações globais, e tendo em vista, ainda, que o território brasileiro vem passando por intenso processo de transformação, que precisa ser identificado em sua diversidade, é oportuna a construção de um novo modelo de divisão regional para o País” (IBGE, 2017. p.18).

CAPÍTULO 1- O MUNICÍPIO ENQUANTO UNIDADE GEOGRÁFICA DE ESTUDO, GESTÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL.

As implicações das transformações políticas na relação da sociedade e no território são discussões que crescem no âmbito da geografia, cujos conceitos são chamados ao debate nesse primeiro capítulo. A descentralização administrativa se amplia no território nacional não apenas como um fato ou uma decisão constatada na esfera política dentro do sistema Federalista brasileiro, isto também se estende ao novo significado que as populações e os poderes locais podem assumir nesse cenário. Por isso o território e a territorialidade ganham tamanha relevância na abordagem conceitual que a geografia faz do município enquanto escala de percepção das dinâmicas de várias naturezas nas quais ele está inserido.

É assim que Santo Antônio do Tauá obtém dimensão de totalidade no debate em questão, pois na medida em que seu espaço rural é portador dos mecanismos de reprodução de uma sociedade capitalista, este também é parte do global nas dimensões dos rearranjos socioprodutivos que apresenta.

A tomada do município enquanto Ente Federativo, qualifica a autonomia como mérito intergovernamental e abre espaço para uma perspectiva de desenvolvimento mais coerente na forma de se respaldar nas iniciativas políticas pautadas pelas demandas locais. Por outro lado, as estruturas socioprodutivas territorialmente organizadas são fundamentos basilares para um planejamento nos moldes da coerência mencionada, pois a dinâmica de organização do território se expressa no peso de sua novidade e de suas heranças, e se apresenta como unidade e diversidade nas etapas históricas que lhe concede vida (SANTOS, 2006).

Essa discussão é na verdade a necessária exposição do desafio que a natureza da autonomia político administrativa impõe ao ritmo da produção social pertinente ao território municipal. O desenvolvimento local, segundo Santos (2006), quando da sua leitura do território usado, é antes de tudo sua própria estrutura apresentada como herança e como potencial do presente; essa estrutura é parte do alicerce material de onde o planejamento econômico territorial poderá tomar direção. Portanto, esse autor adverte para a devida preocupação com o contexto específico quanto aos usos que se fazem do território e mediante a necessidade de compreensão do mesmo:

Entretanto uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global

[...] (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.21).

O planejamento local requer meios materiais prévios para que uma administração municipal tenha bases relativamente consistentes na qual possa assentar determinado modelo de gestão do território. A unidade pode ser constatada nas próprias bases produtivas constituídas ao longo do tempo e, sua diversidade corresponde às práticas econômicas particularmente estabelecidas pela sociedade ao longo do território municipal. Por outro lado, as dinâmicas da produção, circulação e consumo determinarão o papel que o próprio espaço expressará dentro das relações que estabelece com outros locais.

Como assinalado por Santos (2012), as transformações são continuamente responsáveis por trazer o movimento do mundo para as frações menores do espaço, por isso estas determinações sociais são parte de um fluxo que denota mudanças na própria significação do lugar. Desta feita, segundo o mesmo autor, a própria dinâmica da produção, circulação e consumo, funcionam como um viés temporal de relação das proporções menores (lugar), com as dimensões do espaço em que está inserido. E por inserção entendem-se os laços inexpugnáveis entre sociedade e a produção, o que para Santos, é responsável pela essência evolutiva da própria sociedade.

É desse modo que o espaço se apresenta enquanto portador dos inúmeros processos produtivos historicamente depositados pela sociedade sobre si.

Os rebatimentos locais das transformações socioeconômicas que se desenrolaram no Brasil nos últimos tempos têm seu lugar de destaque, os municípios. Essas unidades administrativas respondem aos anseios dos grupos sociais que emergem por meio de tais transformações, ganham força e investem no direito de exercer sua influência sobre tais locais movidos por razões de natureza diversa. Sobre esse tema, Rocha (2009, p.5) conclui que “a criação de novos municípios representa, em certo sentido, o resultado dos processos de rearranjos das estruturas socioespaciais locais.”

Em que pese os fatores globais presentes em tal orientação política descentralizadora, têm-se ainda o panorama sócio econômico encontrado no nível regional, comumente investido de um teor moderno ou de modernização no âmbito de sua estrutura produtiva, que certamente não deixa passar despercebido sua base de forte caráter econômico, de onde emerge uma elite envolvida nos novos processos de territorialidade.

Por meio da territorialidade o poder social se expressa através do espaço e do tempo, Sack (1986). Ou seja, a organização social tem essencialmente um caráter territorial, que se evidencia geograficamente e está entrelaçado ao espaço e ao seu contexto. Quando as

organizações socioespaciais emergem de determinada estrutura, elas por vezes, expressam a ocorrência de uma nova territorialidade e, dessa forma, de uma determinada relação de poder dentro de seu contexto.

Por isso o circuito das relações econômicas que o lugar estabelece com seu entorno ou com os centros produtivos mais dinâmicos, é responsável pela inserção do espaço em um novo tempo e, conseqüentemente, os novos atores sociais imbuídos de suas pretensões particulares, estabelecerão suas territorialidades. Embora alguns interesses oligárquicos sejam, em essência, o pano de fundo que se impõe como razão para as dinâmicas territoriais municipais no âmbito das realidades regionais, seguem-se intrínseco a tudo isso os fatores marcadamente capitalistas, onde o mercado se encarrega de se impor na forma dos novos comportamentos organizacionais e produtivos que os interessam nos lugares.

Os territórios municipais são fundados em suas bases produtivas e comportam uma variedade de atores sociais a ela atrelados, a gestão, portanto, dessa unidade administrativa requer um planejamento que contemple suas próprias diversidades, sob pena de se tornar espaço de exclusões. Se for assim, então a autonomia política municipal alcançará apenas a realização pouco democrática das pretensões de alguns grupos sociais e/ou setores produtivos e, portanto, se incumbir-se-á essencialmente das demandas restritas de alguns atores.

Portanto, as dinâmicas das relações que dão vida ao município podem ser entendidas como um complexo jogo de interesses desde a sua concepção até sua institucionalização. A partir deste momento surge a unidade do território, mais forte que a expressão do próprio poder político que se legitima no interior de suas fronteiras como gestão pública; o território agora denota a configuração das múltiplas pretensões sociais que depositam no seu interior os diversos interesses particulares. Como assinalado por Oliveira:

Na contemporaneidade, devemos pensar o território como uma totalidade que expressa mais do que a delimitação territorial do poder político, mas sim, concretamente, as relações que conjugam interesses contraditórios e que revelam as interações sociais tanto dos capitalistas quanto dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2014. p.4).

Sob tal observação podemos pensar no município como a reunião de diversas realidades contraditórias postas numa unidade, que acima de tudo é administrativa, mas que formam um território socialmente diverso e, portanto, reflete seus interesses contraditórios para além dos limites do poder político.

Para Raffestin (1993, p.158), “[...] os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”. A partir das relações sociais estabelecidas, ocorre a estruturação de uma dinâmica

de interação dos indivíduos com as territorialidades introduzidas nesses territórios. Dessa forma, os valores que concorrem para tal convívio podem possuir natureza abstrata e estarem repletos de contradições. De posse desses esclarecimentos, pode-se concluir que a capacidade de auto-sustentação, dessas diferenças e/ou desigualdades, originárias dessas demandas coletivas, se expandem em rede e podem influenciar no desempenho da governabilidade do poder público municipal.

O que temos então é o desenvolvimento de territorialidades que se estendem para além da pura dimensão cotidiana das pessoas e, carregam consigo toda uma carga de significados. Segundo Raffestin (1993, p.158): “Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.”

Nesse percurso vimos os limites econômicos se adaptarem aos políticos, dentro da observação feita por Raffestin (1993), onde o território está sujeito às imposições das demandas estruturais e conjunturais, cujos efeitos são aí, percebidos na forma transformações diversas.

O que aqui se discute, então, por meio dessa base mais teórica, são os fatores de natureza variada que participam das transformações estruturais e/ou conjunturais alterando de diversas formas o contexto dos grupos sociais através de dinâmicas que podem ser interpretadas no território. Daí a necessidade, também, de considerar as bases materiais de reprodução social, já que as mesmas andam juntas dos fatores ideológicos e são capazes de mobilizar os grupos humanos na busca por organizar ou reorganizar sua reprodução social.

No jogo das correlações de forças que convergem cada uma para sua proposição ideológica definida, se percebe a importância do papel social das territorialidades. As delimitações que traduzem práticas de cunho social para sustentar ou controlar, de forma variada a presença que exercem no espaço, são formas de manifestação da territorialidade humana (SACK, 1986). Nesse sentido, dentro da variedade de estâncias sociais que as fronteiras de um município comportam, estão as diversas territorialidades, as quais representam na prática, o resultado das construções históricas levadas a cabo pelos grupos sociais em cada uma de suas áreas geográfica.

A busca por uma relação intrínseca entre as várias dimensões que compõe o valor e a importância do território e da territorialidade para a compreensão das formas de organização da sociedade e o espaço, também está presente nas inúmeras estâncias sociais, as quais possuem expressões que exigem maior atenção quanto ao seu teor. Pois o território e a territorialidade são compostos por dimensões materiais e imateriais, o qual se situam as dimensões economia-política-cultura-natureza (SAQUET, 2009).

De certa maneira é isso que propõe a gestão municipal quando esta cumpre o seu papel conciliativo ou de busca por conciliação, por meio das políticas socioeconômicas, já que isso pressupõe uma unidade territorial administrativa onde residem as várias territorialidades, sobre ou segundo as quais deverá ocorrer a elaboração e a implementação de tais políticas públicas.

É sabido que não existe uma receita infalível ou de sucesso permanente para a realização de uma gestão de caráter descentralizado e democrático que faça jus a ampla autonomia concedida ao município. O que deve ser perseguido acima de tudo nesse tipo de gestão é grosso modo, a satisfação de forma ampla e democrática daqueles que, em especial, residem nesse território - mediados por princípios que estejam acima de interesses particulares de indivíduos e/ou de grupos que têm acesso aos mecanismos políticos de decisões nesses espaços.

O fortalecimento de uma governabilidade que se pautar na viabilização de um canal de diálogo entre a política institucional e o poder local, possibilitará não apenas, uma gestão participativa, mas trará coerência administrativa à relação socioproductiva característicos de cada território. Nesse aspecto se ressalta a estância econômica, cuja participação no processo de uso e ocupação do território (vocação produtiva²), por exemplo, tem forte influência na configura o espacial e, servirá de base   política de planejamento territorial a ser adotada.

De todo modo é no município que se realiza a reprodu o social em suas especificidades mais relevantes   gestão pública,   também nessa escala que ocorrem os efeitos mais significativos para as popula es, as quais são resultantes das transforma es globais no sistema capitalista. Por isso mesmo o território municipal está assumindo significado e possibilidade territorial de realiza o social mais justa e reconhecadora das diferenças relativas às culturas dos povos, segundo mencionado por Haesbaert (2004), quando da sua discussão sobre a multiterritorialidade. E, assim a cidade (o município) se fará, de forma crescente, palco dos debates políticos empenhados em encontrar novos projetos sociais voltados à organiza o e a gestão descentralizada e aut noma de uma sociedade cada vez mais pautada e reconhecadora de sua forma territorial de se estabelecer.

Diante desse cenário podemos julgar legítimo e necessário o empenho científico que cresce em torno dos debates e das proposi es teóricas que se ocupam de tal temática. Além disso, o território municipal parece combinar uma diversidade muito grande de fatores socioeconômicos e culturais que somados à sua abordagem administrativa, num quadro de carência técnica reconhecadora de tais realidades ou da falta de um diálogo de natureza democrática, entre outros, o faz tornar farto em argumento em prol de sua crescente importância

² Aqui entendido como prática econômica comumente adotada em um local, a qual se torna predominante e economicamente significativa.

para este tema.

1.1 Território e territorialidade: uma relação inerente entre sociedade e espaço.

As variadas acepções acerca do significado de território e da territorialidade nos leva a necessidade de fortalecer nossa abordagem tendo como orientação justamente os valores atribuídos a estes termos, para que nosso esforço tenha diálogo com suas bases epistemológicas conceituais. Porém, sem se ater longamente no nível mais profundo dessa leitura, pois a dimensão que se faz mais coerente aqui, é justamente aquela inserida no debate da gestão enquanto poder instituído e estabelecido nos limites de suas fronteiras administrativas. O município torna-se uma unidade de autonomia política que assume o papel de gerir sua própria organização social e privilegia, portanto, o território como dimensão de planejamento frente a gestão pública e, isso não ocorre sem a inevitável intervenção política sobre as territorialidades existentes no interior dessas fronteiras.

Para um território municipal fortalecido mediante sua autonomia administrativa, poder de organização e de legislação torna-se imperativo que recorramos ao conceito e a significação das fronteiras. Para Raffestin (1993), é de soberania que se faz a natureza do território, seu reconhecimento ratifica no nível jurídico, sua autenticidade administrativa. Ainda segundo esse autor.

Para Raffestin (1993), o recorte territorial é balizado pela presença de uma sociedade que, por meio de um ator sintagmático, realiza a apropriação de um espaço concreto ou abstrato, sob tal circunstância, segundo o mesmo autor, o espaço dá origem ao território. Fazendo uso dessa interpretação, com as devidas proporções, podemos submeter à leitura municipal de território e avaliar o quanto este guarda de seus pressupostos econômicos básicos, além da sociedade que obstante lhe atribui conteúdo na sua forma própria de gestão. Ao fazer tal consideração estamos resgatando o recorte temporal, como sugere Santos (1988) em sua leitura de espaço. Mas, o importante desse diálogo está na percepção da compleição social e seu território, para o qual a criação ou estabelecimento das fronteiras políticas administrativas, representa uma transformação significativa, considerando que isso implica uma sobreposição territorial. Pois a unidade político-administrativa representado pelo município se constitui a partir da presença de uma gestão que executará políticas públicas dentro de seus limites, porém, os inúmeros grupos humanos aí territorializados terão suas relações socioprodutivas submetidas a uma nova lógica de organização.

Em termos territoriais, para Raffestin (1993, p.155), isso ocorre porque “os limites

políticos e administrativos são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos o são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas.”

Essa leitura tem lugar no processo de criação de municípios na medida em que o território assume, nestas condições, uma função de ordenamento jurídico para uma configuração socioespacial de grande variedade. Assim foi nas terras que formaram Santo Antônio do Tauá, onde o conjunto de características intrínsecas ao padrão de ocupação pelo litoral e o outro por meios da abertura de rodovias estabeleceu, grosso modo, duas grandes unidades territoriais.

Segundo Saquet (2009, p.83), “a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional.” Para esse autor todo o conjunto socioespacial, onde se destaque seu desempenho produtivo, cultura ou recursos naturais de um local, repousa sobre suas bases territoriais. Daí se faz necessário considerar os fatores resultantes das condições pretéritas e as atuais mediadas pelo elo de “interesse entre ambos”. Pois por ser um movimento histórico, essas relações sociais guardam valores que se expressam nos territórios e nas territorialidades – “Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades” (SAQUET, 2009, p.83).

Uma das possibilidades mais valiosas contida na leitura do território e da territorialidade pode ser a real capacidade de, mostrar as desigualdades ou as diferenças, bem como parte de sua multidimensionalidade. A heterogeneidade daí resultante é marca perceptível que revela seu contexto histórico; da mesma maneira que o conjunto formalmente reconhecido por sua unidade, reside a presença de um valor identitário que concede ao território seu caráter social.

A sociedade se estabelece num território por meio de ações econômicas, políticas, culturais. Em uma apropriação e dominação material e imaterial, daí o território surgir enquanto produto e condição de um movimento da sociedade. Para Saquet (2009), é sob tais condições de análise, ou seja, da reprodução social que introduz no espaço tais elementos dos tempos históricos, que se podem perceber as territorialidades enquanto parte dessa imbricação.

É possível perceber que, mesmo em territórios municipais de dimensões reduzidas, as várias territorialidades implicam em desafios para uma gestão, tanto pelos anseios pela aplicação de programas e projetos oriundos das políticas públicas em sentido mais amplo, como saneamento, segurança e habitação, por exemplo, como também em relação àqueles destinados a grupos sociais alocados, por assim dizer, sob suas unidades de condições geográficas mais específicas.

Esse panorama nos revela uma multiterritorialidade que hoje traz consigo, não apenas a trama quantitativa que alicerça a coexistência das várias territorialidades, mas também um teor qualitativo que procede de uma inédita maneira de intervenção combinada, de certa forma, com a vivência de uma diversidade de territórios (HAESBAERT, 2004). É sem dúvida uma complexidade que não se deixa passar despercebida, já que resulta das próprias transformações estruturais que, localmente tem reforçado a origem de novos territórios municipais. Nesse nível de observação a multiterritorialidade representa o convívio das relações de interesses que participam simultaneamente, enquanto marcas do passado e do presente, através das intervenções que simbolizam a chegada de novas interações de caráter econômico na vida desses espaços.

Reconhecer as diversas territorialidades parece ser, dessa forma, condição fundamental para uma gestão pública mais racional para o quadro concreto da realidade municipal e suas muitas particularidades territoriais. Se o enfrentamento dos problemas sociais tomarem por base as relações que se estabelecem localmente, será preciso levar em conta que:

Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (HAESBAERT, 2004, p.88).

Com Haesbaert (2004) cada lugar representa um processo de dinâmicas das territorialidades que representam os momentos históricos e geográficos. São facetas, por assim dizer, das demandas sociais do passado, que se entendem na cultura dos povos e, das novas estruturas de organização que se estabelecem no meio enquanto resultado da relação da sociedade e natureza. Esse mesmo autor trata de tais questões como argumentos para o reconhecimento das desigualdades e das diferenças que precisam incorporar a busca por transformações sociais positivas, por meio de tal leitura das territorialidades.

Destarte, para Saquet (2009) nesse mesmo sentido, é possível agir por meio das noções de território e de territorialidades identificando as características presentes no seio da heterogeneidade e homogeneidade do *real*. Pois, as desigualdades carregam consigo continuidades e descontinuidades e de forma relacional esses aspectos podem se manifestar como decorrência da história dos lugares, como parte constitutiva de um povo e sua cultura. Da mesma forma que a unidade reflete valores de identidade relativos à organização social no território (SAQUET, 2009).

No substrato espacial, material que serve de base ao território e à territorialidade, estão impressas as relações sociais e suas dimensões que lhe atribuem vida, “[...] porém, o território

não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido” (SOUZA, 2003, p.66). Se as bases materiais não são mais do que a realização espacial das forças e relações de poder que moldam os territórios e as territorialidades, sua permanência é resultado e condição temporal de tais manifestações e, restringir a essência desses conceitos a esta dimensão concreta seria como “coisificá-lo”, segundo sugere Souza (2013). Por outro lado, como observa o mesmo autor, esse foi o resultado histórico do atrelamento do território às fronteiras estatais, no qual suas bases acabam estabelecendo uma ideia de fixidez bem maior entre sua materialidade e este conceito.

Considerando essa interpretação conceitual de território no que concerne às políticas públicas e a gestão municipal é possível avaliar o quanto uma intervenção que se pretenda tornar bem sucedida, deve se pautar em tais relações da sociedade e do espaço, levando-se em conta o resultado dos processos históricos de apropriação da natureza. O caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultura-natureza (SAQUET, 2009, p.74).

Seguindo esse raciocínio, pode-se inferir que para o mesmo autor, pensar o processo de organização produtiva das sociedades a fim de introduzir políticas públicas, requer considerar uma tradição basilar dessas economias as quais traduzem disponibilidade de recursos e forma local de apropriação, pois nestes pontos reside a unidade que permeia a relação social contida nos territórios e nas territorialidades.

Por isso a valorização dos saberes locais, das diferenciações dos ritmos de vida, assim como da recuperação ou preservação da natureza, requer que tenhamos firmeza metodológica no sentido de buscar as características dessas relações na heterogeneidade e homogeneidade que se estabelecem no espaço social (SAQUET, 2009). Mais do que isso, nossa leitura de realidade precisa ampliar os debates sobre os direitos de cada grupo territorializado e suas territorialidades, sejam elas em rede ou em manchas, pois dessa forma o destino de cada comunidade terá lugar nas decisões de seu trajeto no curso das transformações sociais engendradas pelas políticas públicas adotadas. Pois a dinâmica da prática de institucionalização é comumente carregada de proposições e intervenções territoriais, porém, não trazem no seu bojo, a necessária atitude participativa dos atores sociais envolvidos. O que significa que a oficialização das ações perpassadas por políticas públicas, ou vice-versa, têm conseqüente natureza técnica territorial, porém os diálogos que poderiam dar conta das relações sociais territorializadas, nem sempre têm lugar de destaque nessas práticas. As iniciativas ou experiências orquestradas em tal cenário são batizadas de gestão participativa, mas ainda

timidamente esboçam a presença dos indivíduos como uma atitude socialmente organizada de regular cobrança e deliberação.

No contexto em que se vive forte presença mundial da lógica de mercado e das relações capitalistas tecnicamente instrumentalizadas para dar suporte às suas intervenções, torna-se imperativo distinguir as diferenças socioespaciais, que de certa forma, revelam a cultura representativa de tais territorialidades como identidade e valores locais.

A territorialidade é uma expressão dos indivíduos, uma faceta da organização social, um traço da identidade humana. Por isso para Raffestin “[...] não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica” (RAFFESTIN, 1993, p.162).

Em que pese as forças provenientes das imposições que chegam aos lugares por meio das transformações globais do modo de produção, é importante que se reconheça as particularidades das populações como traços da sua identidade, assim como as diferenças que traduzem as desigualdades sociais territorializadas, quando da elaboração das políticas de gestão dos territórios municipais.

As territorialidades podem significar desafios na posição discordante que podem assumir dentro de abordagens generativas contidas nas políticas públicas sociais, mas por outro lado podem favorecer sua execução e sua eficácia quando pensadas por meio de um planejamento coerente com sua dimensão territorial³. Nessas condições cresce continuamente a necessidade de apropriação desses conceitos para as discussões que cercam a escala municipal enquanto unidade geográfica de intervenção e governabilidade no atual contexto.

1.2 O município enquanto resultado de um processo histórico de ocupação.

As transformações socioespaciais decorrentes da organização produtiva como resultado da apropriação histórica dos recursos naturais e da gestão pública no âmbito rural, constituem-se na atual configuração territorial de Santo Antônio do Tauá que sustenta o objetivo central da discussão desse trabalho.

Diante disso buscar-se-á nesta nova relação de intergovernabilidade aberto no sistema federativo brasileiro a partir do final da década de 1980, a importância dessa escala de análise que o município assume para se discutir, territorialmente, suas características geográficas - produção econômica e a capacidade de gestão pública - mediante o cenário das novas relações

³ Pensamento que se considera coerente com todo debate conceitual apresentado acima à luz dos diversos autores abordados.

políticas que se oferecem a tais unidades administrativas no atual contexto.

Os atores sociais territorializados em um município disponibilizam recursos na forma de força de trabalho e organizações produtivas que conjuntamente geram uma configuração espacial composta pelas heranças e pelas formas atuais, como sugerido por Santos (1988). Dessas funções que a esse conjunto se fundem, surge o espaço da sociedade em seu contexto - junto de seu conteúdo inerente - de tal forma que “cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar” (SANTOS, 1988, p.5).

Nesse sentido não podemos deixar de pensar o município sem suas imbricações territoriais que representam as correlações de interesses dentro de sua organização socioespacial, considerando que sua gestão precisa planejar uma unidade administrativa composta, normalmente de uma grande variedade interna. Essas diferenças também representam as potencialidades produtivas a serem consideradas em um ordenamento territorial.

Enfim, pretende-se apresentar aqui a dinâmica territorial municipal de uso e ocupação do espaço agrário de Santo Antônio do Tauá (nordeste do Pará), através de uma abordagem espaçotemporal seguitada em dois períodos de grande relevância para essa questão. De forma que os resultados possam servir como conclusões voltadas à elaboração de um panorama futuro de desenvolvimento socioeconômico municipal, em especial de seu espaço rural, à luz da autonomia administrativa, elemento que tornou essa escala de gestão uma unidade preferencial de planejamento econômico local.

Essa proposta de trabalho está pautada, como já citado, numa leitura do município sob a perspectiva de um processo de formação histórica do seu território rural, onde ganha destaque, uma primeira fase tradicional de ocupação que vai culminar na sua emancipação política no início do segundo quartel do século XX, a qual se prolonga até o final da década de 1980. Durante este momento se tem a consolidação de uma economia primária tauaense apoiada principalmente no mercado da capital paraense.

Num segundo período, a autonomia político-administrativa se torna oportunidade de autogestão municipal, o que possibilitará uma avaliação da gestão pública municipal frente às transformações verificadas no padrão produtivo tauaense. Essa fase se estenderá até os dias atuais, contexto em que será levado em conta, justamente, o uso do território sob uma gestão de caráter municipalista.

Tal periodização tem grande relevância para se avaliar as transformações socioprodutivas ocorridas sobre uma base territorial municipal, as quais chegam ao campo impondo uma lógica produtiva cada vez mais distinta daquela ligada à formação territorial de

Santo Antônio do Tauá.

Acreditamos, assim, ser possível estruturar nesse trabalho uma mensuração da capacidade e/ou competência administrativa da gestão municipal, através da evolução histórica da economia primária (uso e ocupação) do território rural tauaense, por meio de uma leitura de gráficos, tabelas e mapas, entre outros, que possam apresentar, além das dinâmicas pretéritas, aquelas que se desenrolam no contexto pós 1990 sobre esse espaço municipal.

A unidade político-administrativa representada pelo município é do ponto de vista cartográfico um valioso instrumento para se visualizar a ocupação e as dinâmicas do território ao longo do tempo, além de ser um importante e coerente suporte para o seu planejamento. Por isso além dos dados representativos da quantificação de sua produção econômica, também será imprescindível o mapeamento referente à ocupação humana tauaense antes e depois do contexto da década de 1990.

A configuração, já mencionada, do território tauaense que hoje se apresenta na distribuição de suas bases produtivas, se constituiu ao longo de dois períodos em que se verificou a evolução do processo diferenciado de uso e ocupação de suas terras. Por meio de tais processos se consolidará em Santo Antônio do Tauá um modelo mais ribeirinho de ocupação em sua faixa litorânea, enquanto uma apropriação mais agrícola se dará na área alcançada pelas estradas de rodagens. As fronteiras municipais tauaenses guardam, portanto, essas características enquanto formas herdadas e aquelas dos dias atuais; sendo estes os recursos naturais e socioeconômicos disponíveis para os dias de hoje, assim como para uma perspectiva de uso futuro, já que “são as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real” (SANTOS, 1988, p.31).

O já citado processo de formação territorial tauaense é marcado por um padrão de ocupação amazônico, que será melhor esclarecido mais adiante, o qual exercerá forte influência na construção de sua relação econômica dentro do circuito formado pela rede urbana, onde Belém do Pará assume o papel de centro polarizador histórico regional. Este fato ganha dimensões ainda mais relevantes quando se constata a necessidade de se reconhecer tal influência enquanto um dado, não do passado, mas também dos dias de hoje, enquanto vetor de dinâmicas variadas sobre o referido território.

Sem dúvidas que se está lidando com um panorama político de enorme poder de transformações, onde a esfera pública municipal, passa a ter crescentes possibilidades, numa proporção direta de responsabilidades, as quais acentuam ainda mais a capacidade do poder público em organizar e gerir o território.

É, portanto nesta dimensão, ou seja, no território que os rebatimentos desta nova relação

de organização socioeconômica e de gestão local devem ser apurados.

São essenciais a este cenário político de intergovernabilidade, tanto as posturas mais democráticas no que concerne às possibilidades de gestão e organização das políticas públicas no nível local, quanto às perspectivas de participatividade, enquanto campo de ação dos grupos sociais organizados. Daí a necessidade de fundamentação deste trabalho nos inúmeros debates relacionados aos estudos científicos dedicados à descentralização política, nas discussões acerca da autonomia administrativa territorial dos municípios, assim como nas abordagens que analisam a importância do papel das sociedades locais, entre outros.

Esse imenso arcabouço, de certo, que está contido numa recorrente conexão humana ideal entre espaço e política, seguindo um repertório contextualizável, portanto, enquanto território; sendo que este é expressão dos relacionamentos entre tempo e política, como observado por Gottmann (1973).

O espaço permeado de relações sociais construídas mediante suas necessidades demográficas e a partir de um valor de energia e informação, de onde, em determinado contexto os grupos sociais adquirem o necessário para si, articulam seu sistema de relações reprodutivas dentro de sua territorialidade (RAFFESTIN, 1980). Assim,

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação (RAFFESTIN, 1980, p. 161).

Assim, este caso será de certa forma, um recorte no cenário nacional considerando se tratar, essencialmente, de uma transformação que se estende, enquanto política institucional, aos mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros. Com isso vale a expectativa de que esse trabalho não só represente um estudo de caso contido nas significações dos indivíduos que se atrelam ao espaço em questão apenas por proximidade geográfica, mas que o mesmo alcance valor enquanto referencial teórico de base discursiva para além do caso particular que ele representa dentro do recorte territorial de Santo Antônio do Tauá.

CAPÍTULO 2- O MUNICÍPIO E A QUESTÃO DA GESTÃO LOCAL

O debate do município como inspiração territorial de organização, gestão e planificação amplia, conseqüentemente, o valor conceitual do poder local, da participatividade e dos atores sociais organizados, visto que tais aspectos trazem a campo o peso democrático da capacidade de efetivação concreta das novas atribuições e possibilidades oferecidas a essa escala de gestão pública.

Fala-se, portanto, de uma condição mais justa de relação entre poder público e a população, pela proximidade geográfica estabelecida. É o reconhecimento da importância da própria comunidade e do significado de vizinhança enquanto parte de uma coletividade e suas demandas, pautadas por suas possibilidades reais de assistência como mérito da população localmente empoderada.

Segundo Ferraz e Sousa (2010):

De fato, o poder local é o mais próximo da comunidade, aquele que mais facilmente se faz sentir e se faz cobrar, na medida em que a população se reconhece na vizinhança que a municipalidade oferece (FERRAZ; SOUZA, 2010, p.2).

A dimensão do município enquanto território de relações e realizações está pautado no reconhecimento de sua própria comunidade, enquanto aproximação de seus munícipes dentro do ambiente onde os mesmos se reconhecem na vizinhança que a municipalidade oferece (FERRAZ; SOUSA, 2010). Na condição de atores sociais que dividem o lugar, na realização cotidiana enquanto ritmo de reprodução, fica mais fácil sentir e cobrar aquilo que a própria população estabelece como prioridade.

O município no Brasil já foi uma parte da dimensão política federal e estadual quando da gestão e da capacidade de tomada de decisões nos rumos administrativos que a sua população necessitava. Fato alterado de forma significativa em favor do municipalismo, bem como assinalado pelos autores abaixo:

A Constituição Federal brasileira de 1988, no entanto, foi desbravadora no voo alçado pelo municipalismo, elevando de vez à categoria de ente federado os seus mais de cinco mil municípios, todos plenamente autônomos (autonomia política, administrativa e financeira), limitados apenas pela própria Constituição Federal, assim como a União, os Estados e o Distrito Federal (FERRAZ; SOUZA, 2010, p.2).

Os territórios municipais adquirem um reconhecimento de sua capacidade de autogestão ou de sua capacidade de participação junto a união, na condução dos desafios variados que se impõem ao país nesse contexto.

As repercussões positivas de uma administração autônoma e com poderes de Ente Federativo, muitas vezes são escondidas por entre as distorções que subvertem os verdadeiros valores da autonomia política e se espriam nos inúmeros crimes contra o patrimônio público dentro dos municípios brasileiros. Mas é possível constatar que a soberania concedida a estas células administrativas cresceu em relevância, pela sua própria importância no cenário nacional, até na dimensão assumida pelos pleitos eleitorais que mobilizam a população, atraindo para este processo os segmentos sociais representantes dos poderes locais.

O crescimento do poder decisório sobre os rumos da administração municipal também é acompanhado pelo aumento de recursos recebidos. Juntamente com este importante suporte financeiro, crescem os encargos sobre serviços que devem ser garantidos à sociedade.

Para Castro (2003), o município possui significativa capacidade de assegurar uma escala de análise considerando que suas fronteiras, não só funcionam como espaço de realização de políticas administrativas, mas também de organização e reprodução das condições de vida da sociedade.

Neste sentido, o município é um recorte espacial possível para a análise porque ele é um espaço político, uma escala de ação e um território onde se encontram organizadas as condições materiais e simbólicas do cotidiano social. (CASTRO, 2003, p.3).

De fato, o desenrolar das principais questões de caráter coletivo que se fazem necessárias em termos da busca por soluções, têm suas mais significativas demandas no nível local, é nesse cotidiano que as políticas públicas precisam ser implementadas e direcionadas às comunidades distribuídas no território municipal.

Essas políticas públicas precisam ser desenvolvidas como instrumento de promoção, de justiça social e redução das desigualdades. A gestão municipal deve ser conduzida e pautada pelas necessidades das camadas menos favorecidas da sociedade. O referido aporte institucional possibilita ao município um planejamento econômico e territorial significativo e, pode conduzir importantes iniciativas de natureza coletiva e de interesse local, como sugere Teixeira (1992):

O município passa a ter hoje um campo mais abrangente de competências e sua participação no bolo tributário aumentou significativamente, ao lado do repasse dos encargos (saúde, saneamento, educação fundamental e do 1º grau). Abre-se a oportunidade de realizar algumas políticas públicas que alterem a lógica atual de privilegiar as elites na aplicação dos recursos, de reverter as prioridades e a metodologia de controle das receitas e dos seus resultados (TEIXEIRA, 1992, p.73).

Porém, mediados pela natureza coletiva das demandas destas populações locais, somada às inegáveis brechas deixadas pelo poder público, crescem as possibilidades de mudanças de

atitude dentro dos territórios municipais motivados por grupos que atuam assistidos pela autonomia administrativa do atual contexto, como sugerido por Teixeira (1992):

Dadas às condições objetivas, estas mudanças podem começar a se viabilizar com maior eficácia a partir do poder local, pela maior proximidade dos cidadãos aos aparelhos de poder, pela maior possibilidade de mobilização mais permanente da sociedade, enfim, por uma série de fatores em que a descentralização estatal poderá levar a uma interação mais dinâmica e a um controle social mais efetivo (TEIXEIRA, 1992, p.74).

Para Teixeira (1992), a sociedade pode encontrar maior possibilidade de expressão do poder local com a proximidade de argumentação entre os cidadãos e o poder público por meio dessa mudança. Esse fruto da descentralização estatal eleva a dinâmica de comunicação social que deve ser estabelecida entre os atores e a gestão pública municipal.

Com as responsabilidades aumentadas nesse nível de gestão, também crescem as necessidades de articulação popular em busca da realização desses serviços básicos, pois para a efetivação desse papel se faz necessário que a própria sociedade esteja disposta a ser atuante e se instrumentalize nesse sentido.

Segundo Vainer (2002), os municípios ganham espaço para o estabelecimento de políticas voltadas a implantação de meios de estruturação da produção dentro de seu território a partir das suas próprias vantagens comparativas e competitivas e, assim podem desenvolver formas de uso econômico e geração de emprego local.

Em outros termos, o governo local teria a extraordinária capacidade de cumprir de maneira vantajosa as tradicionais funções que sempre foram as dos estados nacionais, quais sejam: a função de acumulação e a função de legitimação (VAINER, 2002, p.17).

Sendo assim, os municípios estão mais bem qualificados para mediar os fluxos de capitais oriundos de uma dinâmica global e articular as proposições de investimentos que a administração municipal possa promover de acordo com a dimensão real encontradas nesses espaços. Por essa razão fica evidente que a crescente valorização do município enquanto espaço de autonomia política, completa um panorama mais extenso de transformações mediado pela globalização econômica, que conduz o Estado a abrir mão da pretérita centralização administrativa.

Mesmo assim é importante a distinção entre descentralização e autonomia. A administração local pode ganhar dimensões mais efetivas, no sentido de seu alcance social, por meio de uma postura que explore as possibilidades de organização econômica que assista as comunidades dentro de suas reais potencialidades e/ou necessidades. “É possível ir além de

uma ação governamental cuja virtude máxima seja a de apaziguar localmente conflitos sociais engendrados pela estrutura social e agravados pela ofensiva neoliberal” (VAINER, 2002, p.13).

Para Vainer (2002), é importante para os municípios atuarem na relação desigual que se impõem às sociedades pela reprodução de uma lógica de mercado que se aperfeiçoa na exploração das camadas menos favorecidas e orquestram sua estruturação na dimensão territorial das cidades onde, agora, se tornam espaço de reprodução particular dessas relações.

Para sintetizar o argumento, podemos dizer que cada cidade é, portanto, campo e objeto de relações de geração e apropriação de recursos – materiais, políticos, simbólicos – que resultam das formas particulares únicas que estruturam o poder e as relações econômicas. Este conjunto de relações – e os recursos que elas colocam em movimento e disputa – são um espaço bastante amplo para alterações reais na vida das classes e grupos dominados (VAINER, 2002, p.28).

O que está disposto em lei acerca da descentralização política administrativa dos municípios representa uma realização de base federalista que na prática atribui à escala de maior proximidade do cidadão, a possibilidade de dialogar com os interesses de uma parcela da sociedade pronta para reconhecer suas constantes adversidades. Sendo assim, abre-se espaço para um planejamento do território em bases comunais, no que tange a organização da própria sociedade, além de garantir representatividade e reconhecimento legal no nível da intergovernabilidade, como destaca Alves (2004):

Houve desta feita, o reconhecimento formal dos Municípios enquanto membros da federação, o que implicou necessariamente na reestruturação do poder e por via de consequência a afirmação do federalismo brasileiro calcado na descentralização política administrativa, na repartição de competências e no avanço do municipalismo pró-interesse local (ALVES, 2004, p.32).

As aspirações comunais dentro de um município são por vezes, a identidade mais real da concepção de lugar no que concerne à sociedade. Por esse viés de gestão é que a expectativa de se ter uma autonomia torna-se, municipalmente palpável e socialmente mais justa e pode se tornar mais significativa quando da adoção de medidas participativas nesses ambientes.

O direito comunitário é ressaltado por Pires (1999) como uma tendência que se destaca e aponta para uma perspectiva de maior engajamento dos atores sociais mediados pela descentralização municipal. Mais uma vez é mencionado o papel da organização como forma de se alcançar os direitos sociais, que nesse ponto tem forte apelo coletivo por servir de referência ao conceito de comunidade.

Nesse sentido, as questões relacionadas com as tendências internas quanto à organização local e com as perspectivas do direito comunitário assumem um papel fundamental na ressemantização do conceito da autonomia municipal no Brasil,

(PIRES, 1999, p.2).

Essa mesma autora ainda percebe o município como espaço de manifestação da cidadania democraticamente alicerçado para fazer o poder comunitário tomar parte da esfera decisória no ambiente da descentralização e autonomia política. E segue afirmando que: “Nesse sentido, o fortalecimento do Município deve, necessariamente, passar pela sua consolidação como espaço privilegiado de manifestação dos dissensos e tensões e, por consequência, de consensos sociais” (PIRES, 1999, p.161). De fato, não parece conveniente pensar o município enquanto palco de privilégios deliberativos em favor de seguimentos representativos que comumente se organizam dentro dos espaços de conveniências onde se furtam ao debate e a participatividade social.

Sobre esse tema Fischer (1992), ainda acrescenta que o local nasce enquanto relação de forças, onde o cenário abriga atores sociais atuando no processo de construção de suas alianças em meio aos confrontos daí decorrentes.

Ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em tomo de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto (FISCHER, 1992, p.4).

Os espaços abertos à presença das articulações locais nas decisões públicas ocorrem dentro de um panorama mundial de implantação das políticas dessa natureza e são complementadas pela descentralização administrativa. Segundo Leite e Fonseca (2011, p. 102), “desde a década de 1980, vem ocorrendo mudanças na formulação e na implementação de políticas públicas, em escala mundial, na direção de uma maior descentralização administrativa.” Com estes fatos em desenvolvimento desde o período citado é de se esperar que o município ganhe espaço no contexto de atuação das instituições políticas, tendo em vista se tratar de uma tendência mais ampla de debates que já se refletia no Brasil há algum tempo.

No início dos anos 1990, as instituições políticas federativas já estavam instauradas, em razão da redemocratização, e haviam também fatores exógenos e endógenos formadores de uma agenda de descentralização de políticas sociais no Brasil, (LEITE; FONSECA, 2011, p.102).

Sobre o respaldo legal que determina o alcance das competências municipais, pode-se dizer que algumas dessas foram descritas como exclusivas conforme consta dos incisos do art. 30 da Constituição Federal. “Assim, pode-se afirmar que, das competências reservadas aos Municípios, parte delas estão enumeradas e outra parte corresponde a competências implícitas,

cuja identificação será sempre determinada conforme o interesse local” (ESPINOSA; SOARES, 2011, p.11).

Entre os interesses mencionados podemos incluir por conclusão simples aquelas políticas referentes a organização e gestão econômica territorial, por exemplo, pois esta dimensão de atuação do poder público inclui o planejamento da gestão socioprodutiva que corresponde a intervenção na configuração econômica básica de um município. A autonomia administrativa municipal permite que os serviços públicos locais sejam executados sem a interferência da União ou dos Estados-Membros (ESPINOSA; SOARES, 2011). Estes itens são, sem dúvida, um dos temas mais relevantes para o equacionamento das temáticas sociais de necessidades básicas onde se situam as questões mais pertinentes da vida em comunidade de uma unidade territorial municipal.

Tais deduções, que de forma variada, traduzem os resultados de diversas análises sobre como os municípios, enquanto Entes Federativos, reproduzem e/ou representam as consequências da forma descentralizada de gestão, nos conduzem por caminhos que representam variadas proposições explicativas.

Segundo Davidovich (1992), essa é uma postura do Estado frente a forte influência da globalização da economia que lhe impõe as crescentes demandas localizadas e, de forma cada vez mais individualizada passa a exigir providências, expondo o governo central ao reconhecimento de suas limitações frente a esse quadro. Sendo, a descentralização considerada, na abordagem dessa autora: [...] “antes de tudo, como válvula de escape para a crise fiscal do Estado, que enfrenta escassez de recursos e de meios institucionais para contemplar novas pressões políticas e sociais.”

É nessa perspectiva que crescem as interpretações onde o Estado procede, por meio do municipalismo, no sentido de dividir o peso da administração, juntamente com seus ônus, ao nível local. Se for assim, cabe observar o quanto da iniciativa privada está presente no desenvolvimento de um poder local, pois existem casos onde os interesses associados à empresa estão na origem da criação de novos municípios (DAVIDOVICH, 1992).

Pode-se discutir a ideia de desenvolvimento local como um conceito que estabelece um contraponto à presença central das conveniências empresariais ou dos agentes capitalistas, representantes essenciais das iniciativas privadas. O desenvolvimento local é um processo percebido em pequenas unidades territoriais, capazes de trazer melhoria da qualidade de vida de sua população pelo dinamismo econômico obtido (BUARQUE, 1999).

Isso não significa que se tenha que propor o desenvolvimento local de forma isolada das realidades que fazem parte de seu contexto já que tais condições lhes atribuem características

derivadas das próprias redes de relações variadas das quais faz parte, (BUARQUE, 1999).

Portanto, o desenvolvimento municipal enquanto dimensão local “pode ser mais amplo que a comunidade e menos abrangente que o microrregional ou supramunicipal (aglomeração de municípios ou partes de municípios constituindo uma região homogênea)”, (BUARQUE, 1999, p.11).

O município torna-se consenso quanto a sua escala territorial e a possibilidade que oferece no sentido da iniciativa social em prol da aquisição do desenvolvimento “seja pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência políticoadministrativas que oferece, através da municipalidade e instância governamental” (BUARQUE, 1999, p.11).

A descentralização no Brasil ainda está em processo de construção, suas bases não foram alicerçadas, como se supunha, pelo Governo Federal o qual ainda ofereceu resistência a este processo e, assim sendo “não existiu um plano nacional para a descentralização e, mais do que isso, o processo encontra-se inconcluso e eivado de conflitos” (AFFONSO, 1996, p.5).

As consequências da forma como se desenvolveu este processo aparecem hoje nos problemas estruturais que se somam as desigualdades que marcam os estados e municípios dentro de uma federação que deixa evidente suas imensas desigualdades socioeconômicas, (AFFONSO, 1996). Para esse autor essa realidade se impõe como desafios que exige a construção de mecanismos de coordenação descentralizados e democráticos voltados ao enfrentamento dessas disparidades sociais que obstaculizam o desenvolvimento brasileiro.

No conjunto das transformações políticoadministrativas que se tornam marcas da atual dinâmica social que despontam no mundo, a cidade assume importante função, enquanto espaço de organização, onde a sociedade tem poder de elaborar ambientes mais propícios a realização de sua vida. Portanto, “[...] de certa forma, a cidade desponta como unidade social básica da organização social, desempenhando um papel semelhante, para a sociedade, ao que a empresa moderna para as atividades econômicas” (DOWBOR, 1999, p.6).

A descentralização administrativa, além de institucionalizar uma autonomia política à cidade, assegura também o desenvolvimento de articulações coletivas que podem reivindicar a atuação do poder público junto das particularidades específicas ou perceptíveis na escala do territorial do município. Dessa forma a cidade converte-se em espaço de diálogo franco no sentido de sua proximidade ao cotidiano e se abre à possibilidade de uma relação mais justa e democrática com a sociedade.

A cidade que, quer o queiramos ou não, se transformou a célula básica da estrutura institucional e da vida social precisa assumir a função de integradora das diversas iniciativas, sejam privadas, estatais ou de organizações da sociedade civil (DOWBOR,

1999, p.12).

Com o espaço de decisões, organizações e legislação possibilitado às cidades, o local assumiu um papel prioritário para as decisões e, elevou o posto de um coadjuvante político apenas para um protagonista da gestão. Mas da mesma forma como este posto é um atributo do local enquanto instrumento de orientação administrativa e poder de deliberação, ele, também pode sofrer com o efeito contrário, caso isso não se consolide. Portanto, o espaço da cidade é agora o lócus das decisões políticas e das relações inseridas na sociedade (DOWBOR, 1999).

Esta conclusão pode ser interpretada como uma chamada de responsabilidade para que a cidade assuma esta função e o compromisso de forma efetiva com a sociedade, lhes garantindo assim, os serviços básicos essenciais. Sobre esse tema Dowbor (1999, p.26) nos lembra que “[...] é no plano local que as políticas de saúde, de educação, de esportes, de cultura e outras podem ser articuladas em dinâmicas em torno da qualidade de vida do cidadão.”

De acordo com Pacheco et al. (1999), o significado da constituição de 1988, para a municipalização, além de seu teor descentralizante, também trouxe consigo um novo contexto de transformações, marcadamente comandadas pela globalização.

Desde a constituição de 1988, os municípios brasileiros tiveram sua responsabilidade e recurso expandidos. Por outro lado, as demandas sociais aumentaram e os desafios trazidos pela globalização impuseram novos campos de ação aos municípios (PACHECO, 1999, p. 39).

Os problemas de caráter administrativo que residiam no modelo federalista brasileiro e que perduraram até 1988, deram espaço ao sistema descentralizado onde a intergovernabilidade legitima a autonomia do município. Porém, esse fato veio acompanhado das intensas influências da atual fase do capitalismo, cujas implicações se manifestam nos locais através, por exemplo, da modernização e da dinâmica social corrida no país (ROCHA 2009). Com efeito, as estruturas produtivas são alcançadas, cada vez mais, por fluxos econômicos de caráter global exigindo maior poder de resposta por parte dos municípios inseridos nessas relações.

Nos últimos 30 anos, a modernização da economia e da sociedade brasileira e seu espraiamento sobre o território nacionalmente tem contribuído, por um lado, para produzir novas estruturas espaciais por meio da expansão do povoamento principalmente nas regiões de fronteira (ROCHA, 2009. p.215).

Em termos de Brasil, segundo o autor acima, essa combinação de elementos socioespaciais tanto decorrem da tendência à flexibilização do território, veiculada pela globalização, como também se convertem nos fatores que engrossam os debates sobre a gestão

democrática e a capacidade de governança ante a autonomia adquirida pelos próprios municípios. Como resultado desse processo se terá a crescente criação de novas unidades territoriais administrativas, o que converge para os interesses dos grupos sociais locais associados aos novos modelos socioprodutivos levados a cabo pela globalização da economia.

Portanto, os eventos estruturais que demandam tantas mudanças no modelo de organizações da gestão pública em seu caráter federativo decorrem de fenômenos externos veiculados por transformações de ordem global. “Os desafios da década de 90 são, por consequência, muito maiores e numerosos do que antes. As fronteiras dos municípios brasileiros foram inundadas pelos processos da globalização e do avanço tecnológico” (CAMPANONE, 1999, p.26).

Por esta razão o planejamento e implantação de políticas públicas municipais devem ser pautados por fatores locais, porém sem deixar levar em conta alguns aspectos impostos pela natureza competitiva da globalização. Isso requer do gestor municipal uma capacidade de organizar mecanismos democráticos de deliberação sobre serviços básicos, sendo capazes de maximizar os recursos municipais mediante parcerias com iniciativas privadas, organizações não governamentais, trabalho voluntariado etc. (CAMPANONE, 1999).

Depois de perceber que os novos investimentos industriais começam a migrar para as pequenas cidades seguindo uma lógica mais ampla de descentralização produtiva, Pacheco (1999) também concluiu que alguns pontos de culturas agrícolas deixaram de existir em favor dessa mesma mudança. Se por um lado é possível prever a chegada de uma prosperidade produtiva mais tecnificada nas pequenas cidades, também existe a constatação de um problema relacionado à diminuição de tradicionais áreas agrícolas noutros locais.

Essa dinâmica que envolve capital e trabalho, enquanto às suas implicações, toma forma nos territórios municipais, pois para Pacheco (1999), é nessa escala que imediatamente se sentirá seus efeitos.

A busca pela qualidade de vida, por mão de obra mais barata, por processos produtivos mais tecnificados, têm provocado mudanças sociais e econômicas e culturais, profundas. E os primeiros sintomas são sentidos imediatamente pela população e pelo Poder Público Local (PACHECO, 1999. p.17).

Dialogando com as conclusões do autor acima, podemos dizer que existem razões de diversas ordens para a ascensão do município ao posto de centro prioritário das decisões político-administrativas dentro do sistema federalista brasileira. Seja como for, parece se tratar de um caminho sem volta e, isso significa que, mais importante do que realizar uma gestão autônoma perante a descentralização federal e usufruir de suas aberturas, o município precisa

encontrar seus mecanismos próprios para pontuar e intervir em suas prioridades socioespaciais.

Existem relações produtivas locais em escala bem menor que aquela de interesse e engendrada pelos agentes capitalistas, essas estruturas socioprodutivas, por suas características particulares, atuam muitas vezes às margens dos planejamentos econômicos municipais. O resultado disso é a falta de valorização da cultura dos atores envolvidos, tendo os mesmos, suas bases econômicas negligenciadas pelo poder público municipal.

Sobre este tema relata Mitschein (2011, p.30-31) que “nunca ninguém tem dado voz aos atores de baixa renda da sociedade regional a chance de se apropriar, de forma ampla, das oportunidades que o uso sustentável dos seus recursos naturais pode proporcionar”

Só uma gestão pública baseada na estrutura social de nível escalar municipal pode atuar junto dos atores sociais de menor porte socioeconômico e, assim, dar oportunidade às inúmeras potencialidades contidas no interior de seus territórios.

Um dos grandes desafios que se impõem aos governos municipais no campo social está relacionado à sua capacidade de gerir de forma competente e qualificada, os programas sociais que lhes são destinados. Por outro lado, esse atributo não poderia achar melhor dimensão para sua gestão, sendo que o convívio regular com a sua clientela oferece aos municípios uma longa experiência social, para onde cada programa está destinado.

É sabido hoje pelos canais oficiais de transparência, que são vários os repasses federais destinados a alguns temas básicos dos serviços públicos, seja na área da saúde; em suas várias dimensões, na assistência social, cultura, educação, por exemplo. O município assumiu o papel do agente que tem a missão de dividir com a união as funções de gestão pública e, portanto, emerge como responsável por administrar de forma mais ágil e eficiente dentro dessa nova relação que se estabelece entre Estado e sociedade.

A autonomia administrativa deve ter como imperativo a capacidade de alcançar as demandas sociais, se articulando ainda com os demais Entes Federativos, do contrário, essa proposta se torna incapaz de atuar de forma satisfatória. A descentralização do aparelho estatal, que emergiu com a carta magna de 1988, procurou maior agilidade e eficácia, por parte da administração pública. Essas mudanças serão possibilitadas por meio de uma nova relação Estado/Sociedade, numa combinação de iniciativas de todos os entes governamentais - federal, estadual, e municipal (MARQUES, 1999).

Segundo Marques (1999, p.106), “as políticas nacionais, encaminhadas de forma centralizada pelo governo federal, hoje são entendidas como sinônimo de ineficiência, de autoritarismo e de baixa resolutividade.”

A concentração de funções políticas na pessoa do Estado, sem dúvida gerou entraves a

realização dos serviços básicos no nível municipal, então o que se espera da municipalização da gestão é certamente a capacidade do poder público em agilizar e tornar eficiente a aplicação de recursos, projetos e programas em seus territórios.

O município se reveste de um grande poder decisório voltado ao campo social e, além da possibilidade de organizar seus próprios planos de intervenção, ainda conta com importantes recursos que chegam por meio dos programas sociais garantidos pela União (WESTPHAL; ZIGLIO, 1999). A descentralização, portanto, assinala para uma postura mais atuante no sentido da efetivação dos investimentos na área social, mas a gestão do território municipal volta-se para ao debate enquanto estância política essencial ao planejamento para se quer, tornar-se uso responsável do dinheiro público.

Nessa perspectiva, cria-se, portanto, um cenário favorável ao desenvolvimento de políticas dentro de um panorama local, onde o município assume o papel de protagonista na relação do poder público e a sociedade. Muito embora seja recorrente a necessidade de participação social no sentido de se impor a fim de obter as deliberações que lhes são mais necessárias.

A presença das vias de deliberação social junto da administração municipal se faz necessárias para além da proposição fiscalizatória, ela também deve reforçar a eficiência no uso dos recursos públicos de forma participativa, além de efetuar sua aplicação de modo consensual para atender de forma justa às populações locais.

A redução dos gastos públicos que seguem uma trajetória estrutural para acompanhar uma tendência sustentável de gestão pública encontra no município, enquanto escala territorial administrativa, condições de realização, mas estas são metas sujeitas, primeiro, a superação de entraves locais de forte capacidade de subversão desses valores.

O que se torna relevante, então, dentro deste debate é a posição estratégica municipal junto das suas realidades, onde as mesmas sirvam de base a serem apropriadas pelos gestores no intuito de instrumentalizar seus planos de intervenção pública no seu território.

[...] o papel dos municípios para a superação dos problemas econômicos e social é fundamental. As informações que os municípios possuem em sobre as diversas características da população e sobre a natureza dos problemas específicos de cada localidade permite que se tenha vantagens comparativas consideráveis sobre outras instituições públicas (MARTINS; LUQUE, 1999, p.81).

Saber como gerir recursos e fazer bom uso dos mesmos requer pelo menos informações preliminares acerca de programas e repasses, por exemplo, depois se acrescente a isso consultas públicas localizadas segundo critérios de bairros ou outras definições territoriais e, o município

terá um panorama geral para a elaboração e proposição de suas políticas públicas.

Sendo o município um Ente Federativo é preciso que suas políticas públicas comecem e terminem num regime de cooperação entre os atores sociais organizados e mobilizados no intuito de conduzir a administração local.

Fazer dessa atribuição municipal - que se consagra na autonomia de gestão, organização e legislação - oportunidade para se conduzir uma transformação positiva no modelo planejamento e execução de políticas públicas, parece se transformar mais em uma obrigação que uma mera possibilidade legal.

Essa característica da federação brasileira permite às municipalidades, em certa medida, diversificar as formas de prestação dos serviços locais, respeitando as características de cada lugar, neutralizando, em parte, os efeitos simétricos das imposições verticais (CIGOLINI, 2012, p.20).

Sob tal observação, os moldes nos quais o modelo de autonomia municipal brasileiro foi concebido, permite de certo modo, admitir características positivas quanto, por exemplo, a possibilidade de avaliação das particularidades locais no processo de planificação territorial. Dessa forma a estruturação de uma política nacional na sua essência simétrica, deixaria de surtir tantos efeitos nas municipalidades, por meio de sua elaboração vertical.

Por outro lado, segundo Diogo (2015), existem lacunas neste processo e, é preciso considerar que o regime de intergovernabilidade instaurado pela constituição de 1988, trouxe no seio da autonomia concedida, exigências legais, as quais para serem atendidas ainda requerem melhorias no nível de aparelhamento municipal.

A grande limitação para o progresso político dos municípios, mediante a autonomia recebida, reside no despreparo dos mesmos em promover o desenvolvimento socioeconômico desses territórios administrativos e, essa situação seria proveniente da falta de um processo contínuo de amparo federal (DIOGO, 2015).

Desde a década de 1960, o município já se constituía como uma unidade territorial que inspirava preocupação quanto a sua natureza administrativa articulada ao poder central. E, como tal, já tinha seu reconhecimento enquanto parte integrante desse poder do Estado, como espaço portador de profunda autenticidade humana e social (SOBRINHO, 1966, p.3).

Para Sobrinho (1966), muitos fatores pesaram contra o bom andamento de um modelo federalista através de sua trajetória no Brasil, o que implicou num problemático desenvolvimento municipal.

Por mais que a autonomia das municipalidades seja uma forma crescente de autogestão local e, atenda a uma necessidade de reestruturação do próprio estado, não se pode conceber

que se estruture apenas na repartição de funções, antes centradas no poder de intervenção federal e estadual: “Distribuir funções não é dividir soberania” (SOBRINHO, 1966, p.7).

Como discurso de autonomia administrativa e de políticas públicas municipais, a municipalização não alcançou resultados maiores que a distribuição de funções entre os poderes locais.

O empoderamento das instituições de participatividade cidadã local é uma exigência governamental recente e que deve interagir com as políticas e programas municipais de gestão do território em uma escala que favorece uma autogestão colaborativa. Porém esse espaço pode ser pouco utilizado, resultando na mínima execução das funções demandadas pela União e os Estados como papel central das municipalidades.

A consistência do movimento de descentralização política municipal está situada na própria dinâmica social, cuja realidade concreta faz-se perceber no peso exercido nos próprios centros de administração. O profícuo debate que carrega consigo a descentralização governamental é crescente e, quando revela sua própria necessidade político territorial [...] “é porque estamos diante de um quadro que põe à mostra sistema sensível de conjugação de forças sociais” (SOBRINHO, 1966, p.8). Portanto, “o município é uma dessas forças. Jamais será possível que um órgão único aceite todas as atividades estatais” (SOBRINHO, 1966, p.8). De fato, é preciso reconhecer que a centralização administrativa acarreta, além da sobrecarga nas unidades (órgãos) representativas, também aparece na forma dos efeitos simétricos das imposições verticais (CIGOLINI, 2012).

Porém, para Sobrinho (1966, p. 8), “não se trata de deixar livres as entidades locais. Trata-se de permitir que vivam naturalmente com base nos recursos nativos.” A municipalização assume um caráter político que perpassa por uma responsabilidade local, no que concerne aos interesses legais do próprio Estado. No curso da municipalização, além das contribuições que se aderem por meio das realidades regionais e locais, ninguém poderá evitar a pluralização da autoridade e dos serviços públicos (SOBRINHO, 1966).

Fica evidente que diante do espaço aberto pela descentralização, as vozes daqueles que habitam o município precisam ser ouvidas, pois isso significa dar rumo às políticas públicas, agora, pautadas por atores dentro de seus reais interesses e mediados por suas condições reais de produção e reprodução. “A questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade” (DOWBOR, 2016, p.13).

Esse debate traz consigo o local como esforço social de tomada de decisões e atitude, essencialmente, pois a gestão pública municipal está inserida, nos termos da participatividade

popular, naquilo que se define como poder local e, nas palavras do autor supracitado: O poder local não é condição suficiente para mudar o mundo, sem dúvida, mas é sim condição necessário⁴.

⁴ Condição em que o papel das municipalidades se torna inrevogável no âmbito das políticas administrativas necessárias a gestão pública atual em termos de participatividade dos diversos agentes sociais (DOWBOR et al, 1999).

2.1 - Santo Antônio do Tauá: Formação Histórica

Segundo o IBGE (2010), a população de Santo Antônio do Tauá está estimada hoje em 30.611 habitantes, distribuídos nos 537.625 km² que município possui.

A criação do município do referido município, enquanto território independente, data do ano de 1962, quando as terras pertencentes à cidade de Vigia de Nazaré, passaram a compor uma nova unidade política independente na malha territorial municipal dentro da federação Brasileira.

Esse processo de (re) configuração político-administrativa no nível municipal constitui-se um dado de grande valor para a compreensão da dinâmica que envolve as relações de poder local ao longo da história, como assinala Lima apud LIMA, (Apud Rocha e Lima (2014). Pois os dados relativos ao estabelecimento de novos municípios também se constituem numa base de referência para se discutir a dinâmica de ocupação demográfica, econômica e territorial regional ao longo do tempo (ROCHA, 2014).

O surgimento de um novo município está comumente associado a processos de rearranjos na distribuição demográfica inserida num contexto de apropriação e uso do solo, articulado dentro de determinada unidade territorialmente estabelecida por meio de interesses dos grupos sociais ali fixados. Mas também ganha sentido de espaço abstrato para o desenvolvimento de relações sociais que se quer privilegiar localmente, portanto, identifica a presença de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns (FISCHER, 1992).

Segundo Fischer (1992), na sua análise do conceito de “lugar”, é por meio do fortalecimento dos interesses locais, seguido de alianças e seus desdobramentos, que os atores sociais buscam ampliar seus privilégios territoriais dentro de um espaço delimitado e engendrado por sua identidade e práticas políticas específicas. Assim, Santo Antônio do Tauá vai se tornar um município independente de sua antiga unidade de gestão e, iniciar sua trajetória político-administrativa segundo seus próprios recursos e valores.

É correto se supor que o debate político concernente a emancipação de Santo Antônio do Tauá se originou de uma estrutura socioeconômica cuja pauta se assentava na produção agrícola que se fortalecia na PA-16. O discurso crescia, então, enquanto força da argumentação coletiva social para se tornar a concepção do imaginário necessário a consolidação dos anseios, que naquele momento, significava a emancipação de uma comunidade política, social e econômica (SILVA, 2014). A autora ainda discorre a este respeito, quando analisa a conjuntura social de um lugar enquanto base concreta para sua equivalência no âmbito do imaginário

social.

Assim, nos parece correto que os discursos só possam ser analisados como expressão do imaginário social de seu produtor e, portanto, só podem ser entendidos quando referidos às condições sociais de sua produção. Os discursos, então, se articulam com a estrutura socioeconômica sendo parte do próprio processo através do qual a sociedade se forma enquanto comunidade política, social e econômica (SILVA, 2014, p.46).

O território (independente) tauaense será, dessa forma, originado tendo por base o controle e apropriação da terra ligada, como já mencionado, à agricultura. Por meio dessa atividade econômica se estabelecerão relações sociais de poder que estarão vinculados aos grupos sociais que atuarão, enquanto comunidade, no intuito do estabelecimento de uma unidade territorial municipal. Essa necessidade era alimentada pelo incremento demográfico que se alocava continuamente no trecho da ligação entre Vigia e Santa Izabel do Pará, de onde chegava a força de trabalho decorrente da, então enfraquecida, colonização da Zona Bragantina.

Vale ainda ressaltar os aspectos inerentes a valores utilizados pelos indivíduos na mobilização social quando da proposta de criação de um município, onde o emprego político do conceito de território torna-se *meio* para aquisição de unidade e consenso na construção do lugar.

É sem dúvida uma prática comum nas proposições emancipacionistas se desenvolver discursos embasados por uma eficácia simbólica como elementos de mobilização coletiva em torno do lugar (DEMIK apud ROCHA; LIMA, 2014). Além das transformações nas estruturas regionais de poder viabilizado por novos padrões produtivos, a demanda por novos municípios também está associado a um novo viés da gestão que deixa a primazia do planejamento na escala da macrorregião e do Estado como única fonte de poder (BACKER, 2010). Tais processos, portanto, trazem a emergência dos novos municípios na Amazônia enquanto consequência de processo de diversas naturezas.

A escala local mostra-se coerente com a coalizão de interesses que convergem para o nível municipal de gestão e abre espaço para novos padrões de intergovernabilidade dentro do regime federativo brasileiro.

Os processos de autorização para a maior ou menor facilidade de aceitação dos atos de emancipações políticas municipais aparecem associados a momentos de grandes transformações institucionais no Brasil. Existiam no país 1.585 municípios até 1960. De 1960 a 1964, foram criados 1.333 novas unidades, número muito elevado para um período de apenas quatro anos, mas com o regime militar que se segue, vai haver a perda de grande parte dos direitos, dos então 4.111 municípios (CATAIA, 2001).

O município de Santo Antônio do Tauá terá sua origem, como já citado, associado à implantação da rodovia Belém-Brasília e ao novo padrão espacial de ocupação que se seguirá na região amazônica a partir desse contexto. Vale lembrar que essas terras já haviam vivenciado um primeiro processo tradicional de ocupação no século XIX, ligados aos rios e alguns importantes povoados se fixara numa faixa estuarina de sua porção insular. No entanto, é com o incremento demográfico que se seguirá por meio das novas vias de comunicação terrestres, que se estabelecerão condições socioeconômicas para a implementação de novas unidades federativas, no estado do Pará, como assinala a autora abaixo:

A construção da Belém-Brasília provocou um novo surto de municipalização no Pará. Foram recriados e criados novos municípios, tais como: Benevides, Bonito, Capitão-Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Primavera, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá e São Félix do Xingu, todos em 1961 [...] (TAVARES, 2008, p.71).

A dinâmica demográfica de caráter inter-regional ocorrido por meio da rodovia citada trouxe um incremento populacional que chega à região amazônica movida, entre outras coisas, pela busca por terras agricultáveis. “Com a construção da Belém-Brasília, inicia-se uma maior mobilidade populacional para a Amazônia em busca de terras devolutas, sendo a mesma responsável pelo surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades[...]” (TAVARES, 2008, p.48).

Nesse ambiente de transformações tão significativas para os locais contidos nesse circuito espacial amazônico de ocupação humana, é que as terras tauaenses estão situadas e, junto de toda essa dinâmica territorial, terão origem as transformações que tomarão parte em seu processo de emancipação política.

“Cada *localização* é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar” (SANTOS, 1988, p.5, grifo nosso). A organização produtiva que marca o uso do território tauaense nos dias atuais tem suas formas, funções e processos atrelados ao mercado consumidor dos produtos agrícolas, de modo mais significativo - para tanto, Belém do Pará à cerca de 50 km, ainda é a principal referência.

De fato, em que pese as especificidades econômicas e naturais próprias de Santo Antônio do Tauá - sua organização social alocada sobre as bases-padrão de ocupação regional - só ganha sentido quando da relação estabelecida com a capital Belém do Pará. É segundo os parâmetros globais de exploração da Amazônia dos séculos XVI e XVII, que se iniciaram os processos econômicos e os movimentos efetivos de ocupação e organização social que contribuem com a formação do território tauaense (PALHETA, 1978).

Sua sede, onde o núcleo populacional mais denso evidencia a posição hierárquica que ocupa no município, tem no setor de serviços sua principal atividade econômica na atualidade, o qual por sua vez estabelece forte interação entre o fluxo regular da capital e sua articulação com as cidades de Colares, São Caetano de Odivelas e Vigia de Nazaré, por meio da PA-140.

Esse conjunto de relações socioeconômicas intermunicipais, em especial entre a capital paraense e a cidade de Vigia, também tem participação nos eventos que historicamente determinaram a estrutura territorial no âmbito da dinâmica de uso e ocupação econômica do espaço tauaense, assim como seu desempenho produtivo, com destaque ao seu papel enquanto município agrícola, onde também se insere sua atual participação dentro da Mesorregião Metropolitana de Belém do Pará.

2.2 As Terras Tauaenses num contexto amazônico de ocupação

A importância das Zonas do Salgado, a qual Santo Antônio do Tauá pertencia, e da Bragantina para as atividades econômicas inseridas na Amazônia ou no estado do Pará, pode ser constatada na sua dinâmica demográfica de entrada de mão de obra ligada, primeiro a ação dos jesuítas e, depois com o projeto de colonização relacionado à ferrovia Belém-Bragança.

A capital paraense se torna um núcleo para as relações econômicas que se estabelecem entre as cidades formadoras da rede urbana situadas na Zona Bragantina, esse papel se originou com “a construção da Estrada de Ferro Belém Bragança, iniciada em 1883 e concluída em 1908, a qual ligou Belém à cidade de Bragança, local de povoamento dos mais antigos do estado” (SILVA; SILVA, 2008, p 4). Neste espaço se consolidou uma importante relação econômica cuja dinâmica alimentou e ainda alimenta um comércio (circulação), o qual se pode constatar até hoje, entre Santo Antônio do Tauá e Belém do Pará.

A presença de imigrantes nordestinos na composição demográfica que promoveu a ocupação das terras Tauaenses tem sua origem nessa dinâmica econômica e será intensificada com a abertura da rodovia Belém-Brasília, quando se terá o início da ocupação paraense por meio dessas rotas terrestres no contexto pós 1950, segundo Tavares (2008).

Não se pode deixar de destacar ou situar ao modelo de ocupação territorial de Santo Antônio do Tauá, dentro de um mesmo padrão que caracteriza as cidades amazônicas dos séculos XVII e XVIII, em termos de circulação e fixação populacional nestes territórios. O que nos lembra Palheta (1982), se tratar dos traços da presença lusa nesse local. De fato, os rios enquanto vias de acesso, foram os meios exclusivos até o século XVIII. Através desses cursos d'água os primeiros povoados oriundos da chegada dos europeus na região se articularam aos

centros de interesse, mobilizando assim, as já referida dinâmica de exploração que perdurou nesse primeiro contexto.

No outro processo de ocupação que vai alcançar e marcar a dinâmica socioeconômica dessa área está a já mencionada exploração regional por meio dos eixos rodoviários. É neste contexto que o deslocamento de colonos proveniente da estrada de ferro Belém-Bragança (EFB), vai chegar à rodovia Pa-16, alcançando, com mais intensidade, as futuras terras tauaenses após o declínio desse projeto de colonização, segundo Palheta (1980). É assim, que os dois traços de ocupação regional se farão presentes nas origens da formação territorial deste município, de onde ele herdará seu padrão de uso e ocupação das suas terras, o que o caracteriza ainda no período atual.

Em relação a Santo Antônio do Tauá, os referidos períodos servem de partida para o entendimento cartográfico da distribuição socioeconômico particular que o município possui, mas que também trazem consigo um marcante padrão de ocupação humana que se seguirá, grosso modo, como influência em muitos outros locais dessa região, segundo descreve Palheta (1980):

A ocupação humana dessa parcela do território paraense deve-se a duas correntes de povoamento: a do litoral que se processou basicamente nos séculos XVII e XVIII, em função das comunicações entre as cidades de Santa Maria de Belém do Grão Pará e São Luiz do Maranhão, das fazendas jesuítas e das doações de sesmarias; e a do interior, vinculado ao processo de colonização bragantina do final do século XIX (PALHETA, 1980, p.24).

Essas duas “frentes de ocupação” dão conta de que daí decorre todo o movimento de entrada dessa população que construirá as particularidades socioespaciais dessa importante porção do território paraense. “No primeiro caso é marcante o processo de posse das terras amazônicas em favor da coroa portuguesa. Enquanto no segundo momento se terá relação direta com o projeto de colonização da zona bragantina” (PALHETA, 1980, p.24).

Sobre os tais padrões de ocupação dessas regiões a autora reforça seus aspectos lusitanos de colonização no que se refere aos processos ocorridos pelos rios e aqueles mediados pela rodovia Belém Bragança, “[...] se ali são perceptíveis traços da antiga ocupação e posse lusitana do Brasil colônia, ainda mais marcantes são aqueles que denunciam o processo colonizador bragantino, ao qual a área esteve incorporada” (PALHETA, 1982, p.7).

Outra forte característica desta região está no já mencionado laço econômico que a mesma estabelecerá com a capital paraense no curso de sua apropriação. De onde resultará a aproximação socioespacial às terras tauaenses, deixando como legado, além de uma dinâmica

de ocupação humana, sua constituição territorial de forte influência agrícola. De acordo com Valverde e Dias (1967), foi marcante na referida área, uma significativa ligação econômica à capital paraense, resultando numa forte unidade em torno desse processo de colonização que exerceu uma importante influência em toda região de Belém.

A colonização da zona bragantina se incumbiu de promover a estruturação do uso da terra nessa parcela do território do estado do Pará e, além do projeto agrícola que exerceu forte influência na política de ocupação econômica desta área, também foi importante seu incremento demográfico. Segundo Valverde e Dias (1967, p.3), “[...] a densidade demográfica dessa região em relação ao resto do Estado lhe concede uma individualidade onde ultrapassam 17 habitantes por quilômetro quadrado”.

A concentração populacional da Zona Bragantina torna-se fator de grande relevância para a dinâmica territorial dos municípios que se constituirão nesse espaço. Esse dado chama a atenção, pois para Valverde e Dias (1967, p.3): “é realmente curioso verificar como, numa área de 18,081 quilômetros quadrados correspondente a 1,4 % do território paraense se aglomeram 742.345 habitantes, o que equivale a 48,4% da população do Estado.”

A grande concentração populacional da qual falam Valverde e Dias (1967, p.3) acima, terá de se deslocar em busca de outras áreas econômicas quando do enfraquecimento do mencionado projeto e, suas consequências aparecerão na busca por terras agrícolas nos acessos ligados aos caminhos de comunicação com a Zona Bragantina. Pois, “[...] com o declínio do comércio da borracha, houve profunda perda do mercado consumidor de Belém, pela área colonial da bragantina. Frente a tal realidade muitas famílias nordestinas esvaziaram esses núcleos [...]” (PALHETA, 1980, p. 24).

A ocorrência da forte ocupação agrícola na Zona Bragantina se deu, portanto, por intermédio de um projeto de empreendimento colonizador levado a cabo pelo estado e de estreita relação comercial com a capital paraense, para o qual a Estrada de Ferro serviria como eixo de estruturação, por onde ocorreria a chegada de trabalhadores nos lotes agrícolas além de viabilizar o transporte da produção de alimentos para as cidades integrantes desse circuito agrícola (LEANDRO, 2012).

Essa área fez surgir uma dinâmica econômica que, além de servir de atrativo demográfico, chamando atenção primeiramente por seu quantitativo populacional, para o eixo da ferrovia em questão, também trouxe uma significativa força de trabalho que se concentrou como efetivo produtivo e reserva de mão de obra, tendo, desta feita, reconhecida relevância no seio desse processo, pois como bem lembra Leandro (2012):

Há que se reconhecer, portanto, que o florescimento desses núcleos populacionais, objetivado por trabalhadores de distintas origens, conduziu a lavoura bragantina a um nível de produção suficiente para gerar os primeiros lucros da ferrovia [...] (LEANDRO, 2012, p.27).

Portanto, a forte relação entre as referidas zonas e a capital paraense se estabeleceu pela necessidade de abastecimento de gêneros agrícolas desta última e mobilizou uma mão de obra oriunda de diversas partes do país, mas, com destaque para região Nordeste. Esse acesso de trabalhadores se fará pelas vias terrestres, fato que evidenciou o já mencionado importante padrão de ocupação, mediante o qual terá origem a sede do município de Santo Antônio do Tauá, como bem relatado abaixo por Palheta (1980):

Ao antigo caminho uniu-se o então “caminho da Vigia” utilizado pelas populações dos núcleos coloniais ali estabelecidos. Dessa ligação, surgiu um pequeno aglomerado rural – o povoado de Santo Antônio do Tauá; que, mais tarde, iria se transformar em sede do município do mesmo nome (PALHETA, 1980, p.25).

Um item importante, portanto, a se levar em conta na formação socioeconômica de Santo Antônio do Tauá está na concentração demográfica marcante nas terras pertencentes ao seu futuro território municipal. Esse fato ajuda a entender o volume e a variedade da produção agrícola relatada já num contexto anterior a emancipação política de Santo Antônio do Tauá. Como bem observa Iraci Palheta (1982, p.7): “entre 1940 e 1968 é constatado uma presença significativa das pequenas propriedades rurais, ou seja, aquelas contidas em menos de 50 hectares [...]”. Na década de 1940, muitos colonos, considerados pequenos agricultores já se distribuíam nessas terras e, de certo ajudaram a constituir a organização social que representará a busca pela efetivação de um território municipal dentro de suas necessidade e conveniências sociopolíticas.

Para Palheta (1982), esse adensamento demográfico, tão significativo, para a composição de sua formação socioeconômica, ocorrerá em quase toda a porção centro-oriental, no eixo da PA-16 do percurso da rodovia Tauá-Vigia, marcadamente na forma de pequenas propriedades. Apenas 41 municípios dentro dessa grande região possuíam, mas de cinco habitantes por quilometro quadrado, “[...] enquanto Santo Antônio do Tauá e Vigia destacam-se como os que apresentam as zonas rurais mais fortemente ocupadas.” (PALHETA, 1982, p.28).

Durante essa fase de ocupação marcadamente ligada a atuação dos jesuítas no contexto dos séculos XVIII, XIX, essas terras tauaenses permaneceram, administrativamente, ligada à capital paraense e a Vigia de Nazaré. Assim foi até o início do século XX, quando as estradas

de rodagens (ramais) passaram a influenciar o movimento de ocupação da Zona Bragantina (PALHETA, 1982). Essas transformações acabam se tornando imprescindível à sua atual configuração territorial.

Uma das relevâncias disso tudo reside no fato de que a estrutura socioeconômica vivenciada no interior do território e, que se fortaleceu apenas no contexto do século XX, terá participação decisiva, por meio de uma elite local, na emancipação política de Santo Antônio do Tauá, por outro lado sua região insular, onde se situa, por exemplo, o Distrito de São Raimundo de Borralhos e a Vila do Espírito Santo do Tauá têm sua participação diminuída na vida socioeconômica e política desse município.

Como já destacado por Palheta (1982), foi a atividade agrícola que promoveu a segunda forma de exploração econômica dessas terras e acabou por fundar um núcleo populacional vinculado ao acesso por rodovias de onde partiu a iniciativa que culminará com a configuração territorial tauaense na década de 1960.

A importante tradição agrícola presente nessa área tem participado do processo de desenvolvimento econômico desse município e se tornou a principal atividade produtiva tauaense, essa tradição vem se desenvolvendo ao longo do tempo com diferentes destaques intervalados onde determinado produto assumiu o papel de item principal dentro desse setor econômico. Já foi assim com a pimenta do reino, com a laranja ou com o tomate; culturas que já detiveram importante lugar na economia tauaense, mas que na atualidade sofreram declínio, enquanto outros itens ganharam destaque.

Embora se saiba que tal dinâmica tem seu ritmo imposto pelo próprio mercado, no qual, por exemplo, entram as regras da demanda (oferta e procura), muitas questões sobre a baixa de produtividade que atinge regularmente esse setor em determinados momentos, decorrem ou dependem das políticas públicas municipais adotadas ou não, no amparo dessa atividade.

Sendo assim, Santo Antônio do Tauá dispõe de uma base econômica cujo desempenho, por exemplo, está constantemente sob forte influência do processo de flutuação gerado pelo mercado e, tal dinâmica de concorrência requer a presença do poder público na elaboração de projetos municipais de planejamento territorial produtivo.

Pois em que pese as experiências exitosas, decorrentes da mencionada descentralização política, não é difícil constatar no cenário nacional inúmeros casos onde a municipalização parece ter representado um fardo para os governos locais⁵.

Por isso a gestão pública, sob tais circunstâncias se torna peça-chave dentro desse

⁵ Discussão que será retomada mais adiante levando-se em conta os dados econômicos primários tauaenses no contexto da municipalização.

diálogo onde o planejamento territorial é instrumento político essencial aos projetos de desenvolvimento socioeconômico pretendido ao município.

Os diversos períodos relativos à constituição de Santo Antônio do Tauá dão conta de que qualquer plano de intervenção territorial no nível municipal precisa incluir os seus já mencionados arranjos socioespaciais enquanto parâmetros de gestão pública isso, evidentemente, no que concerte às suas bases produtivas.

Ficou evidente, através da história, que a primeira área tauaense de ocupação sofreu certo declínio enquanto a segunda adquiriu status econômico de carro-chefe do município, muito embora, essa condição, como já mencionado, não siga um roteiro regular de prosperidade e mereça destaque mais adiante neste trabalho.

Tais aspectos revelam uma tradição econômica primária e, portanto, do ponto de vista das demandas locais, existe a priori, uma clara necessidade de planejamento territorial, que leve em consideração essas realidades produtivas tão profundamente fincadas em terras tauaenses (insular e continental) e, portanto, atreladas ao seu espaço rural.

CAPÍTULO 3- TERRITÓRIO TAUAEENSE E DINÂMICA SOCIOECONÔMICA MUNICIPAL PÓS 60 (emancipação política)

A abordagem do município de Santo Antônio do Tauá mediante sua formação espacial pode ser obtida num esforço de periodização que certamente inclui a Ferrovia Belém-Bragança como parte fundamental da história de ocupação de suas terras. Essa análise espaço-temporal busca situar a organização espacial deste município compreendida como um desdobramento do processo de exploração e ocupação da denominada Zona bragantina. Esse espaço cresce em importância no referido contexto, bem como assinala Égler (1961, p.537): Paralelo ao traçado da via férrea foi-se definindo o percurso da estrada de rodagem, cuja importância econômica cresceu rapidamente. Uma destas rodovias se tratava da PA-16 (atual PA-140), a qual garantiu a entrada do movimento migratório que se expandiu paralelo a ferrovia em direção ao litoral vigiense.

O território tauaense seguirá seu curso de desenvolvimento, ganhando autonomia política e, conseqüente status de município criado em 1961 e instalado em 1962, justamente por força de uma organização socioeconômica que se estruturou ao longo dessa estrada.

Na década de 1970, sua densidade populacional e o papel econômico desempenhado por suas terras já se destacam entre os demais municípios pertencentes a então denominada região do Salgado. As correntes migratórias desencadeadas por fatores de repulsão populacional contidos na dinâmica socioeconômica da Zona Bragantina são atraídas para o eixo de circulação entre Santa Izabel e Vigia, onde Santo Antônio do Tauá se originou alimentado, entre outras coisas, pelo mercado consumidor da região de Belém.

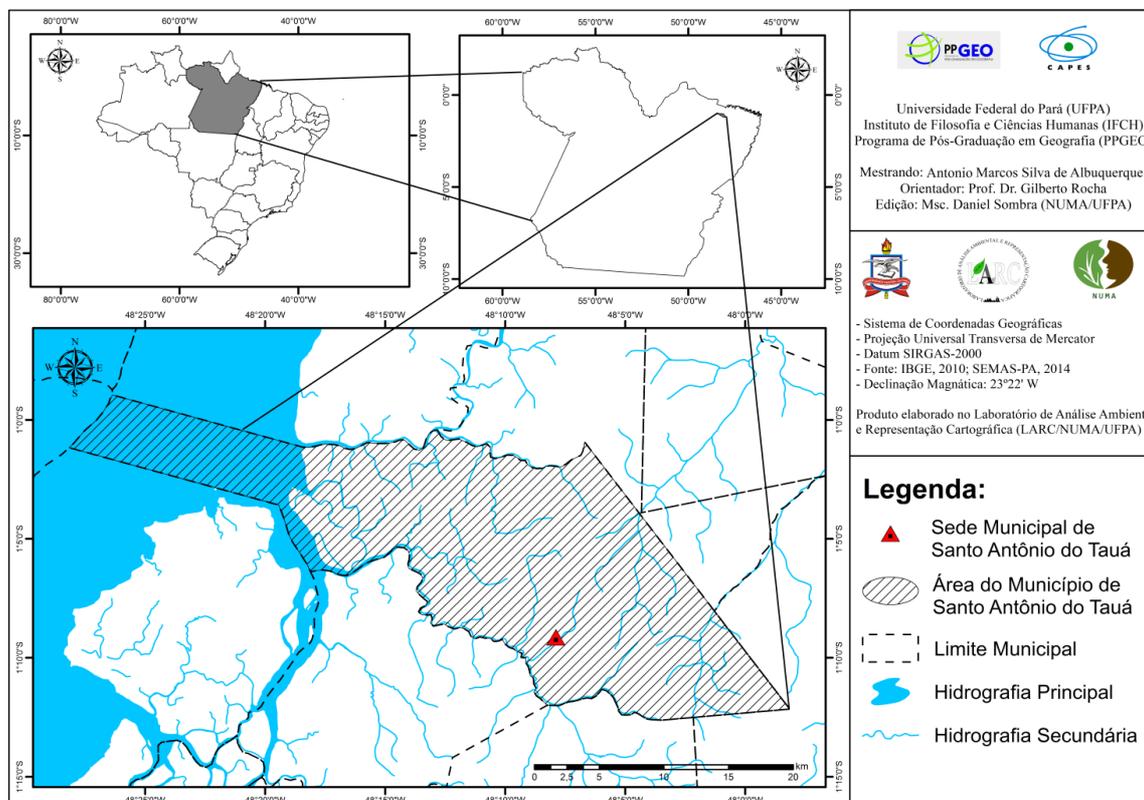
Os parâmetros comparativos deste município no interior de um conjunto de outras unidades administrativas, que como ele vivenciaram padrões similares de ocupação, serão aproveitados aqui, para se analisar um importante momento de sua história socioprodutiva relacionada a então, Região do Salgado. A extensão deste contexto (período) particular, nesta abordagem, seguirá até 1990, quando da descentralização política passará a ser o foco do debate na gestão municipal.

Dessa maneira, o processo de uso e ocupação territorial tauaense e seu desempenho produtivo, servirão como já citados, para avaliar a capacidade do poder público em lidar com a descentralização política do contexto atual.

A distância de pouco mais de 50 km entre a capital paraense e Santo Antônio do Tauá o situa em uma área de tradicional polarização desta metrópole e, isso significa reconhecer o forte papel de Belém nas transformações socioeconômicas que marcarão sua organização

espacial, tendo influenciado significativamente a base produtiva tauaense até os dias de hoje.

Mapa 1- Santo Antônio do Tauá, Localização



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPA)

Um bom exemplo de tal relação é citado também por Eugênia Égler (1961, p.537) ainda na década de 1960, quando esta autora menciona que: *Um fato que iria ter futura importância econômica para a região começou a correr. Pessoas abastadas de Belém, no intuito de constituir sítios para passar o fim de semana, começaram a adquirir propriedades ao longo da estrada.*

Foto 1: Moradia de Veraneio da década de 1970, PA-140, na altura da sede municipal, km 17



Fonte: O próprio autor, 2017

A presença destes moradores, não agricultores, na área de Santo Antônio do Tauá, assinala um novo contexto de relação entre a capital e algumas localidades dentro de sua área de influência no contexto pós 1960. Com a pavimentação da PA-140, ocorrerá um interesse crescente por tais imóveis de veraneio, o que evidencia, principalmente, a elevação da dinâmica de circulação nesse espaço devido a sua proximidade de Belém.

O movimento migratório ligado a tal rodovia, assim como todo o fluxo trazido por ela posteriormente, tem papel fundamental neste trabalho, já que a distribuição demográfica de Santo Antônio do Tauá e sua relação espacial histórica, em especial com sua zona rural, têm importante lugar na análise de seu território, por se tratar de um município que se estruturou economicamente em torno da agricultura, processo sob o qual se deu a dinâmica de uso e ocupação de suas terras.

O referido papel produtivo se estabelece enquanto importante vetor econômico que ganha destaque na significativa densidade populacional de sua zona rural. Este fato não só está por traz de sua colonização original e da sua consolidação enquanto unidade administrativa independente, mas também é responsável por um considerável volume produtivo agropecuário, desenvolvido até hoje, em especial, na área denomina de colônias agrícolas.

Na outra porção territorial estão as comunidades insulares, combinando as terras tauaenses numa diferenciação espacial de ocupação, onde Carvalho (1984) apud Pereira (2002) identifica como: *moradores da beira e moradores do centro*, para se referir respectivamente à área de ocupação dos mananciais e a ocupação ligada à rodovia. Segundo a mesma autora essas terminologias se popularizaram mais recentemente (2002), como *Moradores das Ilhas Norte e Moradores das Estradas*.

De certa forma, percebe-se uma leitura simplificada da estrutura apresentada nos padrões de organização espacial observados por Corrêa (1987), no processo de ocupação da região amazônica. De todo modo, estas contribuições são valorosas e nos situam na leitura de uma realidade amazônica, enquanto suporte para estabelecer certo destaque ou diferenciação às duas áreas rurais analisadas nessa metodologia.

Muito embora, em linhas gerais, as populações dessas áreas façam parte de uma realidade, cujas principais dinâmicas socioespaciais se reproduzam enquanto eventos de caráter municipal, principalmente no que tange às condições produtivas dos pequenos agricultores, essa menção será útil para se trazer ao debate as dinâmicas que, igualmente, chegam às áreas mais tradicionais de pesca extrativismo enquanto parte de um processo de caráter municipal.

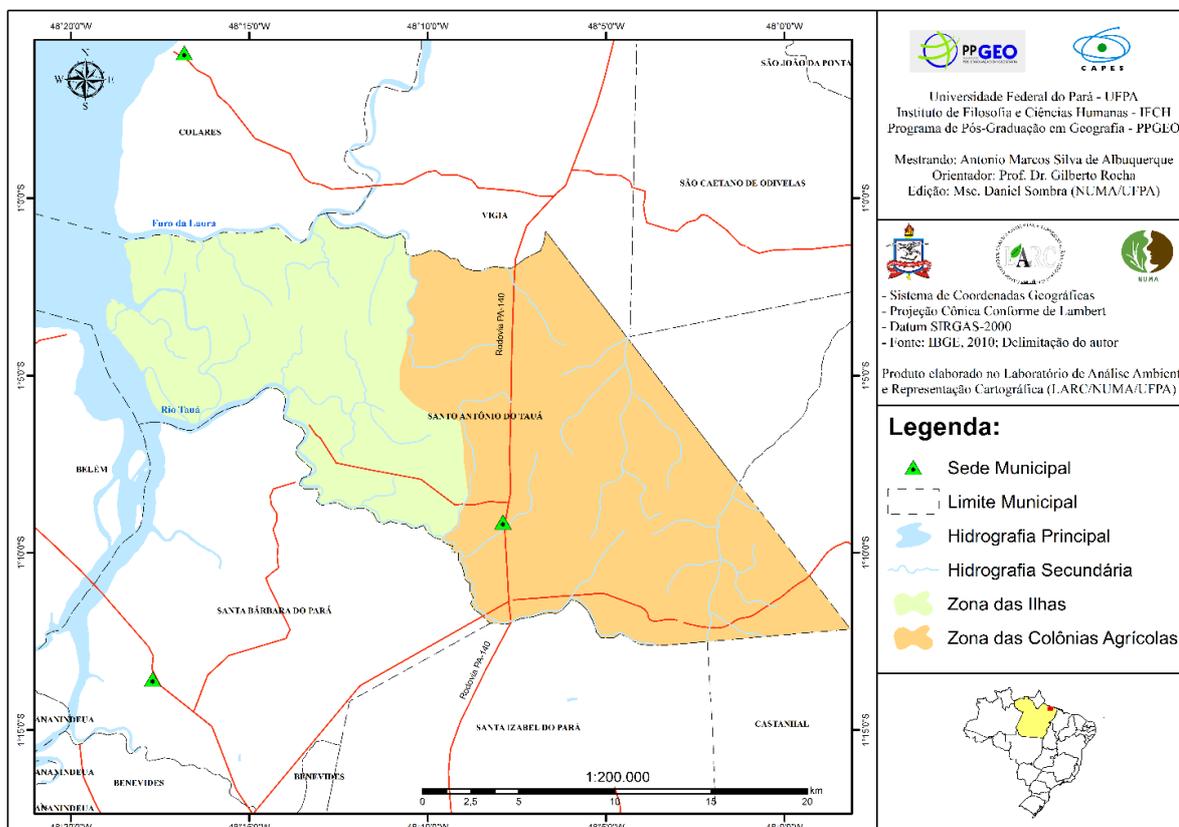
As colônias agrícolas ocupam as terras ao longo da PA- 140, em especial as situadas a Leste do território tauaense e, possuem os mais representativos aglomerados populacionais, onde se destacam, além da sede municipal, a Vila de Patauateua e o Km 12 - todos situados e/ou originados ao longo do eixo rodoviário que dá acesso à cidade de Vigia (mapa 2).

Nesse mesmo percurso ainda existem as localidades mais afastadas, cujo acesso ocorre por meio das estradas não pavimentadas, denominadas de ramais. A importância econômica do processo histórico de ocupação dessa área agrícola ao longo da PA-140 insere gradativamente Santo Antônio do Tauá entre os municípios abastecedores de Belém, fortalecendo de forma crescente e definitiva estas rodovias (estaduais e vicinais) enquanto principais espaços de circulação econômica desta porção do estado.

As dinâmicas históricas de ocupação das terras municipais, como já citado aqui, estabeleceram espaços representáveis, justamente por seus aspectos mais gerais dentro de um perfil de uso econômico, o qual não é só resultado, mas também condição básicas de organização e reprodução social hoje. Desse modo, pode-se considerar que no mapa abaixo, existem particularidades significativas para uma abordagem das terras tauaenses, as quais ganham ainda mais importância no campo da gestão pública voltada ao planejamento e

implantação de políticas destinadas ao setor primário local.

Mapa 2: Território tauaense: área insular e área das colônias agrícolas



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPA)

Essas dimensões do território de Santo Antônio do Tauá serão, a partir de agora, melhor analisadas para se poder entender suas particularidades adquiridas através do processo de uso e ocupação do seu setor rural. As referidas zonas resultam (em seus limites), principalmente, das condições naturais engendradas pelos rios, mas acaba sendo igualmente importante associar a tais aspectos, a organização socioespacial particular estruturada historicamente nesse local, ligada ao padrão luso de ocupação citado por Palheta (1982).

3.1 Território das colônias agrícolas

A frequente comparação que se buscar-se-á realizar neste trabalho entre a produção primária de Santo Antônio do Tauá, e sua situação na denominada Região do Salgado, se faz necessária mediante a sua inserção enquanto território de imigração e ocupação no mesmo contexto deste espaço, o qual, como já citado se efetuou por meio de um projeto maior de

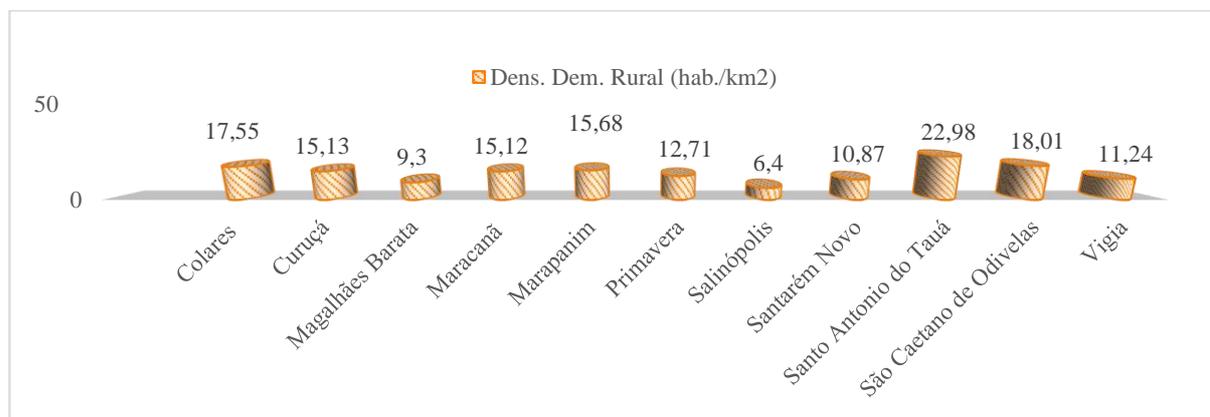
exploração regional. Os números representam, portanto, um universo produtivo contido na realidade da década de 1970, que além de mensurar o quadro produtivo de tauaense frente ao cenário de tal período, também o considera uma determinada dinâmica mais ampla de apropriação e uso do território, sendo de tal maneira, de grande valia para as discussões pretendidas aqui.

Da mesma forma, como a relação estabelecida com a capital Belém e as terras tauaenses se fizeram sentir no curso de sua ocupação, na sua emancipação política e no seu desenvolvimento socioeconômico nesse período, ainda hoje sua localização geográfica na denominada Mesorregião Metropolitana de Belém e Microrregião de Castanhal, figuram enquanto vetores indispensáveis à sua análise territorial, sobretudo quando da participação da PA-140 em tal processo.

O panorama geral da distribuição demográfica rural na então Região do Salgado em 1970 (gráfico seguinte) revela em números aquilo que Valverde e Dias (1967), chamam de *individualidade regional* dentro do Estado, uma concentração muito grande de pessoas num espaço, cujo aspecto marcante é a apropriação das terras para a agricultura, no já mencionado circuito econômico regional de exploração do látex.

Cabe ainda ressaltar, segundo Palheta (1980), que as terras tauaenses ampliarão sua população por meio de um processo crescente de imigração originária do núcleo colonial da bragantina onde o declínio vinha se sentido na medida em que se enfraquecia o comércio da borracha na região, assim, esta área se tornará um dos locais mais densamente ocupados, como demonstra o quadro abaixo.

Tal incremento demográfico foi, de certo modo, um forte vetor de efetivação de Santo Antônio do Tauá enquanto município independente em 1961, processo ocorrido também com outras unidades territoriais da mesma área neste contexto.

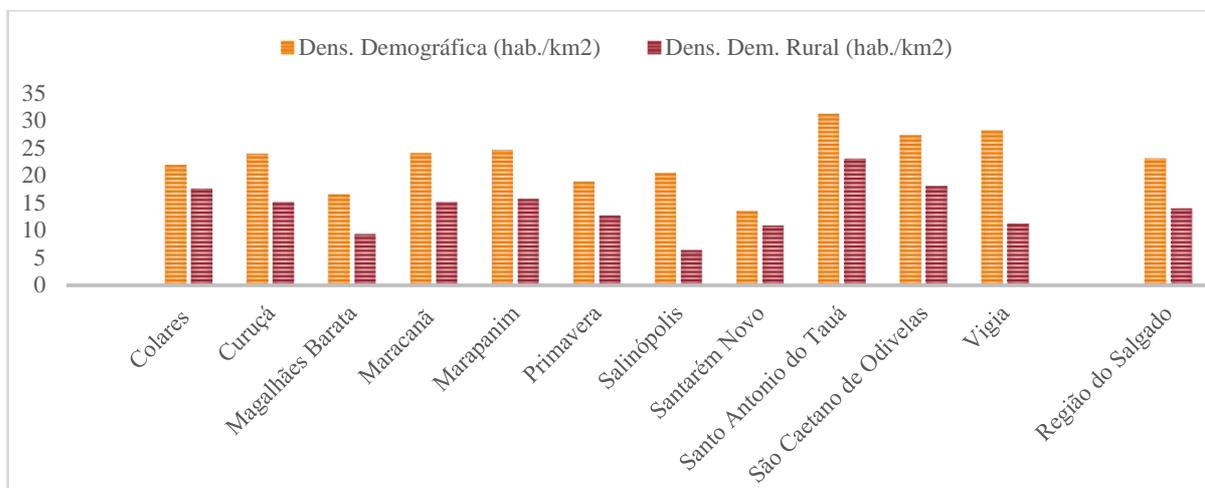
Gráfico 1- Densidades demográficas rural na Região do Salgado, 1970

Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

Diante desse fato é justo ressaltar o referido destaque numérico enquanto um diferencial de ocupação das terras tauaense. Pois esta inegável condição de área alternativa para a migração do já mencionado núcleo de colonização, permitiu a ocupação das terras tauaenses nos moldes agrícolas que, ainda hoje se reproduzem na forma das condições materiais herdadas caracterizando fortemente seu território.

O número de habitantes alocados nessas terras, pouco depois de sua emancipação política o colocava em evidência na Região do Salgado, tendo este município a maior concentração demográfica entre os demais de sua área, com destaque para o meio rural, (gráfico acima), onde esse número chama ainda mais atenção.

Neste contexto, “a produção agrícola local, é responsável por quase um quarto do valor da produção agropecuária da região do Salgado e quase um terço da produção agrícola regional” (PALHETA, 1980, p.28). Tal realidade chama a atenção para o significado, não só do quantitativo populacional nesse espaço, mas também do papel produtivo que as terras tauaenses já possuíam nesse cenário regional da década de 1970.

Gráfico 2- Concentração populacional na região do salgado, 1970

Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

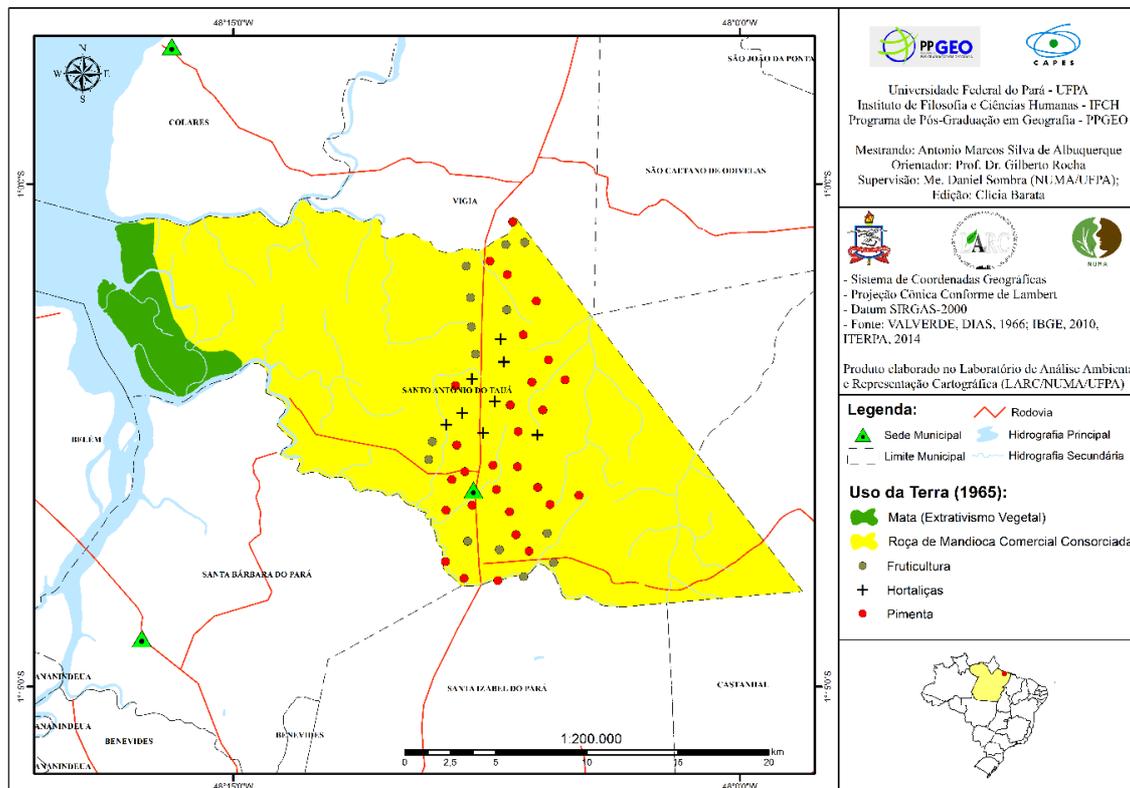
A superioridade numérica da população tauaense - quase dez anos após sua emancipação política - tanto em sua área territorial total, quanto em seu espaço rural, apresenta um fato que terá, sem dúvida, uma forte influência no desempenho de sua economia agrícola. Esse traço também permanecerá como uma das mais fortes características do circuito de ocupação que se prolonga no contexto da década 1970, no sentido S-N, através da economia primária, até as terras de Vigia de Nazaré.

Fica evidente no mapa em questão (abaixo), que as terras ao longo da PA-140, entre Santo Antônio do Tauá e Vigia se tornaram um eixo agrícola de considerável importância. Em meados de 1960, o território tauaense era, portanto, nos confins das terras ocidentais da área litorânea e sublitorânea do Estado do Pará, na então, região do Salgado, um município de forte economia primária.

A presença de itens agrícolas como a pimenta do reino, a fruticultura, e a horticultura, se destacam às margens da rodovia estadual PA-140, a qual ainda se conecta às inúmeras estradas de rodagem de seu curso, denominadas de travessas, para dar acesso às áreas coloniais localizadas mais no interior.

Porém, o cultivo da mandioca é nesse cenário, a prática agrícola de maior destaque, cuja ocorrência, segundo o mapa em questão, se prolongava desde as colônias agrícolas até a porção insular tauaense, onde se pode verificar uma pequena área de extrativismo vegetal, evidenciando, um dos já mencionados traços econômicos tradicionais desta zona municipal.

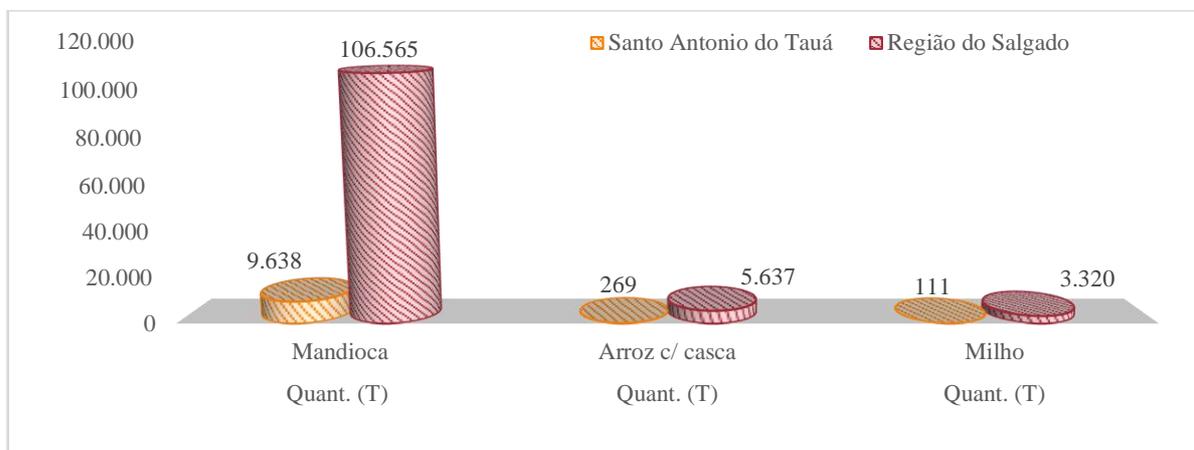
Mapa 3- Santo Antônio do Tauá: uso e ocupação do território, 1965



Fonte: Adaptado de Valverde e Dias (1966).

Na sequência pode-se ter um esboço comparativo de algumas práticas agrícolas tauaenses entre os municípios da antiga Região do Salgado, onde Santo Antônio do Tauá aparece, com sua marcante produção de mandioca. Porém, merece especial atenção, a produtividade de arroz com casca e de milho, os quais também já corresponderam a itens de grande presença nas propriedades de pequeno porte dos agricultores tauaense, como descrito por Palheta (1982).

A porção oeste do mapa (região das ilhas) se apresenta com uma relevante área extrativista praticado num espaço mais afastado do circuito das relações relativas a rodovia em destaque. Isso assinala uma condição socioespacial que se consolidará nesse município de forma crescente, ou seja, a distinção que aqui é levada em consideração, quando do estudo do território rural tauaense entre seus dois, já mencionados, padrões de ocupação (mostrado anteriormente).

Gráfico 3- Tauá/Região do Salgado, Produção Agrícola: culturas temporárias, 1970

Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

O desempenho produtivo das culturas temporárias apresentadas pelo gráfico acima, como a mandioca, arroz e o milho, além de mensurar o quantitativo da economia municipal no contexto em questão, serve também para uma abordagem mais qualitativa dentro de uma análise do processo histórico de uso do território atual, pois estes são produtos, exceto pela mandioca, sem grande expressão na economia agrícola familiar tauaense.

É preciso ressaltar que a prática consorciada de cultivos citados por Valverde e Dias (1967), no mapa de uso da terra deste espaço em 1965, nos permite afirmar a presença, no amplo contexto de ocorrência da mandioca, de várias outras atividades agrícolas a exemplo de algumas descritas no quadro abaixo, considerando que a fruticultura era uma das atividades econômicas ligadas à agricultura familiar, onde comumente se encontrava esta característica produtiva.

Exceto pela pimenta do reino, de forte ligação às propriedades japonesas, os demais itens com representação numérica deste quadro, frequentemente apareciam juntos dos demais cultivos praticados por pequenos agricultores tauaenses do referido contexto.

Quadro 1- Santo Antônio do Tauá, produção agrícola: culturas permanentes, 1970

Pimenta do reino	Banana	Laranja	Mamão
Quant. (t)	Quant. Cachos	Quant. 1000f	Quant. 1000f
518	150	138	1

Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

A cultura da Pimenta do reino ganha destaque nesta época como resultado da presença japonesa nas terras tauaenses e tornando amplamente cultivada na área em questão, como visto

no mapa de uso da terra do período de 1960. Uma década mais tarde, segundo dados acima, essa atividade econômica já se sobrepõe em volume, às demais culturas locais se tornando em pouco tempo, o principal produto agrícola de exportação municipal.

No entanto, grande parte das culturas citadas em 1970, como o mamão e a banana, ainda estão nos dias atuais, entre as espécies mais praticadas nas propriedades tauaenses de médio e grande porte. O mesmo ocorre com a laranja, que continua enquanto forte representante da agricultura local e, pode ser encontrada, especialmente, em áreas de cultivo de maior porte, principalmente em propriedades ligadas a comunidade japonesa.

Seja como for, é possível se obter por meio do mapa em questão e as culturas mencionadas, um padrão marcante de uso e ocupação que se estabeleceu nas terras municipais tauaenses o qual, salvo por suas alterações ligadas ao volume de produção e espécies de maior ou menor ocorrência, representarão uma estrutura basilar da organização socioeconômica territorial tauaense do contexto logo posterior a sua emancipação política.

O quadro seguinte serve para se evidenciar as características desta área enquanto um espaço de apropriação agrícola que se prolonga pela PA-140, até a cidade de Vigia de Nazaré, enquanto um local que, em comum, tem a ligação de sua história ao papel produtivo e de abastecimento voltado à capital paraense.

Quadro 2- TAUÁ-VIGIA, Produção Granjeira, 1970

	Aves	Ovos
	Quant. (cabeças)	Quant. (1.000 dz)
Santo Antonio do Tauá	5.780	9
Vigia	19.463	45
Área Tauá-Vigia	25.243	54
Região do Salgado	67.252	168
% de área sobre a região	37,53	32,14

Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

Vê-se, aqui, a relação comparativa do desempenho econômico de Santo Antônio do Tauá numa somatória com a atuação vigiense, por se tratar de um eixo rodoviário abordado como elemento indispensável ao recorte empregado nesta análise panorâmica da produção primária desse espaço. Além disso, é importante notar que o papel econômico, em especial do tauaense, neste contexto, segue uma orientação produtiva, justamente marcada pela dinâmica

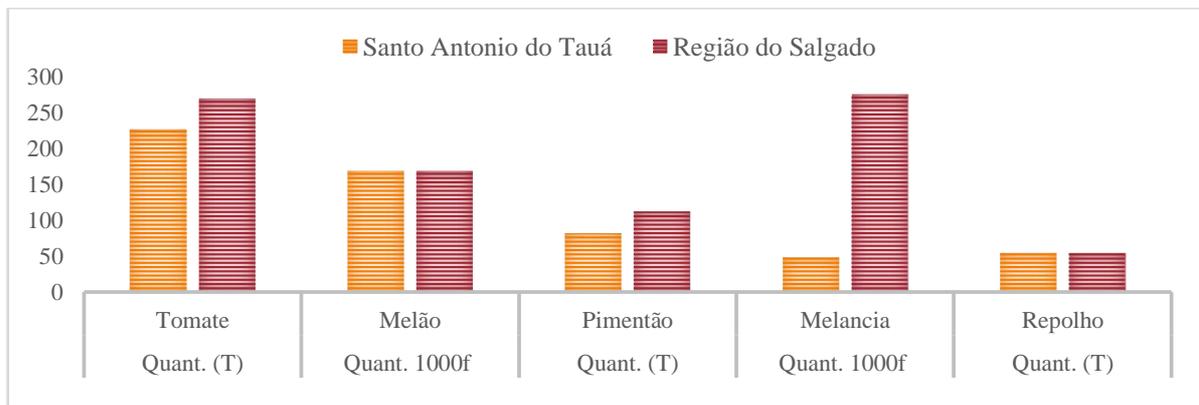
levada a cabo pela influência exercida por Belém do Pará, como um importante vetor de indução de sua *vocação econômica*.

Essa via de ligação entre os povoados do litoral e a ocupação promovida com os assentamentos agrícolas da Zona bragantina crescia em importância na medida em que o projeto agrícola neste último decaía. Coube, portanto a tais espaços agrícolas, atuarem enquanto unidades funcionais dentro deste circuito econômico, se servindo da possibilidade de comércio aberto pela comunicação que se estabeleceu entre os mercados da área em questão.

Fica evidente desta forma que, aquilo que se denomina regularmente de vocação produtiva dos lugares, não pode ser entendido como algo muito além de rearranjos socioprodutivos, os quais historicamente se impõem e se estabelecem por meio de iniciativas e/ou relações político-econômicas.

O gráfico a seguir foi obtido por meio dos dados da produção de culturas temporárias também no contexto de 1970 e, busca situar a atuação econômica tauaense numa abordagem mais ampla dentro da região do Salgado, naquele tempo. Essas informações servem para melhor dimensionar a economia de Santo Antônio do Tauá no âmbito do uso da terra nesse espaço e, elencar alguns dos itens de maior ocorrência na agricultura tauaense em tal período.

Gráfico 4- Tauá/Região do Salgado, produção agrícola: culturas temporárias, 1970



Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

Durante os levantamentos de campo sobre a existência de tais culturas temporárias, como o tomate, melão, pimentão e repolho, por exemplo, foi-nos confirmado se tratar de investimentos de grandes agricultores japoneses que atuaram nessas terras e tiveram importante papel econômico através destes cultivos até 1970, para os quais famílias da zona das colônias agrícolas trabalhavam frequentemente.

Vale mencionar de antemão, que a produção de tomate, com notório peso no gráfico acima, deixará de existir, tendo sua última presença entre as práticas agrícolas tauaenses, oficialmente registradas no início da década de 1990. Este fato não só assinala a vantajosa condição geográfica do município em questão, como já citado, no que se refere ao papel de fornecedor destes gêneros à região de Belém, como também as constantes oscilações sob as quais, pela mesma razão, Santo Antônio do Tauá demonstra estar submetido.

No que tange a produtividade agrícola em questão, num contexto mais amplo, pode-se inferir que Santo Antônio do Tauá gozava de uma cômoda posição enquanto fornecedor dentro do mercado consumidor local e regional, o que o logrou, de certo, forte estímulo produtivo. Como destacam Valverde e Dias (1967, p.35): “As propriedades frutícolas e hortigranjeiras da estrada da Vigia (Pa-16) têm explorações maiores e aspectos mais ricos, devido ao estímulo que lhe traz a proximidade de Belém.”

Exceto pela melancia, o referido gráfico apresenta números surpreendentes, ainda mais em se tratando valores comparativos da produção agrícola de um município, de dimensões tão modestas, frente a toda uma região com dez unidades administrativas.

Com sua base produtiva, de certa forma, definidas territorialmente no âmbito da distribuição e ocupação demográfica e de seus usos econômicos, Santo Antônio do Tauá seguirá no contexto de sua emancipação política enquanto área agrícola de forte dependência do comércio mais imediato de Belém, para sua cultura agrícola menos comercial, enquanto os itens de maior peso de exportação terão seus valores ditados no nível regional ou mesmo no internacional, condição sob a qual estes produtos terão sua representatividade econômica municipal aumentada ou diminuída ao longo do tempo, como se pôde ver nos números apresentados⁶.

⁶ Essa realidade tem como exemplo o destaque da mandioca na década de 1963, a pimenta do reino que se destacará até a década de 1980, e as hortaliças e o dendê a partir deste mesmo contexto.

CAPITULO 4 - TERRITÓRIO TAUAEENSE E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS PÓS 90. (Municipalização)

A compreensão do quadro socioprodutivo de Santo Antônio do Tauá no contexto atual, enquanto município detentor de sua autonomia política e de características próprias no conjunto de suas relações no interior da Mesorregião Metropolitana de Belém se faz relevante e necessária dentro da percepção de que existe “Uma reestruturação dos processos produtivos que incidem no território e promovem sua recomposição além das localidades. Transformações que emergem [...] enquanto uma nova condição que assume o território frente aos processos globais” (SCHNEIDER apud ROCHA, 2016).

A gestão pública municipal (Ente Federativo) assume o papel de administrar os recursos locais de forma autônoma com liberdade legislativa e poder de organização interna própria, o que abre possibilidades de obtenção de um desenvolvimento sustentável para esses espaços, porém, tal condição resulta, como assinalado pelo autor acima, de transformações na estrutura produtiva global, movida por um dinamismo de forças externas e impositivas, assim é que se dá a descentralização política em questão.

Esses processos são importantes vetores de rearranjos políticos e socioprodutivos que, além de desestruturar as bases tradicionais preexistentes, oferecem novas redes de relações e formas de adequação, ou seja, outras oportunidades vantajosas aos lugares. Portanto, uma política de gestão local precisa de um planejamento territorial mínimo de seus potenciais naturais, humanos e econômicos municipais, no sentido de garantir poder de reação frente a tais desafios.

Na década de 1970, o município de Santo Antônio do Tauá figurava como uma unidade administrativa de recente emancipação política, sua população de quase 11 mil habitantes, vivia na sua maioria (gráfico 3), no meio rural. Esse fato vai pesar no seu processo de configuração territorial e, mais importante ainda, nas dimensões dos desafios que tal realidade socioeconômica assumirá frente às mudanças de origens globais dos dias atuais, enquanto município de economia rural, que se tornou.

Para esse capítulo, portanto, será necessário acompanhar volume e os itens agrícolas mais frequentemente praticadas no nível municipal pós 90, de forma a se proceder em possíveis observações conclusivas, atribuindo relação entre as transformações no território rural da área estudada e sua gestão pública do referido contexto, para o qual, também, será necessário recorrer algumas vezes aos dados de mesma natureza do período anterior.

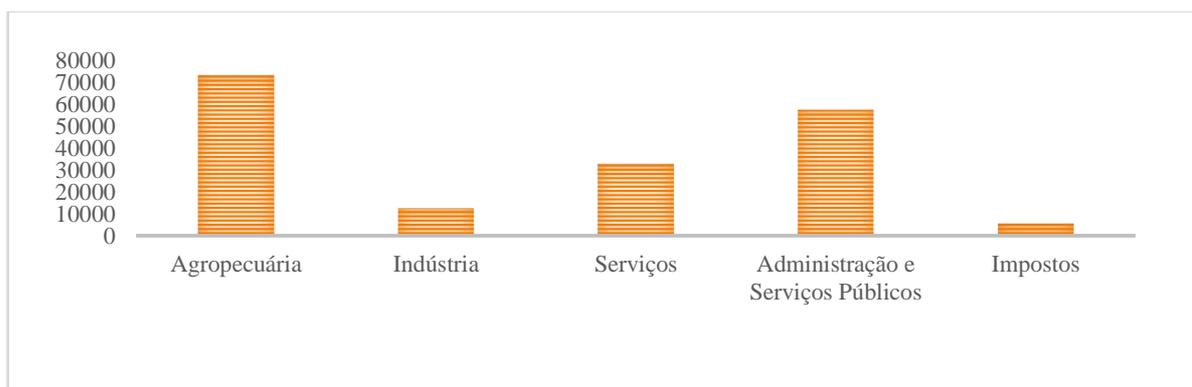
As transformações que se processam na rede de relações entre os municípios, da então

Região do Salgado e a capital paraense, já eram previstas, em 1960 quando da abertura das rodovias Belém-Brasília, (BR-010), e da conclusão da Pará-Maranhão, (BR-316).

[...] com a rodovia Belém-Brasília, a dependência econômica do grande centro polarizador nacional (São Paulo) tornou-se mais nítida sobre o espaço regional, em particular sobre a área estudada, com algumas vantagens para ambos, - mas trazendo, por outro lado sérios problemas para seus agricultores (PALHETA, 1980, p.33)

Seja como for, na esteira dessas mudanças é possível acompanhar a dinâmica do setor primário e, com efeito, o crescimento e distribuição de sua população, assim como o desenvolvimento do setor de comércio e de serviços, especialmente alocada na sede municipal e, como isso todo o quadro sociopolítico associado ou associável a estes dados municipais de evolução econômica que emergem como resultado das dinâmicas ocorridas no território rural tauaense.

Gráfico 5- Santo Antônio do Tauá, Produto Interno Bruto Municipal, 2013



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2010).

No contexto pós 1990, pode-se elencar inúmeras transformações, indiretamente contidas no gráfico acima, as quais são perceptíveis em Santo Antônio do Tauá, sejam na dimensão da estrutura material da cidade, evidentes nas formas urbanas e na densidade demográfica mais expressiva na sede municipal, seja no nível das relações tipicamente capitalistas dentro do circuito econômico, onde se apresenta o seu comércio de razoável variedade de produtos e seguimentos de vendas.

O setor de serviços tem se ampliado e se fortalecido juntamente com a urbanização tauaense, passando a absorver uma importante parcela da população economicamente ativa municipal (PEA).

Quanto ao setor secundário pode-se destacar as duas indústrias situadas ao longo da PA-

140, como exemplo da significativa produção industrial local. Além destas uma terceira unidade industrial (usina de processamento de dendê), encontra-se em funcionamento associada ao referido produto do agronegócio, porém mais afastada da rodovia em questão.

Uma das citadas indústrias de expressão, aparece próximo ao km 19, ao Norte da sede da cidade, esta lida com a criação e distribuição de aves de corte, esta com mais de 25 (vinte e cinco) anos neste município.

Essa conjuntura tauaense de certo que denota um processo de reorganização espacial de consequentes repercussões socioprodutivas, na qual suas já mencionadas vantagens locais, entram como fomento e, certamente contribuindo para este quadro do PIB municipal mais recente.

Dentre tais vantagens, ainda se verifica, além da importância das condições ligadas ao eixo de circulação, do qual Santo Antônio do Tauá faz parte, constituído do litoral vigiense numa ponta e da região metropolitana de Belém, na outra, também a forte tradição do setor primário que se apresenta enquanto herança territorial e oferece condições para o desenvolvimento de atividades econômicas contidas nos setores desta mesma natureza, como nos exemplos industriais citados.

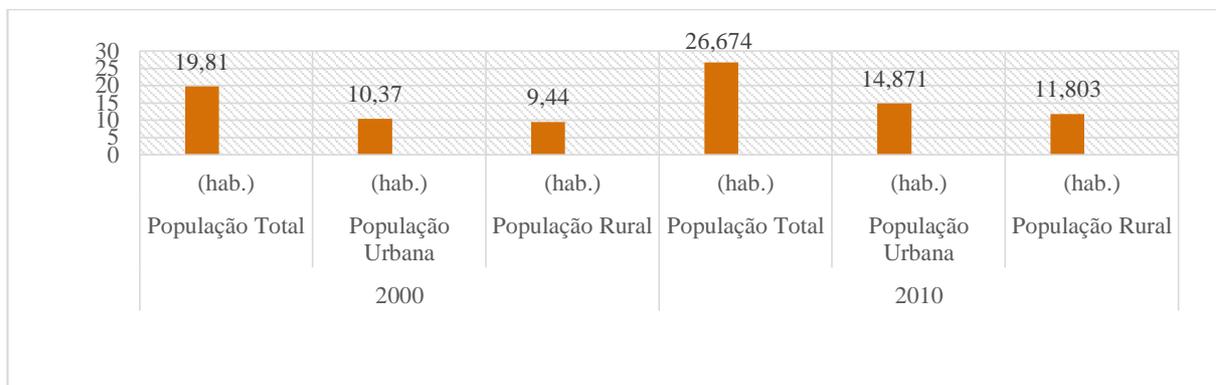
Mesmo com a ampliação do setor de serviços neste início do século XXI, e a indústria, que de forma gradativa, vem adquirindo lugar de destaque, o setor agropecuário ainda concentra a maior parte da produção econômica tauaense, assegurando esta que foi sua base tradicional de ocupação. Porém, é possível recorrer à análise do desempenho e ao padrão produtivo que ora se apresenta em Santo Antônio do Tauá, enquanto vetores que influenciaram na sua atual distribuição demográfica, cujos efeitos, podem ser sentidos no uso que se faz do território nos dias de hoje.

A evidente ampliação da sede municipal enquanto espaço de concentração das atividades mais significativas de sua economia urbana, já são perceptíveis no gráfico acima e tal perfil se apresenta enquanto um dado comum associado ao processo de urbanização. Se for assim, é lógico considerar que esta dinâmica seguirá enquanto uma tendência em Santo Antônio do Tauá, a qual terá como uma de suas principais evidências a crescente concentração populacional na área urbana, fato que já é passivo de identificação na sua distribuição demográfica recente.

O quadro exposto abaixo tem grande relevância na abordagem das questões variadas relativas aos rumos da economia tauaense do contexto pós 1990. Nele fica evidente que o incremento demográfico dos últimos dez anos teve como endereço principal, a área urbana, fato que corrobora os dados de ampliação dos serviços enquanto setor econômico de grande

relevância em 2013.

Gráfico 6- Santo Antônio do Tauá, População Total, População Rural e Urbana, 2000 - 2010

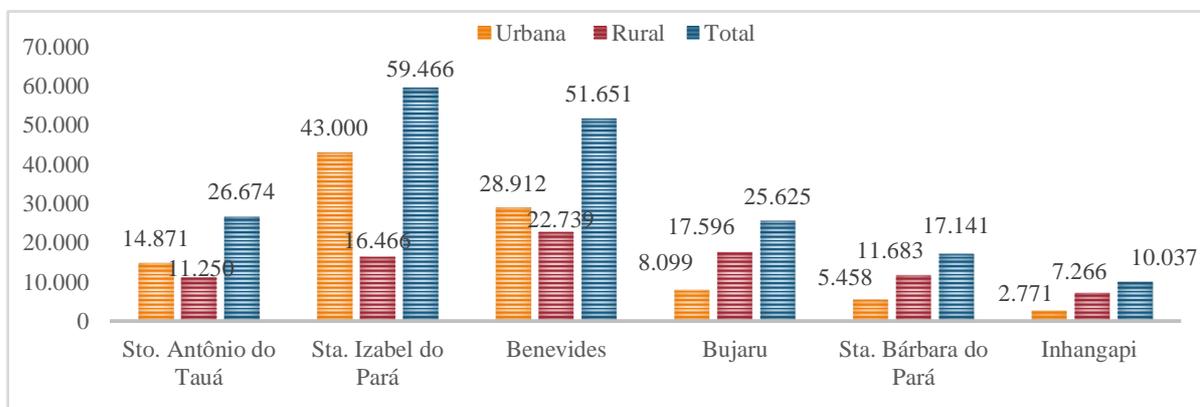


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2010).

Como já mencionado, mais de 40% da população municipal ainda habitando o campo em Santo Antônio do Tauá, segundo dados do IBGE de 2010. Por isso é de se esperar que o setor agropecuário tauaense ainda possua forte presença dentro de sua economia. Este panorama se torna relevante frente à abordagem socioeconômica municipal, pois o mesmo revela uma considerável mão de obra situada no ramo das atividades agropecuárias.

Porém, frente à tendência de urbanização citada acima, é importante assinalar que o deslocamento populacional para a área urbana da cidade, visto em Santo Antônio do Tauá, o coloca nos dias atuais, em uma posição bem diferente daquela verificada em 1970, quando sua concentração demográfica rural detinha a primeira posição entre vários outros municípios da então região do Salgado.

Gráfico 7- População Urbana, Rural e População Total Entre Alguns Municípios da Mesorregião Metropolitana de Belém, 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2010)

Para um procedimento comparativo dentro de uma perspectiva mais ampla, aqui foram

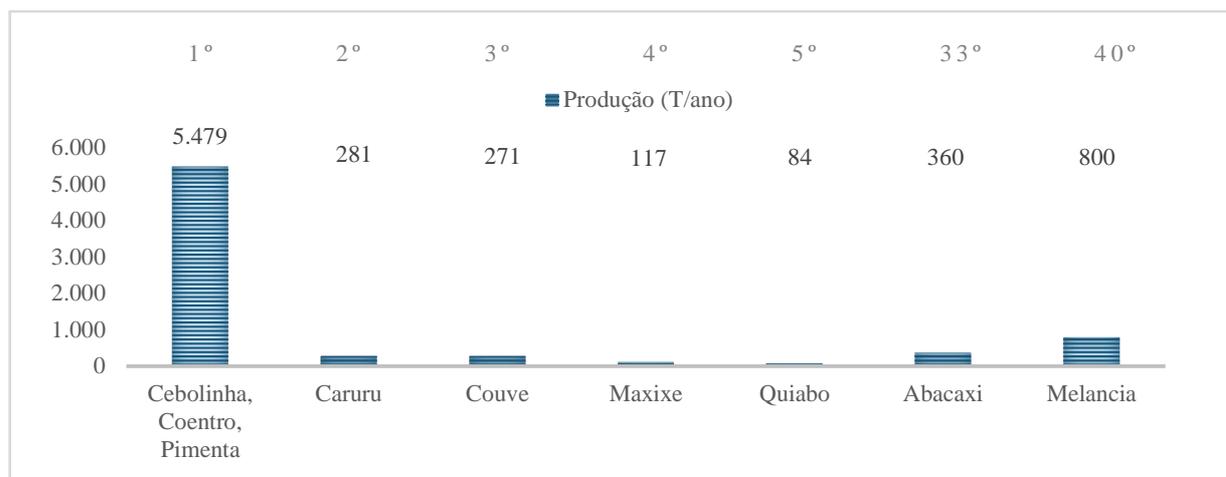
selecionados 6 (seis) unidades administrativas da Mesorregião Metropolitana de Belém, os quais detêm considerável semelhança no seu grau de urbanização (menos avançado), quando comparado aos demais membros desta área, a exemplo de Castanhal ou Marituba (ambos com mais de 100 mil habitantes). A adoção de tal procedimento ocorreu a fim de manter certa coerência metodológica quando da comparação de mesma natureza, feita anteriormente entre Santo Antônio do Tauá, e a área do Salgado na década de 1970.

Constata-se nesse grupo que apenas três municípios do referido gráfico possuem uma população urbana maior que a rural em 2010 e, entre os mesmos, Santo Antônio do Tauá, esse fato traz sem dúvidas, fortes evidências sobre o processo de transformações que culminam no contexto pós 1990, na diminuição de uma concentração demográfica rural, aspecto que já foi um diferencial quanto ao processo de ocupação de seu território.

De fato, a população rural tauaense ganha apenas de Inhangapi, município cuja população total é menos da metade da sua, e a mais rural de todos deste grupo. O que se pode concluir, de forma imediata diante de tais números, é que o setor agrícola das terras tauaenses tem gradativamente perdido sua força. E que, portanto, sua tendência de urbanização segue, grosso modo, para uma redução ainda maior de sua mão de obra do campo.

No entanto, outras considerações ainda devem ser adicionadas neste conjunto de conclusões, as quais de certo residem nas dinâmicas socioeconômicas deste município enquanto fatos importantes e, sua compreensão precisa levar em conta alguns parâmetros para se distinguir a natureza de tais transformações. Isso porque, mesmo diante do reconhecimento empírico *in loco* e de relatos sobre as evidências da diminuição do papel do campo no quadro econômico tauaense, alguns números de sua exportação atual ainda são elevados. Mais ainda se for levado em conta que sua população rural é hoje uma das menores, no comparativo proporcional dentro da Mesorregião Metropolitana de Belém.

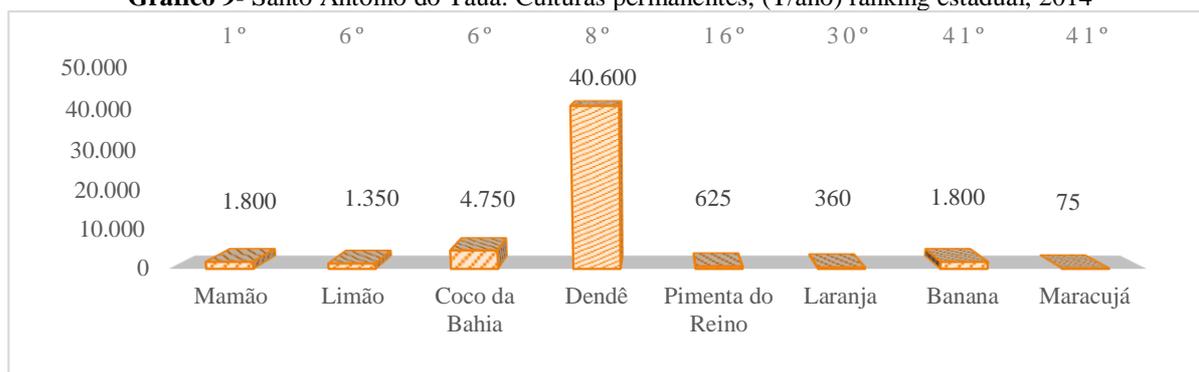
Os dados abaixo apresentam números correspondentes a uma variedade de culturas temporárias, em cuja atuação de Santo Antônio do Tauá aparece com grande destaque no cenário estadual de produção destes gêneros.

Gráfico 8- Santo Antônio do Tauá, lavoura temporária e horticultura: ranking estadual, 2014

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

Esta produção econômica tauaense bem colocada dentro da dimensão agrícola estadual nos permite considerar que, a despeito de seu processo de urbanização, existe aparentemente, a manutenção da importância de sua base econômica tradicional. Se apenas o quantitativo de produtividade pudesse, de fato, revelar a realidade do cenário agrícola deste município os dados seguintes seriam comprobatórios de uma próspera agricultura local, não fosse, porém, o fato de tais informações, não corroborarem os relatos que asseguram grandes dificuldades neste setor econômico. Além disso, o próprio significado do crescente processo de redução demográfica no setor rural tauaense, como visto acima, já se mostra um indício forte das condições adversas porque passa a produção primária municipal.

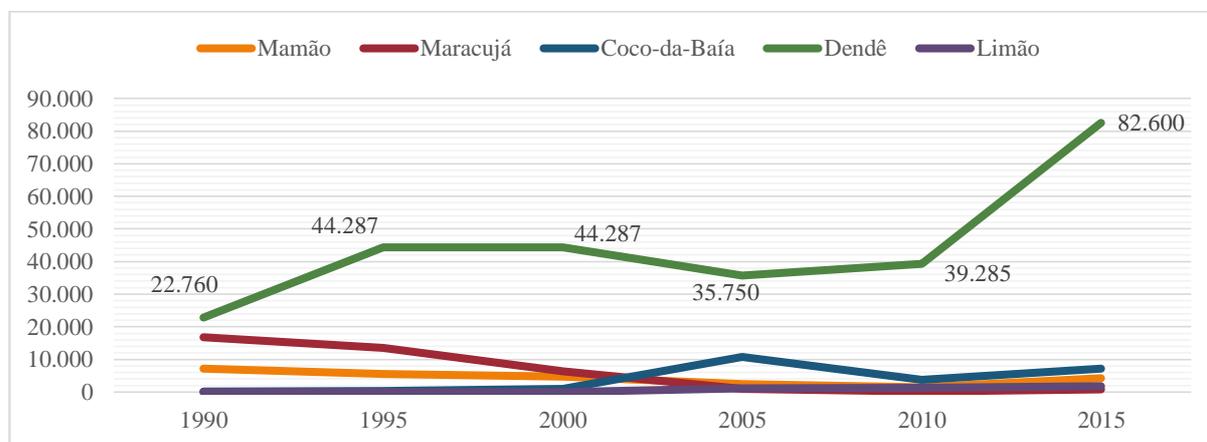
Mesmo assim, a presença de Santo Antônio do Tauá na dianteira de tantos gêneros agrícolas no estado, é uma evidência a qual não pode passar despercebida enquanto fato que chama atenção e suscita critérios quando da sua interpretação neste cenário tão contraditório, já que os números até o momento, não refletem a realidade descrita por muitos produtores locais.

Gráfico 9- Santo Antônio do Tauá: Culturas permanentes, (T/ano) ranking estadual, 2014

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

Neste gráfico, por exemplo, fica evidente a superioridade da dendeicultura entre as demais produções apresentadas onde, não menos expressivas aparecem o mamão, o limão e o coco da Bahia, todos na linha de frente das culturas perenes que situam a agricultura tauaense entre as mais produtivas do Pará. Pode-se acrescentar a este quadro, o fato de que tais culturas são típicas representantes das propriedades de maior porte e, estão na sua maioria ligadas às propriedades japonesas em Santo Antônio do Tauá.

Mas, em termos de constatação de eventuais oscilações que permeiam a produção destes itens, o gráfico seguinte pode ser mais eficiente, pois no contexto de 2014 e no panorama comparativo com outras áreas, o nível produtivo da agricultura tauaense aparece elevado, porém numa sequência evolutiva, fica clara a existência de uma forte instabilidade correspondente aos itens analisados. Dentre os mesmos, o dendê é o que acumula maior crescimento no intervalo de tempo abordado, sua produção ganha com ampla diferença dos demais gêneros primários municipais.

Gráfico 10- Santo Antônio do Tauá - Produção agrícola: Culturas permanentes – (T/Ano), 1999/2015

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2016).

Só para se ter uma melhor noção da grande disparidade entre os demais produtos e o dendê, comparou-se a evolução dos dados numéricos deste “campeão” agrícola tauaense - com suas mais de oitenta toneladas em 2015 - e os demais itens do quadro em questão, verificando-se, por exemplo, que apenas nos últimos 5 (cinco) anos sua produção mais que dobrou. O que nos permite concluir, que exceto por este exemplar do agronegócio, nestes últimos 15 (quinze) anos o panorama mais geral da agricultura tauaense é mesmo de um declínio produtivo, ainda que o quadro do ranking anterior, o garanta boas posições no comparativo estadual.

Cabe agora, portanto, nesta discussão, proceder por meio de outras interpretações acerca dos números variados, relativos às referidas dinâmicas econômicas tauaenses dentro do contexto pós 1990, para se tentar alcançar uma compreensão mais qualitativa das questões por trás desta reestruturação produtiva apresentada nos números já citados.

Tais considerações precisam levar em conta, além dos volumes, os itens agrícolas mais produzidos no referido contexto e, sua relação com aquelas culturas que habitualmente estiveram ligadas às pequenas propriedades no contexto tauaense de sua emancipação. Pois fica evidente que algumas práticas agrícolas ganharam amplitude enquanto outras decaíram, assinalando a imposição de novos parâmetros econômicos reestruturando as bases econômicas de Santo Antônio do Tauá.

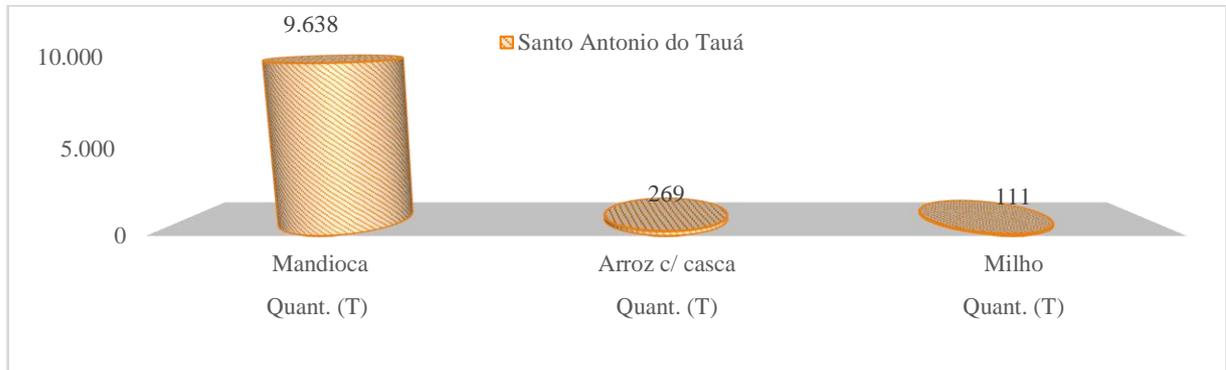
O que se pode supor é que estas dinâmicas tenham surtido efeitos, principalmente, ao seguimento de pequenas propriedades familiares. Embora não seja o objetivo deste trabalho traçar um panorama das relações entre os processos produtivos municipais, que ora se apresentam, tendo como parâmetros, seus efeitos, especificamente, sobre este tipo de organização produtiva agrícola.

Para o início deste diálogo serão necessários alguns representantes desta produção tauaense de comprovada presença entre as pequenas propriedades, as quais têm sua menção no quadro agrícola produtivo local no contexto da década de 1970. Isso porque é importante lembrar que a predominância de pequenas propriedades na área de ocupação territorial de Santo Antônio do Tauá tem seus relatos em algumas literaturas consultadas, assim como da mesma maneira, se encontrou importantes referências acerca das tradicionais culturas que caracterizavam este tipo de propriedade nas terras tauaenses.

No mapa (4) sobre o uso da terra em Santo Antônio do Tauá, retirado de Valverde e Dias (1967), existe notória predominância do cultivo de mandioca associada à fruticultura, que se destacaram enquanto fator de ocupação e, que como já mencionado, caracterizaram as pequenas propriedades coloniais deste contexto; além destes, a pimenta do reino já se apresenta,

assinalando sua ocorrência em vastos trechos da rodovia (PA-140).

Gráfico 11- Santo Antônio do Tauá, Produção Agrícola: Algumas Culturas Temporárias, 1970



Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

Em relação a este tema Palheta (1980), acrescenta que nessa época o cultivo da pimenta do reino disputava o espaço entre sítios e roças tradicionais de subsistência, imprimindo-lhes importantes transformações por sua natureza capitalista comercial. E, acerca desta colocação, destaca-se primeiro a chegada da atividade ligada aos pimentais enquanto uma lógica produtiva externa; a segunda observação é a existência do sítios e roças enquanto prática econômica frequente e de grande significado à reprodução social dos colonos tauaenses.

As culturas apresentadas no gráfico acima têm como seu destino final o consumo local e/ou sub-regional com destaque ao mercado consumidor de Belém do Pará e, são praticadas no âmbito das pequenas propriedades onde estavam situadas as bases de ocupação econômica municipal, marcadamente nas terras ao longo da PA-140. Por esta razão estes são elementos indiscutíveis, cuja essência econômica agrícola, pode demonstrar por meio de suas variações, fatores intrínsecos às dinâmicas socioeconômicas tauaenses, particularmente relacionadas ao tipo de uso da terra predominante neste espaço durante seu processo de formação territorial.

Embora o arroz e o milho tenham números bem menores que os da mandioca, sua presença no contexto tauaense logo posterior a sua emancipação política, tiveram íntima relação com a estrutura produtiva rural e também, certamente, contribuíram para a elevada densidade demográfica deste espaço, pois juntamente com os demais cultivos deste mesmo padrão familiar, estes constituíram uma forte característica agrícola municipal.

Com base em informações colhidas junto a moradores locais mais antigos, confirmou-se que as plantações de milho tinham destaque inclusive nas terras onde hoje está a sede de Santo Antônio do Tauá e, que o arroz foi marcante na economia local, este inclusive esteve ligado ao comércio intermediado localmente por uma usina de beneficiamento (fábrica de

arroz), com uma primeira unidade funcionando na atual Av. Senador Lemos, bem na altura do centro comercial da cidade. Porém, sem esclarecer ao certo as razões, informações colhidas na sede municipal, dão conta de que esta primeira fábrica de arroz foi fechada próximo da década de 1970, quando uma segunda passou a funcionar na mesma avenida, segundo relatos, pouco antes do igarapé Santo Antônio (entrada da cidade).

Os valores do arroz demonstrados no gráfico são comprobatórios desta posição tão significativa que o mesmo detinha na reprodução dos grupos ligados à pequena propriedade familiar, porém, o que se evidencia em relação a este produto e ao milho, por exemplo, é que sua sustentação estava sujeita ao mercado local onde a oferta de produtos de outras áreas lhes impôs concorrência crescente, pois a mesma rede de possibilidades oferecidas pelo comércio dentro deste circuito, também tinha um efeito inverso.

O referido fluxo comercial de gêneros agropecuários se dava entre o litoral vigiense, Santo Antônio do Tauá e, se prolongava numa conexão com a Pará-Maranhão (BR-316), onde passava integrar uma circulação que atraía um importante movimento de mercadorias, capitais e pessoas. Essa relação econômica garantia a ocupação de uma mão de obra que se deslocava em busca de trabalho chegando de outras localidades a Santo Antônio do Tauá, durante os períodos de colheitas, como o da pimenta do reino entre outros, inclusive provenientes da área de Vigia, para onde estas pessoas retornavam tão logo cessavam tais atividades.

Outro dado importante desta relação era a presença de comerciantes originários da cidade de Castanhal, os quais segundo fonte local traziam seus produtos agrícolas em lombos de animais, atravessavam as terras tauaenses realizando negócios e, seguiam em busca do litoral de Vigia com o mesmo propósito.

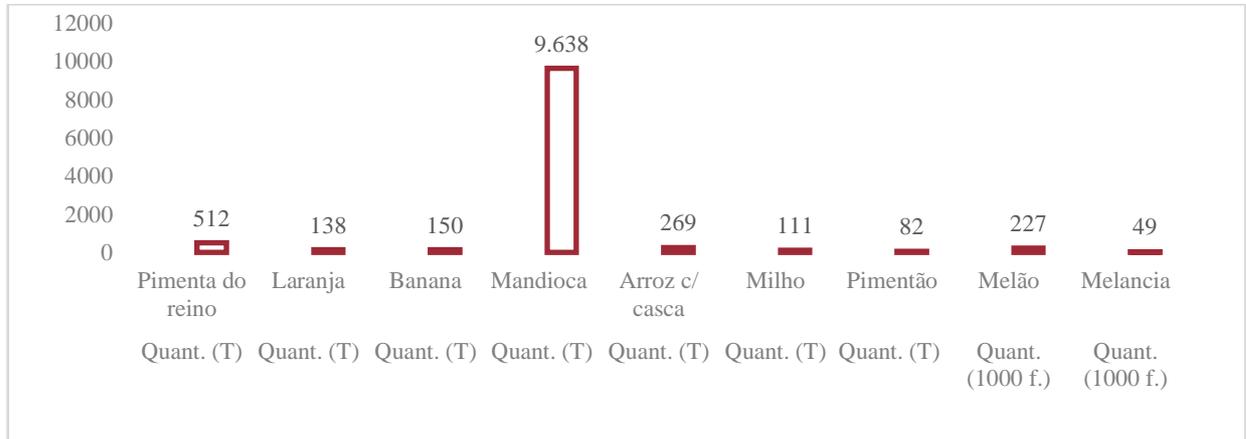
Vê-se, portanto, que a história de ocupação destes territórios municipais, os quais na época eram pertencentes a então região do Salgado, como Santo Antônio do Tauá, possuem profundas raízes na pequena agricultura e num comércio intermunicipal daí decorrente, que seguiam nucleados pelo trecho agrícola originário da antiga via férrea (EFB).

Em meados do século XX, esta era a realidade que constituía-se num processo socioproductivo, cuja repercussão abrangeu, além de uma área regional maior (Salgado), toda a superfície continental de Santo Antônio do Tauá onde, a chegada mais tarde de um sistema capitalista de uso da terra, inevitavelmente traria mudanças significativas à sua economia.

Nesse sentido retomamos o diálogo anterior de Iraci Palheta (1980), concernente a forte presença da pimenta do reino sobre as demais culturas tradicionais tauaenses e de como tal atividade se expandiu a partir da década de 1960, pode-se considerar que se trata do início de um grande processo de transformação no uso do território municipal. A disparidade entre os

tais valores de produção - bem identificável nos números abaixo - nos permite imaginar a dimensão dos efeitos desta prática agrícola no contexto da economia local.

Gráfico 12- Santo Antônio do Tauá: Principais culturas perenes e temporárias (T/ano), 1970



Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

A banana, seguida da laranja, então compunham, juntamente com a pimenta do reino, a base da agricultura comercial permanente de Santo Antônio do Tauá no contexto de 1970, a qual tomará lugar de destaque enquanto item de exportação municipal. Estes são seguidos dos demais produtos típicos das pequenas propriedades rurais, liderados de longe pela economia da mandioca.

Com o advento da baixa de preço da pimenta do reino no mercado internacional a partir de 1975, muitos pequenos agricultores que haviam procurado se ocupar desta atividade, em áreas menores e com recursos modestos, sentiram os mais fortes abalos gerados por tal crise, muitos dos quais se converteram em reserva de mão de obra para os grandes proprietários. Por outro lado, em meio a estes fatos, os imigrantes japoneses passaram a se dedicar às atividades hortifrutigranjeiras, dando início a um novo ciclo produtivo a partir de meados de 1970, assistidos pelo regime cooperativista do qual faziam parte, além do acúmulo de capitais obtidos com a pimenta e pelo auxílio financeiro dado pelo governo (PALHETA, 1980).

É mediante a tais dinâmicas que novas culturas passarão a tomar parte nas terras de grandes agricultores tauaenses, dentre os quais o dendê e, este como visto acima, ganhará espaço crescente na economia municipal se estabelecendo nestas terras enquanto produto representante das relações capitalistas, ligado ao mercado mundial do agronegócio, prática agrícola que se destacou cada vez mais no estado do Pará. E, assim os mais de 11 mil moradores, que hoje habitam a zona rural de Santo Antônio do Tauá - pequenos proprietários na sua maioria - vivem os efeitos dos rebatimentos locais destas que são demandas globais se

impondo ao campo forma de dinâmicas territoriais.

Nos sítios e roçados que passaram a dividir importância, pós-1960, com a já citada prática econômica dos pimentais, de base capitalista e de orientação ao mercado externo, ocorriam de forma consorciada a fruticultura e as plantações de milho e arroz, por exemplo, estes eram em volume chefiado pelo cultivo de mandioca. Tinha-se, portanto, uma estrutura tradicional basilar da vida socioprodutiva dos colonos tauaenses, que como já mencionado, genericamente servia de perfil de ocupação desta porção do Salgado e, que agora será confrontada por relações produtivas capitalistas que chegam ao campo.

Pode-se considerar que o mercado consumidor para estes produtos não será dividido com a cultura recém introduzida pelos japoneses, já que este último é um item de exportação, mas quanto ao plano de uso e ocupação do território, sim, este sem dúvidas apontará novos tempos para a economia em Santo Antônio do Tauá. Tanto que a derrocada da economia comercial da pimenta garantiu a introdução de uma economia hortifrutigranjeira amplamente praticada neste município (gráfico acima) no contexto pós 1990. Porém, seu perfil produtivo acaba se revelando desfavorável a produção familiar, já que o mesmo não é uma cultura de fácil manutenção entre os pequenos agricultores, além dessa prática sofrer com as frequentes oscilações de mercado.

Ainda assim, esta tem sido uma alternativa adotada de forma crescente tanto na nas colônias agrícolas, quanto em grande parte da área de tradicional pesca e extrativismo da zona das ilhas tauaenses. Essa perspectiva agrícola está por trás do fortalecimento produtivo tauaense encontrado no contexto de 1980, além de algumas das primeiras colocações no nível estadual (gráfico anterior), mesmo que não se possa afirmar, na prática, ter havido uma equivalente melhoria de vida à grande parte da população rural deste município.

4.1 A cultura da mandioca num breve cenário municipal de hoje

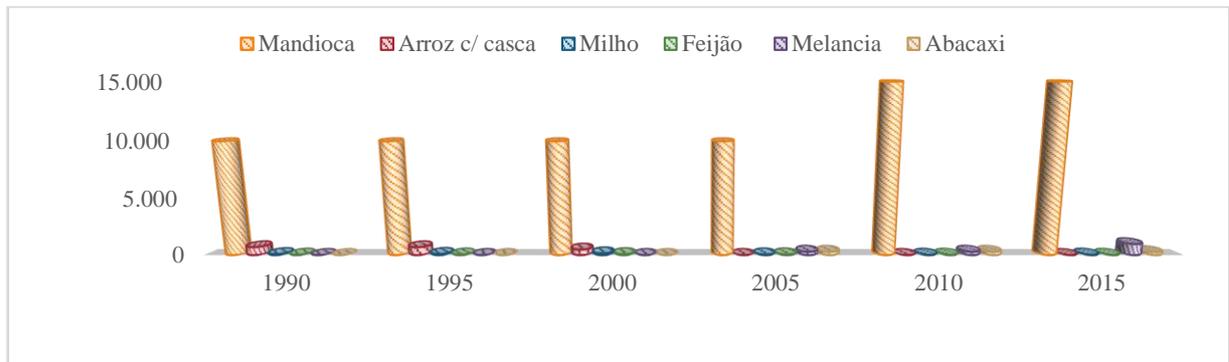
No que diz respeito à agricultura familiar, o grande destaque nos dias atuais fica por conta da produção de mandioca, a qual por meio do comparativo abaixo, nos permite algumas conclusões prováveis acerca de seu papel na produção rural de subsistência tauaense, para poder apontar alguns destas, foi preciso entender melhor o contexto local do comércio deste produto nos dias atuais.

Considerando-se as 15 (quinze) toneladas de mandioca produzidas nos últimos (gráfico seguinte), certamente se poderia esperar um quadro favorável à pequena propriedade familiar local, no entanto, informações colhidas *in loco*, sobre esta prática econômica, cujo destino mais

tradicional neste espaço sempre foi a produção de farinha, indicam uma diminuição muito grande das roças deste produto nas terras tauaenses.

Em tal localidade relatou-se a existência de apenas dois retiros com regular atividade e, uma produção de farinha, igualmente pequena. Um agricultor que aí reside a mais de 40 (quarenta) anos, também acrescentou uma notória diminuição dos roçados de mandioca em toda esta localidade rural, onde outrora esse tipo de cultivo já foi predominante.

Gráfico 13- Santo Antônio do Tauá, Produção Agrícola - (T/Ano): Culturas Temporárias, 1999/2015



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2016).

A produção de farinha de Patauateua é realizada ainda hoje em regime familiar onde se praticam muitas das técnicas originais desse processo, as quais se iniciam com a derrubada da vegetação seguida da queima e limpeza para a formação do roçado. Em um segundo momento os grupos envolvidos se reúnem na etapa final, quando ocorre a colheita e o preparo para a torragem.

Esta produção ocorre cerca de duas vezes ao mês e rende em média duas sacas ou 4 (quatro) latas de farinha, dividida igualmente entre o número de participantes diretos. A referida produção possui como destino os membros destas famílias e algumas poucas encomendas previamente acertadas por terceiros, inclusive da fécula e do tucupi, sendo esse comércio realizado inteiramente em torno da mandioca extraída na própria localidade.

A descrição acima pode parecer se tratar de um negócio rentável, por seu caráter tão seletivo de negócios, mas os relatos sobre as dificuldades com o solo, cuidados com a roça e a baixa rentabilidade econômica final, reúnem algumas das justificativas para o declínio da economia local da farinha de mandioca em escala maior.

Por outro lado, visitas de campo e informações colhidas *in loco* identificaram o crescimento do cultivo e da produção de farinha de mandioca na zona das ilhas, onde algumas comunidades como Santa Maria da Estância, Trombetas, Laranjal, Furo do Arauê, entre outros,

se destacam quanto ao número de roçados e de retiros (casas de farinha) que possuem atualmente. Além disso, a “farinha das ilhas” passou a ter uma notória presença no comércio da sede municipal.

No entanto, quando se trata da elevação desta prática agrícola em algumas das comunidades insulares tauaenses, será preciso acrescentar que, em muito contribuiu o projeto de introdução de uma espécie vegetal voltada à produção da biomassa destinada a culinária regional (maniçobeira). Como já mencionado noutro tópico deste trabalho, algo em torno de 80 toneladas desta folha foi comercializada em 2016, fato que ajuda a compreender, o volume do gráfico anterior, além dessa, que pode ser considerada uma inversão de padrões produtivos entre as duas áreas municipais mencionadas aqui.

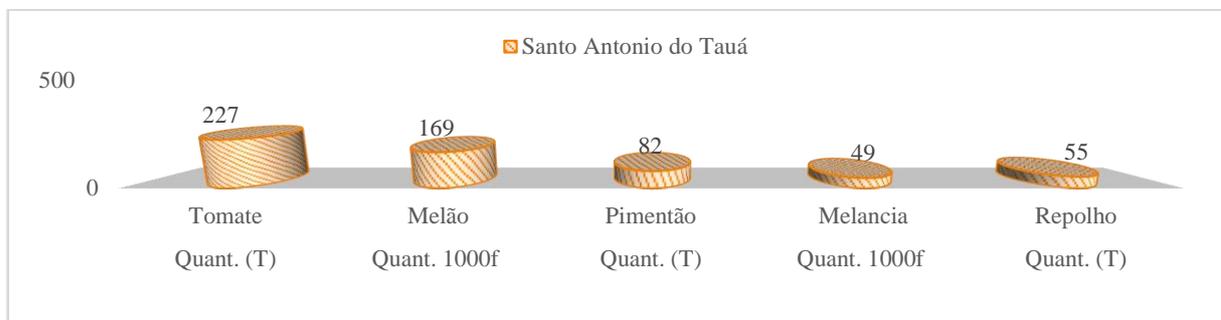
Ainda em se tratando (analisando) o mesmo gráfico, é preciso fazer ponderações acerca do arroz e do milho, cuja relação destes, como já discutida, com a agricultura tauaense foram, no período inicial de sua emancipação política, essenciais à pequena propriedade e ao comércio local e regional. Sua baixa representação numérica, ou a própria ausência de números para o final do período analisado, no caso do arroz, denota as fortes transformações socioeconômicas originadas naquele contexto sobre as pequenas propriedades municipais.

O milho tem semelhante ou pior rendimento que o arroz neste gráfico, embora este produto possa aparecer ainda hoje timidamente por entre algumas propriedades familiares, não se tem qualquer expressão do mesmo no comércio agrícola deste município.

Dentre as conclusões possíveis acerca de tais transformações, se evidencia aquela relativa ao crescente fluxo de comércio que viabilizou a oferta de muitos produtos agrícolas de outros núcleos produtivos regionais - com destaque para o papel dos centros econômicos nacionais - um processo que foi assinalado por Égler (1967), ainda no início da consolidação dos eixos rodoviários intermunicipais e inter-regionais, na década de 1960.

As dinâmicas comerciais que se desenvolveram e se fortaleceram nacionalmente foram trazidas pelas rodovias às terras tauaenses e, tiveram seus reflexos também naquelas culturas temporárias de comprovada prática associada às terras consideradas de grandes proprietários tauaenses das décadas de 1960 e 1970. Essas culturas têm seus relatos restritos a alguns moradores mais antigos e às fontes oficiais históricas, pois, segundo observou-se em campo, é com surpresa que alguns dos habitantes mais recentes, ficam sabendo que Santo Antônio do Tauá já tivera algum dia, entre suas principais produtividades, itens como os exemplares que aparecem nas informações abaixo.

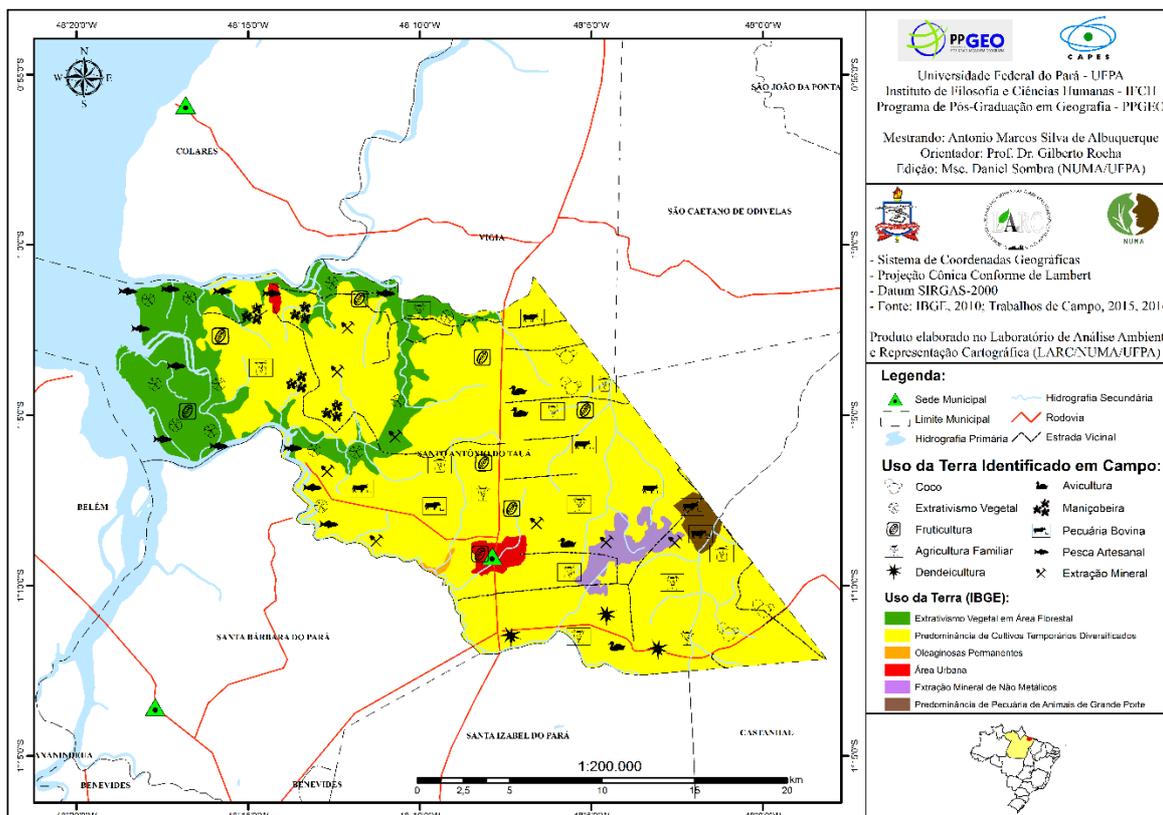
Gráfico 14- Santo Antônio do Tauá, Produção Agrícola: Culturas Temporárias, 1970



Fonte: Adaptado de IBGE (1971) apud Palheta (1980).

Produtos comerciais como o tomate e o repolho, são os dois casos que melhor cabem a essa análise. Os cultivos de melão, melancia e pimentão, têm ocorrência recente, portanto, pode-se considerar que atravessaram os altos e baixos do mercado mantendo-se entre os exemplares agrícolas tauaenses. Porém, o repolho e o tomate, são dados de uma produção tauaense, cujo último registro expressivo tem mais de trinta anos. O gráfico em questão ainda fica mais surpreendente quando posto no comparativo regional da época (supracitado), ocasião em que no Salgado, formado por 11 (onze) municípios, Santo Antônio do Tauá sozinho se aproximava ou superava o total de alguns itens dessa área no período de 1970.

Mapa 3- Santo Antônio do Tauá, uso e ocupação, 2017



Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPA) com dados de campo do autor e do IBGE (2010-2014).

Quando se observa o perfil geral da distribuição produtiva de Santo Antônio do Tauá dentro do contexto atual, algumas diferenças bem marcantes se evidenciam em relação aquele de 1965. Dentre as mais importantes está a grande variedade de culturas e outras atividades econômicas como a pecuária e a extração mineral, cuja distribuição alcança as duas zonas de ocupação de forma mais homogênea que aquele do perfil geral anterior. Embora se saiba que a produção de mandioca ainda tenha certo destaque como aspecto da produção familiar, não se pode mais compreendê-la como uma espécie de ocorrência predominante, já que agora a horticultura assume esta frequência, associada ou não à pequena propriedade rural tauaense.

O território tauaense agora possui pouco mais de onze mil habitantes ligados oficialmente à sua área rural, seu processo de urbanização no último recenseamento, o deixou entre os mais avançados neste aspecto, considerando-se os seis municípios com menos de cem mil habitantes da Mesorregião onde está situado.

Grande parte de sua produção agrícola cujo volume tenha mais recentemente boa expressão como o mamão, banana ou o dendê, representam práticas produtivas ligada a um padrão de uso da terra bem distinto daquele observado quando os pimentais ainda estavam no

auge nesta área.

A descrição cartográfica de 1965 e alguns dados econômicos já discutidos relativos ao contexto de 1970, nos permitem concluir que havia certa presença das culturas comerciais numa ocorrência mais restrita a um trecho rodoviário (PA-140), enquanto que os núcleos coloniais mais afastados apresentavam um padrão de uso da terra associado à agricultura de pequeno porte (mandioca), a qual sem dúvida desempenhava um papel importante neste contexto.

Nessa época a economia local ainda era tributária de um eixo principal, o qual se conectava a capital Belém, para onde fluíam itens de uma agricultura oriunda de pequenos núcleos de colonização, sendo estes retroalimentados por um circuito sub-regional de circulação, exceto a pimenta do reino e, neste ambiente era possível a reprodução de formas menos capitalista de relações. Portanto, nesta cartografia de 1960, eram marcantes algumas culturas mais concentradas espacialmente, as quais representavam o diferencial de variedade econômica deste setor em Santo Antônio do Tauá, onde se destacavam as hortaliças, a fruticultura e a pimenta do reino, formando um eixo por entre as terras onde predominava a mandioca. Porém, na medida em que se estabeleceram padrões produtivos cada vez mais comerciais, os quais se fortaleceram localmente na referida circulação rodoviária, esta ocupação bem característica da década de 1960, será gradativamente substituída, gerando os aspectos encontrados no atual padrão de ocupação descrito mapa acima.

O processo de desmonte das formas tradicionais de uso do território municipal seguiu a lógica da implantação das novas práticas agrícolas, as quais se fortaleceram em torno das culturas, cuja capacidade de ajuste ao mercado se mostrava mais viável - tanto para a maioria dos pequenos proprietários quanto para o setor de maior porte.

Assim, a superioridade de algumas culturas em termos de volume, deixa de ter marcas na cartografia territorial tauaense, necessariamente ligada à abrangência de seu espaço de ocorrência, como o que se verificava na década de 1960 com a cultura da mandioca, ou seja, a produção de dendê, embora, segundo informações acima, tenha se apresentado com mais de 80 toneladas em 2015, sua área de ocorrência aparece reservada a apenas uma porção da zona das colônias agrícolas.

É preciso destacar que a adoção da olericultura enquanto atividade agrícola de grande importância municipal se iniciou ligada a crise do preço da pimenta do reino no mercado externo a partir de 1975 e, portanto, nas terras agrícolas japonesas deste município, mas que a partir do contexto de 1980, verificou-se seu crescente prestígio, também nas propriedades dos pequenos agricultores.

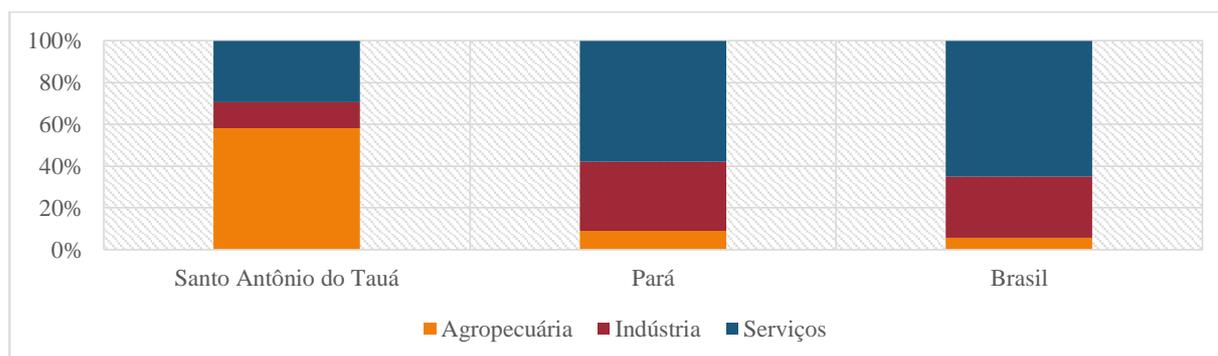
Assim, por meio destas análises podemos compreender que diversos fatores

desfavoráveis aos pequenos proprietários são passivos de serem abstraídos a partir desta cartografia recente de uso e ocupação territorial tauaense. Pois, tais dinâmicas contribuíram para uma forma de uso do território cada vez mais dependente de um mercado consumidor belenense, o qual, de certa forma, sustentará e orientará as práticas de cultivos dentro de um circuito sub-regional de comércio destes produtos, onde a rentabilidade dos pequenos agricultores será ditada sempre, pela maior ou menor procura dos itens em oferta ao longo do tempo.

É nesse sentido que o padrão produtivo tauaense será um reflexo destas constantes determinações de mercado, onde a sucessão habitual de culturas ao longo de sua história terá íntima relação com sua forma predominante de uso do território, ou seja, com as imposições engendradas pela lógica do próprio capital.

Esta estrutura básica de uso do território que se constata na atualidade por meio do mapa em questão, pode ser melhor revelado na predominância dos valores trazido pelo gráfico abaixo referentes ao cenário econômico geral do município. Neste, é possível visualizar tanto o comparativo interno no que se refere a evolução socioeconômica de Santo Antônio do Tauá, quanto a própria importância do seu setor primário num amplo panorama comparativo, o qual nos revela o papel que o mesmo ainda possui no atual contexto, ainda que frente as perceptíveis transformações por que passou este município.

Gráfico 15- Santo Antônio do Tauá - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado⁷), 2015



Fonte: IBGE (2017).

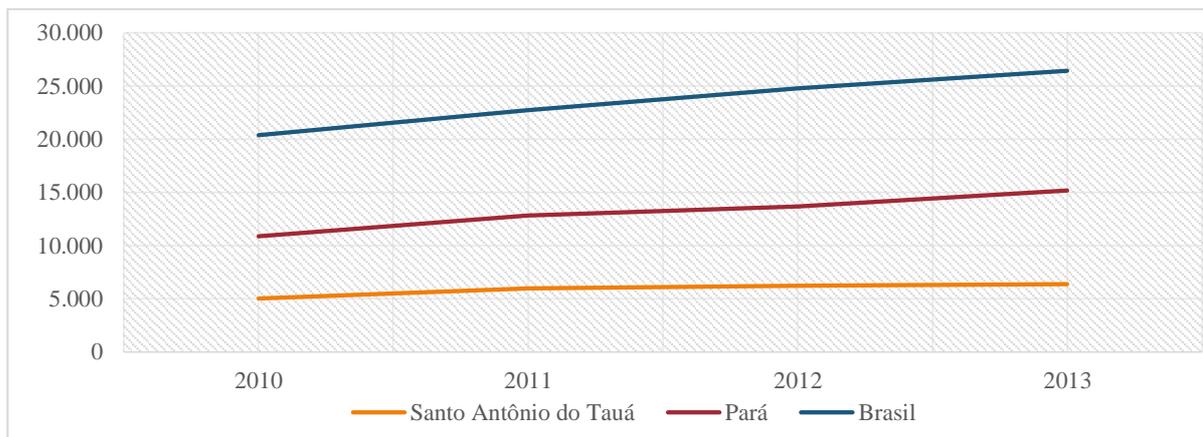
⁷ Valor Adicionado - É uma variável denominada derivada, que traduz conceitos econômico-contábeis; a pesquisa opera com dois referenciais para agregação dos dados: Valor Bruto da Produção (VBP), Valor Adicionado (VA) - corresponde à expressão: $VA = VBP - (\text{custos e despesas operacionais menos o somatório das depreciações e amortizações dos ativos, impostos e taxas, e terrenos})$ (IBGE, 2017).

O peso de quase 60% da agropecuária no Produto Interno Bruto tauaense (PIB) nos permite realizar inúmeras considerações levando-se em conta outros dados de natureza qualitativa, onde, por exemplo, entra o real papel desta economia primária na atual organização socioprodutiva local. Isto porque, como já discutido anteriormente, existe uma demanda crescente de mão de obra que tem recorrido ao ambiente dos serviços e, em termos de concentração de pessoas este setor econômico é o que tende a absorver a maioria da atual população economicamente ativa (PEA) de Santo Antônio do Tauá.

Logo, se traduzidos em números adicionados de produção, a agropecuária tauaense é superior aos demais setores econômicos, o território rural deste município também deveria concentrar a maior parte de sua população, isso para se poder considerar o cenário mais coerente e/ou favorável ao agricultor local. Por outro lado, se tal quadro produtivo não possui um equivalente demográfico no setor primário tauaense, também significa dizer que a ampla vantagem dos dados expostos, representa na verdade, condições desfavoráveis ao trabalhador do campo, fato que pode se evidenciar na superioridade numérica demográfica da população urbana municipal de Santo Antônio do Tauá, dimanante de seu êxodo rural.

No gráfico abaixo encontramos a evolução da distribuição das riquezas econômicas municipais calculadas num período de três anos, dividida pela população, também no comparativo ao padrão brasileiro e do estado do Pará, nele se pode verificar que houve um processo de sensível melhora seguido de uma estagnação da linha que equivale à distribuição do PIB no município em questão. Desse modo se pode supor que a base econômica tauaense, ainda assentada na agropecuária, no percentual que se verificou acima, onde a maioria da população se apresenta na área urbana, possa de alguma forma, justificar o quadro da evolução do seu PIB *per capita*⁸.

⁸ Valores que equivalem a somatória de toda riqueza produzida num período de um ano dividido pelo número de habitantes.

Gráfico 16- Santo Antônio do Tauá, Produto Interno Bruto per capita 2010 - 2013

Fonte: IBGE (2013).

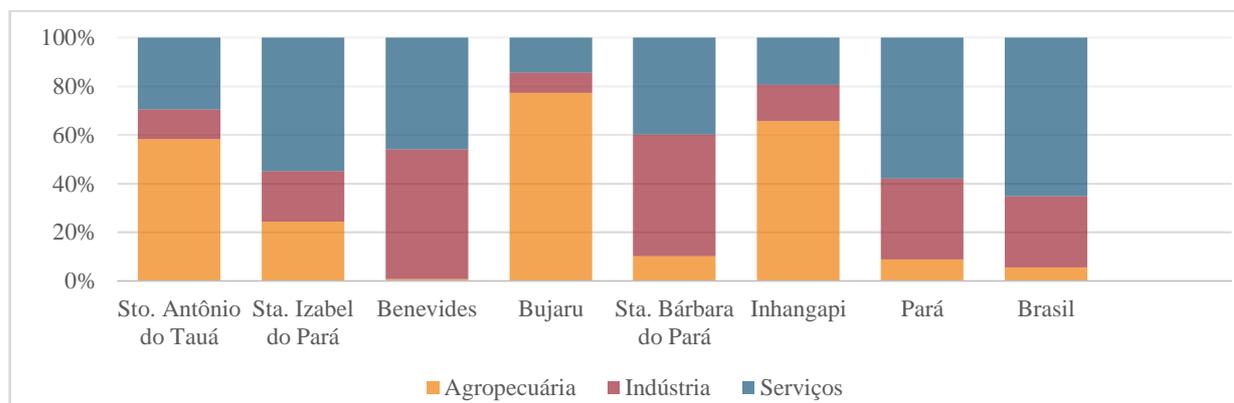
A urbanização que se verifica no município de Santo Antônio do Tauá, como já analisado, corresponde hoje, a um total aproximado de 56% de seus habitantes concentrados na área da cidade, segundo o IBGE.

Seus setores de comércio e serviço, os quais comumente estão ligados às áreas urbanas, cresceram em importância como visto em gráfico anterior, porém aquele vinculado ao campo ainda detém um forte volume produtivo sobre os demais. O que equivale a considerar que o incremento demográfico que se constata na sede municipal não tem ocorrido seguindo a base da economia local - pelo menos em números - portanto pode-se se dizer que, contrariando os números de uma atividade agropecuária tauaense significativa, sua população rural diminuiu.

As evidências de uma particularidade no setor produtivo tauaense ficam bem mais nítidas no comparativo abaixo, onde outros municípios da sua mesma região atual aparecem com seus números percentuais do PIB, distribuídos segundo os três setores econômicos analisados.

É sabido que existe um padrão relativo observável entre o aumento do setor de serviços e da indústria e o processo de urbanização. Isso pode ser constatado neste mesmo gráfico quanto ao peso destes setores na economia do estado do Pará e do Brasil, nos quais a atividade primária diminuiu, nitidamente, sua participação nos referidos PIB; há, portanto, uma tendência em se ter uma dilatação destes setores motivados pela elevação do papel produtivo das cidades.

Gráfico 17- Produto Interno Bruto (Valor Adicionado), entre os 6 menores municípios da mesorregião metropolitana de Belém, Pará e Brasil, 2015



Fonte: IBGE (2017).

Seguindo esse raciocínio, observa-se no gráfico que apenas dois municípios possuem seu volume econômico agropecuário proporcional, maior que Santo Antônio do Tauá, estes dois são também os únicos, cuja população rural ainda supera sua população urbana dentro da Mesorregião Metropolitana de Belém (ver gráfico 7). Sendo assim, entende-se que os mesmos seguem uma lógica cuja coerência entre a população rural e peso econômico deste espaço, são condizentes. Da mesma forma como é justo se supor que nos municípios de Bujaru e Inhangapi, os números observados possam equivaler a certo equilíbrio no âmbito de suas organizações socioprodutivas, pois as maiores concentrações demográficas estão onde aparecem também, suas bases produtivas.

Os demais municípios deste grupo já alcançaram uma população urbana superior a rural, exceto, Santa Bárbara, porém em se tratando da relação entre urbanização e mercado de trabalho, urbanização e absorção do contingente populacional municipal, pode-se dizer que a tendência deste município é fortalecer esse processo, já que seus atuais setores de comércio e indústria são típicos de áreas com grau mais elevado de urbanização. Ou seja, nesta perspectiva o panorama futuro do espaço em questão será distinto do quadro observado nas terras tauaenses.

Quanto a Santa Izabel do Pará e Benevides, estes têm seus setores econômicos urbanos proporcionais ao que se observa regularmente em cidades com seus percentuais de distribuição de habitantes, portanto, se igualando ao constatado na tendência estadual ou nacional do gráfico.

Enfim, conclui-se desta leitura acerca das estruturas econômicas e os níveis de urbanização municipais na referida Mesorregião Metropolitana, que, as dinâmicas de uso do território no seu interior ocorrem mediante um contínuo processo de urbanização e, desse modo, parte das atuais características do processo de uso e ocupação das terras tauaenses, têm nessa

relação, seu principal vetor de dinâmicas locais.

Portanto, dentre os municípios analisados para efeito comparativo, Santo Antônio do Tauá, se destaca por ser, ao mesmo tempo, um dos municípios mais agrários em números produtivos e, um dos mais urbanos em números demográficos e, como anteriormente discutido, estas duas variáveis juntas não parecem estar atreladas a um quadro favorável de uso do território local.

Esse fato traz consigo a possibilidade de entender o município em questão, como uma área que garantiu a manutenção de suas bases agrícolas, no que tange a sua história de formação econômica - o que também pode ser ratificado pelos números de sua agropecuária. Porém, numa outra perspectiva de análise, tudo isso pode equivaler a uma reestruturação do setor rural tauaense, onde se verifica a crescente importância das propriedades ligadas às atividades comerciais, possivelmente, responsáveis pelos destaques e/ou relevância numérica agrícola apresentada.

Nesse ínterim, o que mais nos vale sobre o tema em questão, é ver que por entre as variações de culturas agrícolas ao longo do tempo, assim como em seus volumes no panorama municipal e dos fatores de mercado, enquanto indutor destes fatos, ainda reside o poder público. Este detém o papel administrativo, cuja atuação se espera poder traduzir por meio de alguns dados, dentro das dinâmicas econômicas e/ou demográficas aqui estudadas, em especial no período da municipalização, que começa a tomar fôlego a partir de 1990.

4.2 Território insular tauaense, organização socioeconômica atual

A zona das Ilhas tem nos rios sua mais forte característica de organização espacial e, sua história de ocupação está ligada a este ambiente, onde embora a produção agrícola ocorra hoje em dia com frequência, foi com o extrativismo e com a pesca que se fundamentou esse processo.

Este espaço, portanto, nasceu de suas condições geográficas particulares onde seu contato com rios o inseriu em uma grande fase de ocupação e dinâmicas socioespaciais de caráter sub-regional e local, segundo Palheta (1978). Durante tal período os rios tiveram a exclusividade enquanto meio de circulação, o que perdurou até o final do século XIX, quando se iniciou o projeto agrícola ligado a Estrada de Ferro Belém Bragança (EFB). Nesse contexto os interesses econômicos centrados no comércio do látex, assumiram as principais motivações que levaram aos investimentos em tal projeto ferroviário, cujos efeitos socioespaciais alcançarão, em breve, o litoral Norte paraense por meio do novo modelo de ocupação que se

estende, a partir deste núcleo econômico, através das rodovias.

Foi durante esta nova fase de exploração regional que o território em questão se tornou parte de Santo Antônio do Tauá. A região das ilhas aparecerá enquanto espaço de dinâmicas territoriais distintas, pois está localizada, de certa forma, fora do eixo econômico que começa a se constituir, no início do século XX, enquanto as bases de organização socioprodutiva tauaense. Mais tarde sua reestruturação produtiva, ocorrerá em face de suas relações inevitáveis com a economia predominante em Santo Antônio do Tauá.

Tais transformações motivam sua distinção enquanto área de estudo nesta abordagem e igualmente alimentam este trabalho no sentido de sua tentativa em compreender de que forma sua dinâmica histórica de uso e ocupação, participa hoje da estrutura produtiva municipal.

Hoje existem cerca de aproximadamente 8 mil habitantes neste espaço, onde sua forte relação com os rios ainda se estabelece por meio da pesca de pequeno porte (foto abaixo), porém esta atividade, atualmente não garante uma prática comercial que se destaque nem mesmo entre os moradores locais, o que limita seu papel econômico na vida destes grupos familiares.

Em relatos colhidos junto a pequenos pescadores da área, constatou-se um processo crescente de enfraquecimento desta atividade pesqueira por diversos fatores ligados a diminuição progressiva do volume do pescado. Muito embora alguns pescadores destas localidades partam para o alto mar, contratados por terceiros e, ainda mantenham nesta profissão sua fonte de renda familiar.

Foto 2 - Barcos de pequenos pescadores no litoral tauaenses, distrito de São Raimundo de Borralhos, junho de 2016



Fonte: O próprio autor.

Pode-se dizer, porém, que a manutenção dos grupos familiares deste ambiente estuarino progressivamente diminui sua dependência dos rios, muito embora esta relação ainda seja muito importante do ponto de vista da subsistência. Dentre as práticas de natureza mais tradicionais que ainda se verifica na área da Z-27 (Zona de Pesca – 27), com algum fim comercial, está a pesca do camarão.

No entanto, segundo os próprios moradores (pescadores) da referida localidade, a obtenção de peixe de qualidade para o consumo local tem de ser procurado na sede do município, onde o mesmo é originário da cidade de Vigia. Este fato torna evidente um processo de declínio desta economia, o que já era constatada nessa área litorânea tauaense desde a década de 1980, quando o advento industrial deste setor tomou fôlego no contexto local impondo forte pressão, tanto nas reservas de peixe, quanto nas relações entre os pescadores através do novo padrão econômico que aí se estabeleceu (LOREIRO, 1985).

Frente ao notório enfraquecimento das atividades extrativista e de pesca tradicional nos rios que banham estas comunidades, a exemplo da Vila do Espírito Santo, onde hoje tem lugar mais frequente, a prática esportiva de pesca; São Raimundo dos Borralhos, com suas pequenas embarcações incapazes de obter pescado para o sustento regular das famílias. Em toda esta zona estuarina o que se viu foi o pequeno proprietário buscar a exploração de outros recursos econômicos, mantendo apenas algum tipo de extrativismo, o que explica o crescimento da agricultura baseada nas culturas temporárias e horticulturas, por exemplo.

Não foi difícil constatar por meio de reconhecimento de campo e algumas entrevistas,

as condições sob as quais ocorre o processo de desenvolvimento socioeconômico da zona das ilhas nos dias de hoje. Este espaço ainda guarda seus aspectos econômicos e socioculturais marcados pelos fatores geográficos estuarinos, assim é que se pode perceber a relação de muitos moradores com os rios por meio da pesca, pelo qual se obtêm além do peixe, alguns crustáceos que, de forma intermitente, ainda têm ocorrência nesse ecossistema. Porém, as práticas econômicas com possibilidades de comércio, para a maior parte das famílias locais, estão mesmo ligadas às atividades agrícolas, as quais cresceram localmente em importância, mesmo sujeitas às oscilações de mercado, além de vivenciarem outras dificuldades mais gerais, como aquelas que se verifica na maior parte do município.

Assim, os cultivos familiares de subsistência seguem seu contínuo percurso de adequação às culturas mais comercializáveis, onde se encontra o tradicional plantio da mandioca, além da maniçobeira e a hortaliça, seguidas de algum extrativismo vegetal, como demonstrado no mapa de uso da terra do contexto atual.

Mediante um longo histórico de pouca expressão das economias tradicionais da zona das ilhas, algumas iniciativas têm sido firmadas no sentido de estimular a produção agrícola familiar em algumas destas localidades. Com a que teve início em 2014, por meio da Secretaria de estado de Agricultura (Sagri), em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará), Secretaria Municipal de Agricultura, entre outros. O projeto está ligado ao fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca, por meio da elevação da fertilidade e nutrição da planta e consequente ampliação da produção de biomassa deste tipo de vegetal (PARÁ, 2016).

Esse projeto se iniciou na comunidade de Remédios a 15 km da sede municipal, alcançando também a localidade vizinha de Traquateua. Segundo os órgãos envolvidos tal iniciativa teve por base a grande produção municipal de mandioca, em especial da biomassa de maniva destinada ao processamento da folha pré-cozida de maniçobeira.

A expectativa inicial de produção deste item, segundo essa mesma secretaria, para a primeira colheita na área de cultivo em questão, foi de 9 (nove) mil quilos de maniçobeira para meados do ano de 2014, e segundo estimativa dos mesmos órgãos, esse projeto ainda poderia alcançar mais 100 famílias na localidade, com possibilidade de elevar em até 30% seu orçamento doméstico.

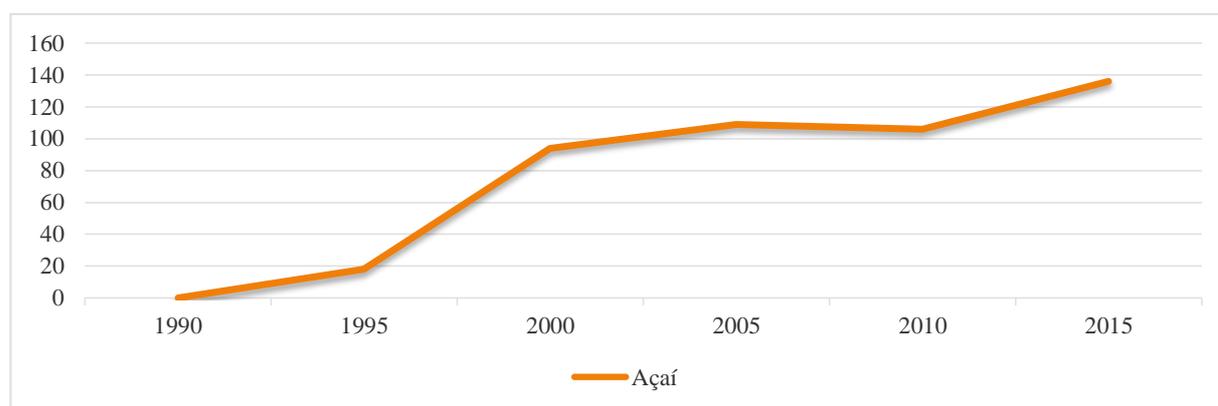
Os resultados mais atuais (2016), dos investimentos em questão dão conta de que a zona das ilhas/Santo Antônio do Tauá se tornou um dos maiores exportadores do estado, com cerca de 400 toneladas anuais deste produto e, que mais de 20% das famílias de agricultores, hoje,

estão envolvidas nesta atividade. O produto já chegou a ser exportado até para o estado de Amapá, no início de 2016, porém 80% da produção fica mesmo no mercado belenense, segundo material publicado no G1, 2016.

Certamente que esta economia tem representado, além de uma possibilidade em si mesma, também uma perspectiva de rearranjo das formas tradicionais socioprodutivas deste espaço, considerando que as dinâmicas de mercado que incidem nos lugares, trazem consigo novas redes de relações que podem se manifestar sob possíveis oportunidades, como estas encontradas nas comunidades insulares tauaenses.

O mercado que surge para um produto ligado à culinária local (maniçobeira), cujo consumo se amplia e se oferece enquanto espaço de atuação para uma agricultura familiar fragilizada e, que ganha destaque por suas melhorias (espécie), encontradas nas vantagens de plantio e de seu beneficiamento, se converte, de fato, num exemplo de dinâmica socioeconômica positiva para este espaço.

Gráfico 18- Santo Antônio do Tauá, Extração vegetal/açai, 1999/2015



Fonte: IBGE (2017).

Os números do extrativismo vegetal relacionado ao açaí, em Santo Antônio do Tauá, só começam a aparecer oficialmente a partir dos anos de 1990. O valor deste produto no gráfico em questão tem, segundo a EMATER, pouca participação da produção originária da zona das ilhas. Porém, esses valores servem de referência ao crescimento constatado no espaço insular tauaense, onde a ocorrência da espécie nativa deste ecossistema vem, cada vez mais, dividindo espaço com os cultivos de outras espécies de açazais, o que tem ajudado a elevar os números da produção local.

Os números precisos sobre a extração de açaí da zona das ilhas não aparecem nos dados do IBGE e, que o observado acima só é possível por constatação *in loco*, assim como por dedução, já que a elevação da produtividade na área das colônias agrícolas, que sempre

possuiu menor tradição neste setor, ganhou volume nos últimos anos.

Desse modo, temos um panorama geral das condições socioprodutivas do território insular tauaense, onde o decréscimo pesqueiro foi responsável por elevar as práticas agrícolas, as quais desde a década de 1980, têm se ampliado entre as pequenas propriedades deste ambiente, em especial por meio das culturas temporárias.

4.3 Território e gestão pública (rural) tauaense pós 1990

Depois de quase 30 (trinta) anos de aquisição do status de Ente Federativo pelos municípios, garantido pela constituição de 1988, é evidente que diversas transformações se deram no âmbito da gestão pública local. Apoiado por inúmeros debates acerca do tema foi possível, tanto compreender a municipalização como uma tendência necessária e de forte apelo ao papel das cidades no processo de autogestão de suas demandas, como também enquanto uma descentralização promovida por diretrizes impostas por transformações de cunho mais amplo, cujos efeitos dão à autonomia local um caráter dúbio, pois segundo outras acepções, esta postura igualmente, atende a uma crescente necessidade governamental em se adequar as tais mudanças.

Desta forma, pode-se dizer que não há uma posição de unanimidade no seio dessa discussão, quanto às possíveis virtudes de tal processo, exceto que este representa um contexto de desafios às unidades municipais, pois além de ter elevado suas possibilidades de autogestão e auto-organização, a referida descentralização política também faz estes, acumularem encargos sociais de diversas naturezas, os quais representam os grandes desafios à obtenção do almejado desenvolvimento sustentável local.

De todo modo, outro grupo de autores aponta a dimensão do debate local o modelo mais adequado de realização participativa, no que se refere à presença das organizações sociais na construção democrática de uma proposta mais justa e coerente de governo. Tanto que para alguns destes, o caminho tomado pelos municípios nesse contexto, não oferece outra possibilidade se não o de assumir seu papel de promover uma política pautada no bem estar de sua população e, atuar de forma efetiva, assumindo este atributo concedido pela descentralização política nacional. Por isso mesmo não sobra margens de dúvidas de que os territórios locais têm agora - com a pessoa jurídica do município - um recorte territorial para a realização dos debates de interesses sociais, os quais representam ou devem representar as principais demandas do alicerce da gestão pública municipal.

Nesta escala de atuação as prefeituras, por exemplo, elevam sua possibilidade de realização de um planejamento territorial econômico, combinando recursos naturais disponíveis, práticas socioprodutivas relevantes sob a perspectiva de suas particularidades espaciais e, as condições gerais garantidas em lei pela união aos Entes Federativos. Por isso mesmo, a plena participação da sociedade pode significar um eixo de atuação indispensável dentro da elaboração de uma política de coerência nos moldes do desenvolvimento sustentável local.

O texto constitucional (artigo 18) que concede poderes administrativos, financeiros e políticos para o exercício de governo e administração própria, vai alicerçar as estruturas de uma gestão descentralizada empregada entre os entes federativos brasileiros. Isso significa poderes de organização territorial no âmbito das necessidades mais imediatas e convenientes às realidades locais. A gestão pública municipal, portanto, receberá normatizações regidas pela carta magna federal, mas esta orientará a um procedimento político alimentado por suas demandas próprias.

A lei Orgânica Municipal de Santo Antônio do Tauá instituída no ano de 1999, portanto, no seio da implantação do modelo de descentralização política, traz um importante instrumento legal de autogestão que delibera acerca de questões ligadas ao setor rural tauaense:

Art. 141- A Política Agrícola e Fundiária será formulada e executada com efetiva participação dos diversos setores de produção, especialmente as representações de produtores, proprietários e trabalhadores rurais, visando a fixação do homem na zona rural, propiciando-lhe melhores condições de vida, justiça social e aumento da produção agrícola, principalmente, da produção de alimentos através do implemento de tecnologias adaptadas às condições regionais, nos termos da Lei e levando em conta, preferencialmente (SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, 1990, p.33)

Sem dúvida que em termos de proposições esse plano de abordagem traz consigo os fundamentos constitucionais no que se refere ao papel dos municípios na elaboração de um projeto de fomento e apoio a produção de alimento. O detalhamento dessa legislação busca englobar as estruturas produtivas rurais tauaenses desde os setores prioritários mais tradicionais, onde se estão inseridos os pequenos produtores rurais, até as demandas ribeirinhas e extrativistas alocadas no seu litoral.

Existem previsões de atuação destinadas ao transporte (manutenção de vicinais), auxílio técnico, comercial e eletrificação. Esta lei prevê, de fato, alcançar as iniciativas cooperativistas e associações que representem as demandas locais na forma de particularidades territoriais produtivas. Ela ainda reconhece as iniciativas ligadas ao papel dos convênios estaduais como forma de atuação complementar para as diversas competências técnicas daí decorrentes.

A referida lei parece assinalar, acima de tudo, para o reconhecimento que o novo papel do município, em termos de autonomia, vê despontar no cenário nacional.

Postura esta que já se mostra na menção do Plano Diretor, na mesma legislação tauaense, enquanto um recurso necessário e de atuação mais ampla no nível municipal:

Art. 140 - O Plano Diretor do Município contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrentes da expansão urbana, devendo incluir entre suas diretrizes, discriminação de terras públicas destinadas prioritariamente, ao assentamento de famílias de baixa renda (SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, 1990, p.33)

Tal concessão de autonomia administrativa garantida aos municípios brasileiros pela CF de 1988, conforme já discutido anteriormente, é a permissão política que consagra o planejamento basilar do seu desenvolvimento urbano, onde o plano diretor municipal se mostra como o principal instrumento de implementação de tais propostas (REZENDE, 2009).

Porém, é necessário que se tenha os devidos conhecimentos acerca do pleno alcance quanto às proposições do Plano Diretor, em especial no tocante a sua abrangência, pois de acordo com o Estatuto da Cidade (BRASIL, 20014), esse planejamento deve envolver toda a territorialidade do município. Sendo assim, nele devem estar presentes os anseios da comunidade, conciliando as necessidades da zona urbana e rural. Portanto, essa proposta deve ser elaborada objetivando um desenvolvimento ordenado e eficaz, sendo que suas deliberações podem ser rediscutidas para melhor atender as pretensões da sociedade.

Sobre o mesmo tema, Santoro, Costa e Pinheiro (2004), mencionam que:

O Estatuto da Cidade exige que os planos diretores considerem todo o município, tanto área urbana como rural (art. 40, parágrafo 2º), buscando a integração e a complementaridade entre as atividades desenvolvidas nesses dois espaços, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do município e do território (SANTORO; COSTA; PINHEIRO, p.8).

Desta forma o Plano Diretor corresponde em essência a um recurso municipal de planejamento coletivo que deve envolver uma ampla compreensão das realidades territoriais numa perspectiva integrada e voltada ao seu desenvolvimento socioeconômico de uma forma sistematizada.

Por outro lado, embora se reconheça a premência do PDM em termos de planejamento, o qual é, inclusive, exigido pelo estatuto da cidade a todos os municípios com mais de 20 mil habitantes e, ainda se acrescente que o mesmo deve servir como política geral de uso do território, até o presente momento o município de Santo Antônio do Tauá não dispõe deste recurso. Esta constatação se torna preocupante na medida em que segundo o IBGE, a referida unidade administrativa já possui mais de 26 mil habitantes desde o último recenseamento

realizado em 2010.

Sem dúvida que postergar ações desta natureza, é em termos administrativos, se furtar ao compromisso para com alguns atributos deste ente federativo, pois como já bem mencionado, no capítulo 23, inciso VIII da constituição brasileira é atribuído ao município o papel de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Além do que o PDM é também um instrumento de democratização que conduz ao direito humano sobre o alimento, a terra produtiva, à água e ao meio ambiente saudável (SANTORO, 2004). Sua ausência constitui-se igualmente na reduzida participação dos atores sociais locais nas políticas de desenvolvimento voltado ao território do município.

Sem o PDM para mediar a relação da gestão pública local sobre o território rural tauaense, nos sobra além da Lei Orgânica, recorrer a outros instrumentos legais de planejamento administrativos previsto e designados ao referido setor. Dentre estes tem-se a lei municipal N° 572-2009, que institui o programa municipal de apoio à propriedade familiar - nela estão contidas algumas diretrizes que estabelecem compromisso entre a prefeitura de Santo Antônio do Tauá e sua área rural (familiar).

Desde 10/09/2009, a lei N° 572 está em vigor e traz as seguintes deliberações:

Art. 2º. - O Programa Municipal de Apoio à Agricultura Familiar tem por finalidade promover o apoio, desenvolvimento e fortalecimento econômico à agricultura familiar sustentada no Município de Santo Antônio do Tauá, através da participação da Prefeitura Municipal, regulamentando e implementando ações de prestação de serviços de máquinas, incentivos à produção, com ou sem ônus para os beneficiários, de acordo com as especificações desta lei (SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, 2009, p.01).

De fato, esta tem sido a base de orientação da administração tauaense para os assuntos desta natureza, visto que nos anos que se seguiram a sua criação, a gestão compartilhada local, no que se refere ao fomento agropecuário municipal voltado especificamente aos pequenos produtores, procura cumprir previsão legal e normatização constitucional relativa ao tema, através desta lei.

A referida determinação adota diversas orientações regimentadas pelo CAR (Cadastro Ambiental Rural), a exemplo da exigência sobre o percentual de área verde a ser preservada nessas terras, e desse modo estabelece normas para o uso do solo rural no âmbito das pequenas propriedades locais, mesmo que isso ocorra segundo o modelo mais antigo do Código Florestal. Diante disso se fará necessário, portanto, retomar este debate mais tarde através do cadastro atualizado das terras agrícolas tauaenses a fim de se poder dimensionar este panorama de forma mais precisa.

Noutra abordagem oficial da administração relativa ao setor agropecuário, entra a legislação municipal contida nos PPA's (Plano Plurianual) onde se dão as previsões de investimentos segmentadas por áreas estratégicas referentes a um período de 04 (quatro) anos. Neste, o setor agropecuário de Santo Antônio do Tauá é regularmente contemplado (PPA: 2013-2016), conseqüentemente, se tornando um importante instrumento orientador para os planos de atuação da gestão pública local e o seu território.

O documento em questão tem sido uma das bases norteadoras quando se trata de uma política geral tauaense de investimentos e uso da terra relativo à zona rural de Santo Antônio do Tauá, pois o Programa de Apoio à Agricultura familiar, supracitado, destina-se exclusivamente a esta parcela das referidas propriedades.

Por conseguinte, em termos de definições legais no âmbito daquelas competências, caráter comuns aos entes federativos previstas na CF, o PPA é um dos poucos instrumentos de efetivo intermédio entre a prefeitura de Santo Antônio do Tauá e o campo, pois nele estão os valores que o referido município estipula ou prevê serem necessários ao seu território rural regularmente dentro dos mencionados 04 (quatro) anos.

Outra lei que interessa a este tema é a de nº 573-2009: a qual foi lançada juntamente àquela de apoio à agricultura familiar e, em essência possui os mesmos fundamentos de sua semelhante, ou seja, incentivar a pequena propriedade local.

Art. 1º. Fica reconhecida como de utilidade pública para o município de Santo Antônio do Tauá a Associação dos Produtores Rurais da João Coelho e Adjacências, fundada em 28 de março de 1998, sociedade civil sem fins lucrativos, portadora do CNN nº. 03.415.436/C001-30, com sede a Localidade João Coelho, SN, na Rodovia PA-140, Km 25 no Município Santo Antônio do Tauá, Estado do Pará (SANTO ANTONIO DO TAUÁ, 2009, p.01).

Dentre as prerrogativas legais concedidas a este tipo de instituição, está a possibilidade de obtenção de recursos públicos. Mas, o importante nesse contexto, é a questão desta lei amparar uma das associações ligadas à produção agrícola municipal, reconhecendo, portanto, sua relevância dentro desse setor produtivo.

Este tipo de entidade se tornou recorrente entre muitos dos pequenos agricultores nas várias áreas agrícolas tauaenses. Embora as mesmas sejam devidamente documentadas e tenham representação em diversos seguimentos econômicos rurais de pequeno porte, se encontrou dificuldade de consecução, em termos de informações oficiais mais detalhadas a respeito da atuação de algumas destas, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura local.

Hoje, segundo a secretaria de assistência, municipal são cerca de 13 (treze) associações

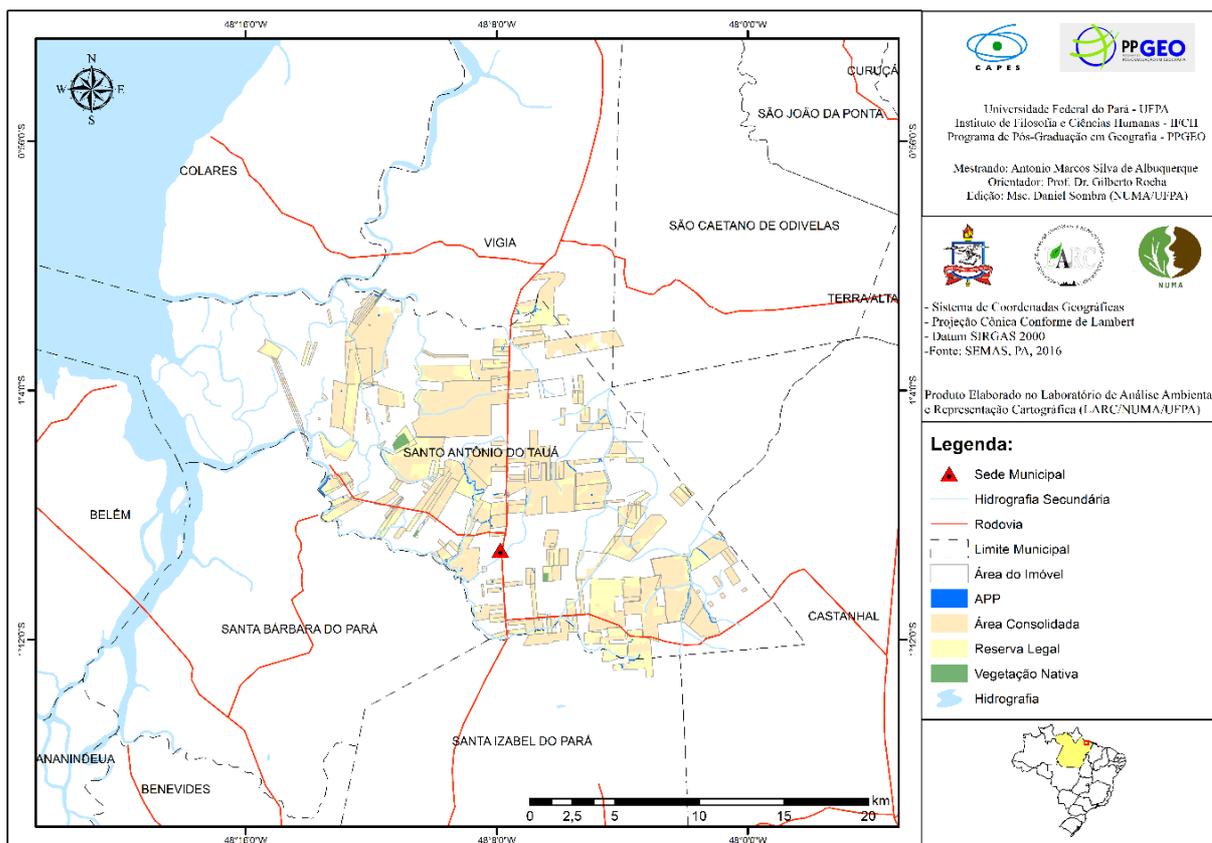
oficialmente constituídas em Santo Antônio do Tauá. Destas, 07 (sete) são pertencentes à zona das ilhas e as demais estão ligadas a zona das colônias agrícolas, tendo no curso da rodovia PA-140, sua principal referência de atuação.

A premissa de uma enorme carência em torno de dados detalhados ou da sistematização de informações relativas ao espaço rural tauaense, permite concluir a dimensão da falta de um PDM, principalmente no que concerne a integralização e a complementaridade entre as atividades econômicas rurais e urbanas para os territórios municipais como previsto no mesmo. A ausência de um planejamento, em especial para o território rural deste município, além de se mostrar por meio dos canais oficiais de gestão, também foi constada através de um órgão estadual voltado à gestão compartilhada no que se refere à atuação dos entes federativos.

Por meio de representantes da EMATER-Pa, com atuação em Santo Antônio do Tauá há vários anos, concluiu-se que bem pouco se teve de efetivação, em termos do conteúdo contidos em Lei Orgânica Municipal, assim como na lei Nº 572-2009, principalmente nos últimos oito anos, no que se refere às suas previsões assistenciais. Dessa forma, pode-se dizer que os vários relatos colhidos em campo, dão conta e/ou ratificam a existência de um conteúdo oficialmente assegurado, sobre a responsabilidade do município no fomento à sua produção rural, que não se converteu em garantia de parcerias efetivas e/ou contrapartidas firmada entre a prefeitura e os órgãos como a EMATER, no que se refere à sua política destinada às populações do campo.

Um importante recurso para se perceber o processo de dinâmicas relativas ao uso da terra em Santo Antônio do Tauá é a cartografia do Cadastro Ambiental Rural deste município, no mapa em questão é possível se verificar a significativa presença de médias e grandes propriedades em boa parte do território local. Algumas inferências como esta, sobre a estrutura fundiária municipal de hoje, só é possível por meio de um comparativo com a realidade deste espaço encontrada em relatos de uso da terra bem anteriores a municipalização.

Mapa 4- Santo Antônio do Tauá, uso da terra segundo o Cadastro Ambiental Rural – (CAR)



Fonte: (LARC/NUMA/UFPA), Com dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

De acordo com o mapa do Cadastro Ambiental Rural (CAR) mais recente de Santo Antônio do Tauá é possível concluir que seu território de fato ainda possui significativa área agrícola, ainda mais considerando-se que as referidas propriedades dão conta apenas de um número oficialmente cadastrado. Segundo estimativa da EMATER mais da metade das pequenas propriedades rurais não constam neste mapa, além da ausência de uma porção do espaço insular ainda não alcançado pelo CAR.

No entanto, um dado negativo a esse respeito é que o caso em questão possibilita notar, de antemão, a existência de uma quantidade significativa de produtores rurais de fora de um sistema de reconhecimento oficial, o qual sem dúvida é muito importante ao acompanhamento e planejamento administrativo municipal deste setor.

Além disso, o referido mapa deixa evidente que ocorreu o aumento das propriedades de médio e grande porte no território tauaense. Como discutido acima, para tal afirmação torna-se essencial lembrar da predominância das pequenas propriedades nesse espaço, como se viu em relatos alguns autores neste trabalho, sobre a organização e a produção rural tauaense nos anos 60 e 70 do século passado.

Se cruzarmos os recursos legais de planejamento e de gestão pública ou a ausência de alguns, como o que se verificou no caso do PDM (Plano Diretor Municipal), inexistente, fica mais fácil entender ainda, as lacunas deixadas pela gestão pública municipal sobre algumas de suas atividades primárias, as quais certamente tiveram grande responsabilidade para com o quadro da atual economia rural tauaense. Dentre estes se encontra a evolução das propriedades de maior porte sobre aquelas ligadas ao cultivo de subsistência, o que poderia representar inúmeras consequências ao espaço estudado, como de fato, podemos dizer que ocorreu mediante o crescimento do agronegócio em terras tauaenses.

Já vimos que em Santo Antônio do Tauá a atividade econômica agrícola foi o grande vetor das migrações responsáveis pela ocupação de seu território, assim como de sua maior referência econômica dentro do espaço sub-regional onde ele se estabeleceu enquanto produtor e fornecedor de diversos gêneros primários. Estas características foram, durante este trabalho, longamente apresentadas e discutidas enquanto aspectos da organização espacial deste município, assim como de outros contidos numa escala regional, onde se construiu um padrão mais abrangente de uso e ocupação territorial amazônico.

Todavia este diálogo, acima de tudo, buscou entender a estruturação socioeconômica, a qual no interior de suas fronteiras pudesse perpassar a simples realização econômica histórica envolvida na criação e desenvolvimento de mais um município no estado do Pará; esta abordagem baseou-se na tentativa de apresentar dois períodos distintos de uso do território, numa escala municipal. No primeiro momento destacou-se as bases de uma herança socioeconômica tauaenses, a qual em um segundo período, mostrou variações diversas decorrentes de dinâmicas que puderam ser constatadas nos números econômicos associados ao crescimento e distribuição de sua demografia.

Agora, dentro deste mesmo contexto recorrer-se-á aos dados econômicos tauaenses - inclusive alguns já apresentados - à luz da gestão pública (discutidas acima), para se avaliar ou se reavaliar, de forma quanti-qualitativas, sua repercussão no uso do território rural deste município. Pois, segundo a descentralização política vivenciada com mais intensidade após os anos de 1990, se teve considerável aumento de autonomia para a gestão deste espaço rural.

Nesse sentido, retoma-se o aparato legal (legislação) já apresentado enquanto instrumento de efetiva intermediação do poder público, o qual através dos anos subsequentes a municipalização, se tornou o principal vetor do processo de planejamento (uso) do território municipal.

Vale lembrar ainda que, a economia primária não só marcou a fase de ocupação da área territorial da sede de Santo Antônio do Tauá, avançando o contexto de sua emancipação

política, enquanto sustentáculo do seu PIB, como ainda nos dias de hoje constitui-se na forma de uso mais significativa do território tauaense; ou seja, no início do século XXI, o setor agropecuário ainda carrega uma grande responsabilidade em termos produtivos em Santo Antônio do Tauá. Desta feita, esse será um dos principais parâmetros utilizados quanto ao propósito de estudar tal aspecto da organização rural municipal da referida unidade administrativa, outra fonte de igual valor resultou de inúmeras informações colhidas por conta do contato direto com os segmentos institucionais e/ou sociais ligados diretamente a esta estância espacial.

Hoje o setor agropecuário tauaense, como se viu, se apresenta na sua superioridade numérica produtiva, como a indubitável grande fonte de riquezas deste município, por outro lado tal fato não pode ser tomado aqui como único indício de uma possível virtude do poder público na gestão do território, já que muitas transformações se mostraram deletérias ao pequeno agricultor.

A referida manutenção, desta organização socioprodutiva originária e tão marcante das terras tauaenses, já pôde ser questionada no seu aspecto, talvez, mais relevante, ou seja, na repercussão positiva de alguns números produtivos à organização da economia rural tauaense, o que implica diretamente na capacidade satisfatória de absorção de sua demanda de trabalhadores neste setor produtivo municipal tão relevante.

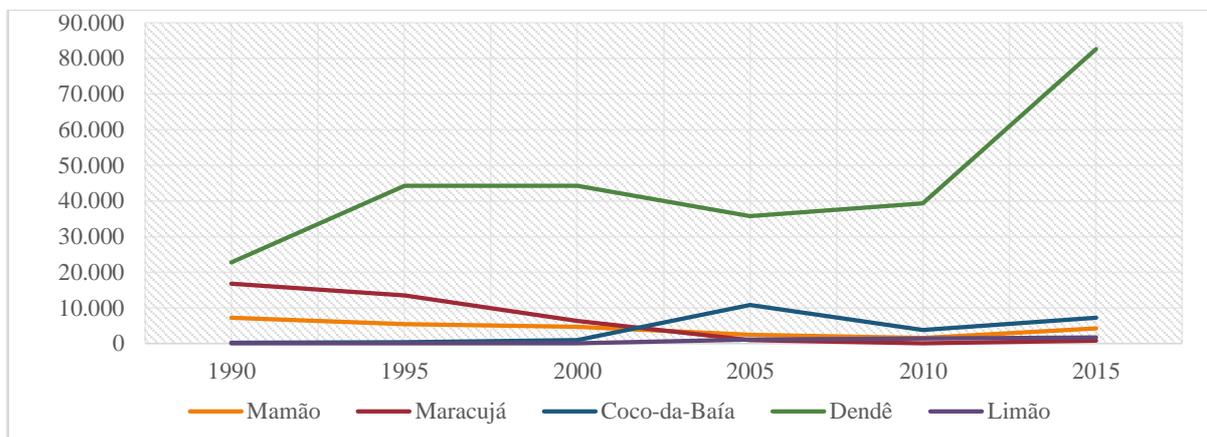
O debate da forma crescente como os produtos primários comerciais se fortaleceram e, vinculados a propriedades de maior porte, acabaram se tornando a base produtiva de Santo Antônio do Tauá, em detrimento daquilo que já foi o sustentáculo das pequenas propriedades locais, pode ser um ponto a se considerar quanto a atuação do poder público municipal na gestão do território. Estes fatos denotam a forma como a política de gestão dos recursos e da economia local se deu ao longo desse tempo. Não, que as práticas de cultivos substitutivos daquelas mais tradicionais, sejam uma exclusividade do contexto pós 90, porém, se muitas das atividades agrícolas ligadas às pequenas propriedades, não se sustentaram, isso pode encontrar relação na inoperância dos órgãos e/ou de sua política pública, como se viu, para com a produção familiar municipal.

Em cartografia recente de uso e ocupação do território tauaense falou-se de uma abrangência econômica maior de práticas variadas, cuja superioridade em área ocupada é bem distinta daquela da década de 60, por isso destacou-se a notória redução da presença do peso econômico agrícola familiar, fato visível nos números que identificam a evolução produtiva geral destas culturas nas terras tauaenses.

No gráfico seguinte retomamos a apresentação de algumas culturas permanentes que

iniciam o contexto analisado mostrando alguns razoáveis volumes de três destes representantes, dos quais apenas o dendê, ganha destaque enquanto os demais sofrem oscilações, tendo os mesmos, certa recuperação apenas após 2010.

Gráfico 19- Santo Antônio do Tauá - Produção agrícola: Culturas permanentes – (T/Ano), 1999/2015



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2017).

Destes, vale lembrar que apenas o mamão e o limão têm destaque num comparativo da produção no estado no ano de 2014 (gráfico anterior), os quais só ganham em redução produtiva, do maracujá, produto que apresenta uma queda sem reação positiva de volume até o último ano desta análise em 2015. Vale destacar também que se trata de uma abordagem com intervalos de tempo curtos, onde no total se tem 25 (vinte e cinco) anos, onde apenas a cultura do dendê, de reconhecido interesse internacional, tem ampliação de valores.

O que fica claro, considerando este contexto da gestão pública do território, é que no curso da municipalização, a economia agrícola tauaense, como já observado, apresenta inúmeras subidas e descidas acompanhando uma provável dinâmica de mercado que rege o setor. Outras culturas mais tradicionais ainda aparecem por entre produtos agrícolas recentes (todos em queda), a exemplo do mamão, que também é praticado por muitos pequenos proprietário, como forma de lidar com as oscilações de mercado deste setor.

Nesse meio, crescem as culturas comerciais, pois as transformações verificadas sobre a agricultura municipal, significam um desafio ainda maior aos pequenos proprietários locais, considerando que estes dispõem de menos condições de reação às dinâmicas constatadas. Uma realidade já registrada nessa área em 1960, quando a pimenta do reino assumiu o posto de carro-chefe deste setor econômico levando inúmeros pequenos agricultores tauaenses a buscar por sua rentabilidade. Com a decadência deste produto, por força (entre outros) dos preços em queda no mercado externo muitos dos agricultores de pequeno porte, não dispendo de poder de

reação, acabaram sucumbindo às relações de trabalho menos favoráveis dentro das propriedades japonesas de Santo Antônio do Tauá, próximo da década de 1980.

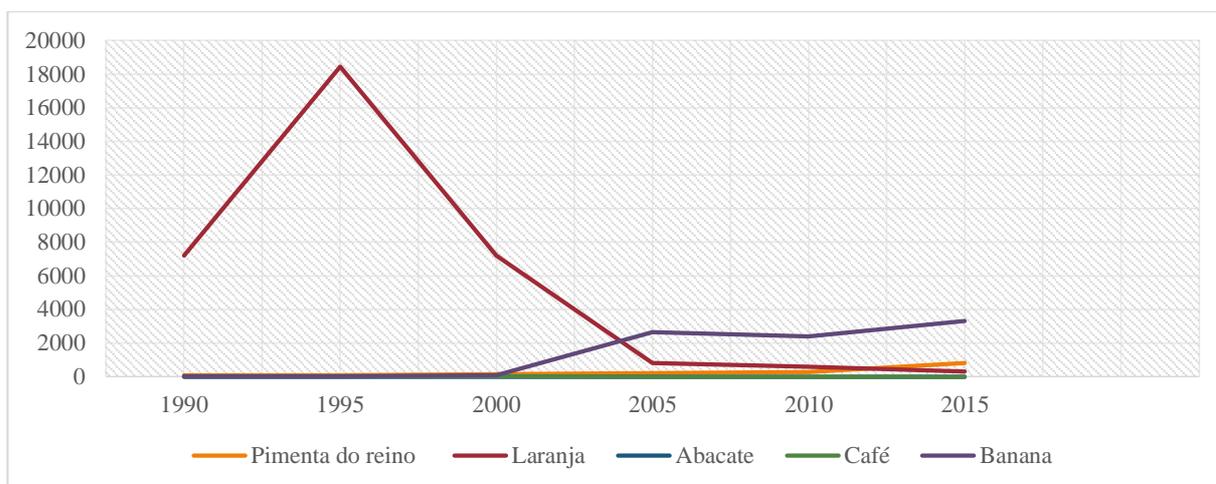
O papel do governo estadual e a organização associativista, também influíram na criação de condições oportunas à consolidação de uma atividade econômica agrícola de médio e grande porte nas terras tauaenses.

A política oficial de apoio ao dendê na região amazônica culminou a partir de 1980, com a parceria entre o governo e a iniciativa privada em torno deste agronegócio, ocorrendo assim, sua expansão de forma expressiva no estado do Pará, fato que o faz despontar como o maior produtor do Brasil no início dos anos 2000 (SANTOS et al. 2005 apud NASCIMENTO; ALBUQUERQUE, 2015).

Da mesma forma como a presença de agricultores ligados às famílias de japoneses será fundamental ao desenvolvimento deste tipo de cultivo na área do município estudado - onde esta atividade ganhará destaque a partir da década de 80 - marcadamente entre as médias e grandes propriedades rurais tauaenses.

Como visto no gráfico 19, a dendeicultura hoje se mostra ascendente em Santo Antônio do Tauá, tornando-se uma forte economia local que abastece duas usinas de processamento deste produto no município. Desta forma, pode-se constatar que o processo de adequação da economia rural deste município tem seguido uma lógica produtiva mais ampla, onde se evidencia as forças de mercado superarem as de subsistência.

Para ilustrar estas constantes mudanças quanto ao padrão produtivo municipal ainda considerando as oscilações de mercado, temos um gráfico com o comportamento de algumas culturas no período em questão, dentre as quais, a pimenta do reino, a banana e a laranja, produtos que, exceto pelo abacate, acompanharam a história de ocupação econômica do território tauaense e que, portanto, possibilitam avaliar as intensas instabilidades vivenciadas neste setor no curso de seu desenvolvimento.

Gráfico 20- Santo Antônio do Tauá- Produção Agrícola: Culturas Permanentes – (T/Ano), 1999/2015

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2017).

Vê-se que nos dez primeiros anos do gráfico, a produção de laranja ocupa o cenário produtivo municipal, sendo os primeiros cinco anos de subida e, os outros cinco de descida. Alcançando o limiar de 2005, encontramos uma subida na produtividade de banana, enquanto a pimenta do reino prossegue de forma inexpressiva, ainda assim superior a cultura do café, este, como se verifica no gráfico 20, permaneceu nas pequenas e médias propriedades durante certo tempo, porém não alcançou o período pós 1990, com o mínimo de relevância. Mas, novamente inserimos no debate da economia tauaense, as características competitivas engendradas pelo mercado, no qual o espaço de atuação, mesmo para os médios e grandes produtores, certamente não é assegurado, se não por meio de grandes dificuldades.

Dessa forma é compreensivo que nos dias de hoje os relatos gerais do quadro produtivo agrícola municipal não sejam animadores, pois em meio aos volumes da agropecuária tauaense, os quais são positivos para muitos itens agrícolas, tem-se o predomínio da produção de médio e grande porte, ficando o agricultor familiar restrito a uma pequena fatia desse total, justamente aquela representada pelas horticulturas (mostrada em gráfico anterior).

Para melhor apresentar tais questões é preciso discutir o quanto da produção agrícola municipal, ligado a pequena propriedade ainda é significativa em Santo Antônio do Tauá, pois como se sabe a introdução da pimenta do reino, reorganizou o uso do território tauaense trazendo, como uma de suas consequências a ampliação das atividades hortifrutigranjeiras.

Como mencionado anteriormente, a repercussão de tal processo se torna mais evidente a partir do contexto de 1980, quando é registrada uma significativa presença das hortaliças entre as pequenas propriedades locais. E, já que a mesma traz notório destaque agrícola para este município na atualidade, tal produção acaba servindo de parâmetro de mensuração justamente

da produtividade familiar, por representar a forma alternativa de reorganização sobre a qual se assentou a reprodução da pequena propriedade tauaense pós 1990.

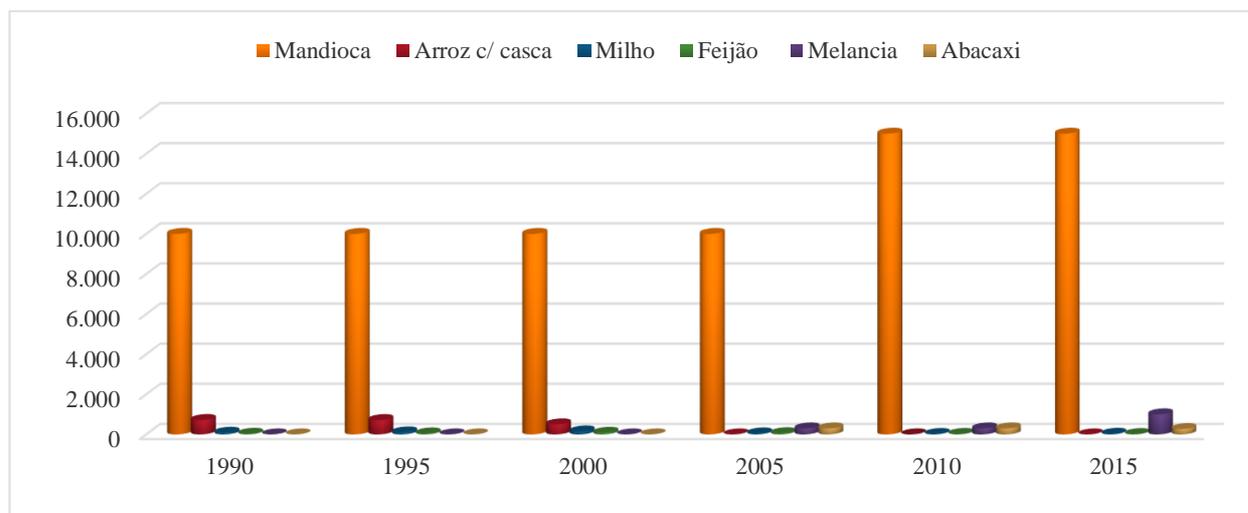
Obteve-se por meio da EMATER - órgão estadual ligado à agricultura - informações acerca da ampliação desta atividade em Santo Antônio do Tauá e, oportunidade em que se ressaltou o seu curto ciclo de desenvolvimento como um dos principais fatores de aceitação pelos pequenos agricultores. Nesta mesma ocasião tal aspecto, foi também, citado enquanto um indício de fragilidade, considerando que nesse mesmo período algumas culturas perenes deixaram, igualmente, de ter relevância, as quais num passado recente, já se constituíram numa das características deste tipo de propriedade.

Pode-se julgar, também, com base nas práticas produtivas envolvidas no manejo das hortaliças tauaenses de hoje, um cenário futuro desfavorável, considerando que as questões técnicas, as quais demandam atenção e acompanhamento especializado, principalmente quanto ao uso de defensivos agrícolas, têm seguido os próprios critérios de muitos destes agricultores. E, segundo se pôde concluir junto a EMATER de Santo Antônio do Tauá, além do hábito pouco rigoroso quanto à aplicação destes produtos, muitos pequenos agricultores oferecem resistência às formas experimentais de substituição dos mesmos por outros menos agressivos.

Frente a tal fato, técnicos desta instituição, alertam para o risco de que este problema possa acarretar no curto e/ou no longo prazo, a perda de mercado consumidor para os referidos produtos municipais, justamente pela repercussão negativa de tais práticas em meio aos atuais compradores destes produtos tauaenses.

Considerando que a olericultura tem se firmado enquanto suporte econômico destes agricultores, tal fato resultaria em uma conseqüente exposição destas famílias a um quadro de retrocesso econômico, já que as mesmas, como se pode ver no gráfico seguinte, progressivamente diminuíram sua relação com algumas culturas de típica ocorrência em propriedades familiar.

Mediante tais observações, os dados (retomados) abaixo detêm grandes possibilidades de avaliação desta realidade vivenciada pela pequena propriedade municipal nos dias recentes. Nele vemos os padrões produtivos familiares bem representativos do panorama observado para o período de descentralização política.

Gráfico 21- Santo Antônio do Tauá, produção agrícola, (T/Ano): culturas temporárias, 1999/2015

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2017).

O processo de declínio da agricultura de pequeno porte verificado em Santo Antônio do Tauá, como mencionado por Pereira (2002), são decorrentes de fatores variados, tais como o enfraquecimento da terra, a falta de recursos próprios e de preços compensatórios para estes produtos no mercado. Em seu trabalho ligado ao referido tema, foram mencionadas tais razões, as quais levaram o pequeno agricultor a adotar culturas de ciclos mais curtos, o que impactou diretamente no padrão agrícola tauaense - questões que estão bem visíveis nos valores representados acima dentro do intervalo de 25 anos.

Pode-se dizer que os efeitos destes fatores propiciaram a adoção de práticas agrícolas que, exigissem menos das condições de desgastes apresentadas pelos solos locais, o que de certo, alavancou a horticultura em Santo Antônio do Tauá, não apenas enquanto uma atividade econômica mais rentável, mas enquanto cultivos adequados às condições de desgaste do próprio solo.

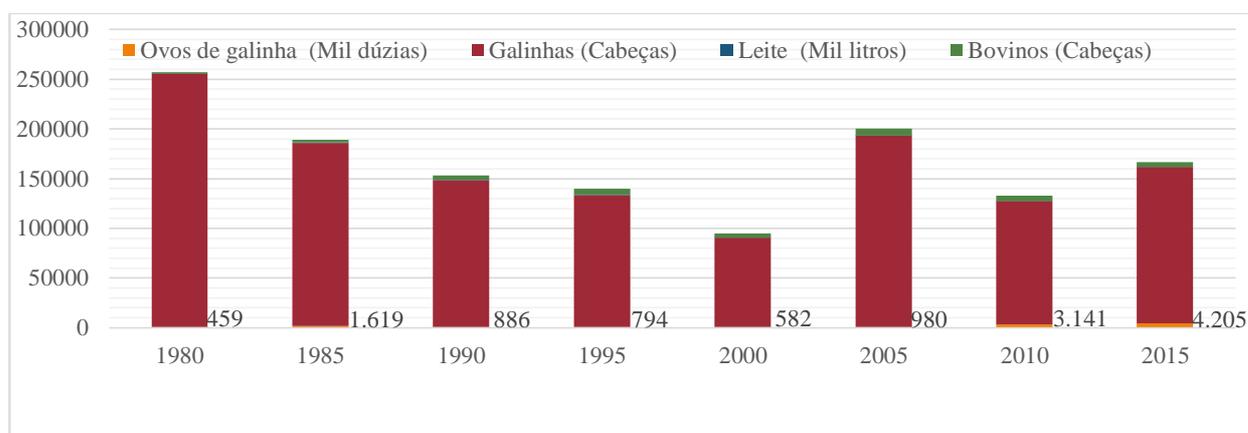
A predominância da mandioca, enquanto uma atividade que se evidencia mais facilmente no gráfico, tanto por seu volume, quanto também pelo crescimento obtido, é a única cultura tradicional de subsistência que persiste e garante lugar relevante nas pequenas propriedades municipais. Os demais exemplares desse grupo, como o arroz, o feijão e o milho, os quais já foram as práticas agrícolas de maior significação para este tipo de propriedades, tiveram pouca representação ao longo do tempo abordado. A melancia e o abacaxi são culturas experimentadas de forma consorciadas nas pequenas propriedades, mas dependem de melhores condições de solo e de orientação técnica, por isso, talvez, não sejam amplamente adotadas nessas áreas, onde já se tem um reconhecido esgotamento dos solos.

Nessa perspectiva, a avaliação possível sobre os fatos em debate, é de que em Santo

Antônio do Tauá ainda se tem hoje uma ocupação territorial amplamente assentada na exploração agrícola, tanto na zona das ilhas como também na área das colônias agrícolas. Porém a despeito desta dependência do setor agropecuário e de seu volume observado, o espaço rural tauaense tem se mostrado incapaz de sustentar uma significativa parcela de trabalhadores, que continuamente recorre à sede municipal em busca de ocupação.

Por outro lado, é possível encontrar certos indícios de crescimento produtivos no setor primário tauaense, a exemplo do que se apresenta no gráfico abaixo.

Gráfico 22- Santo Antônio do Tauá - Produção da pecuária municipal



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2017).

O que se nota com mais nitidez no gráfico é a sobreposição da produção de galináceos desde a década de 1980. Esse volume sofre redução gradativa até o ano 2000, a partir de quando se tem significativa subida, correspondendo a referida gestão municipal. Porém, nos últimos cinco anos do gráfico, o grande destaque fica com a quantidade de ovos produzidos, considerando-se que o mesmo é representado por “Mil dúzias” e que, portanto, equivale a um crescimento expressivo dentro dos últimos anos do gráfico.

De forma resumida, pode-se considerar que os valores acumulados em torno dos itens abordados no gráfico, para o período pós-2000, são de razoável crescimento do setor agropecuário municipal. Porém, não se podem considerar os dados apresentados, tão positivos em termos de repercussão para os padrões familiares de produção, já que estes têm mais relação com o agronegócio municipal.

Por outro lado, os números da olericultura abaixo, seguramente, são bastante animadores aos pequenos produtores locais.

Quadro 3- Santo Antônio do Tauá, desempenho da olericultura municipal

	2006	Produção no estado
Cebolinha, Coentro, Pimenta	5.172 (T/Ano)	1º
Alface, Couve	3.711 (T/Ano)	1º
Caruru	270 (T/Ano)	2º

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2008).

Mediante tais números, pode-se dizer que Santo Antônio do Tauá potencializou o ramo agrícola promissor que já vinha ganhando espaço em seu território há alguns anos, o que se ampliou ainda mais na década de 1990, quando, segundo alguns produtores locais, a zona rural tauaense passou a contar com a participação sistemática da prefeitura por meio de incentivos às suas atividades econômicas.

Ainda de acordo com estes, os dados acima são decorrentes de um período de grande produtividade agrícola da olericultura, mas sua gênese, segundo informações, está relacionada a um período bem anterior à Lei Nº. 572/2009, a qual, como se viu, foi criada para auxiliar o pequeno produtor rural tauaense.

A atuação do poder público naquele período se deu mediante, principalmente, auxílio técnico (pessoal de apoio, maquinários e implementos agrícolas), manutenção de vias de acesso a estas áreas, etc. Justamente o que se tem presente na Lei Orgânica Municipal de 1999, a qual será reforçada mais tarde pela lei de incentivo ao pequeno agricultor (citada acima).

Foi que neste momento que a produção de hortaliças ganhou destaque e se tornou um dos principais itens de exportação municipal, os quais transformaram Santo Antônio do Tauá, num dos maiores fornecedores de folhagens para a CEASA (Centrais de Abastecimento do Estado do Pará), no contexto dos anos 2000 (quadro 3).

E, ainda que os rumos desta atividade, nos anos posteriores, tenham seguido sem as devidas e necessárias condições de assistência, como se viu por meio de relatos provenientes de técnicos da EMATER, esta se definiu enquanto uma prática econômica marcante de uso e ocupação do território municipal, se sobressaindo às demais atividades desenvolvidas pelos pequenos agricultores tauaenses.

Ficou evidente neste trabalho que o território comporta, segundo afirma Souza (2003), elementos resultantes da história, os quais participam da própria organização socioprodutiva dentro das realidades atuais. Este é também, segundo observado por Santos (1996), constituído por heranças e condições potenciais do presente envolvidas numa relação inevitável entre o global e o local. Por isso mesmo não se pode pensar o território sem suas bases concretas de

reprodução, pois enquanto campo de realização social permanente, ele suscita atenção para com as condições herdadas e, no âmbito de suas relações atuais é preciso considerar, também, os efeitos do global enquanto parte dos laços e fluxos econômicos que o envolvem impondo-lhe os desafios, alguns dos quais se tentou discutir neste trabalho.

Quanto ao território municipal de Santo Antônio do Tauá, pôde-se notar que o mesmo está naturalmente recebendo fluxos variados, cujas consequências econômicas se refletem na sua atual organização socioespacial, enquanto resultado de uma lógica de mercado a qual, de modo mais amplo, se faz presente na própria região amazônica.

Assim é que, tanto as bases ribeirinhas, quanto a tradição agrícola de uso e ocupação do território de Santo Antônio do Tauá, são locais onde se verifica os efeitos decorrentes de uma lógica global de produção. Sejam nos resultados que uma pesca de larga escala surtiu na vida das populações aliêuticas, sejam nas consequências que a circulação rodoviária crescente, causou sobre a produção agrícola familiar, na área das colônias municipais.

Por este viés de análise é possível entender como o território é de fato uma abordagem de ampla e real capacidade de alcance quando se trata de compreender as realidades variadas, as quais localmente constituem as bases socioprodutivas de organização. Ainda mais quando das ações do poder público destinadas à gestão de tais demandas.

Como afirma Raffestin (1993), tanto os processos quanto os produtos territoriais estão associados às relações inerentes à vida em sociedade e, estes são os desafios que cabem ao poder público mediante sua atuação enquanto gestor e organizador das políticas no nível local, pois nesse ambiente estão presentes os interesses, segundo o mesmo autor, do próprio trabalhador e do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após mais de 55 anos de emancipação política, o município de Santo Antônio do Tauá, ainda possui uma economia, onde as atividades primárias detêm indiscutível destaque no uso do território. Foi através desta, que se desenvolveu no início do século XX, o principal núcleo populacional às margens da PA-140, o qual mais tarde dará origem a sua sede. Dessa maneira, os estudos territoriais aqui apresentados, tiveram no campo da economia agrária, sua principal base de leitura acerca do processo de sua criação, assim como da análise quanto relação do poder público e sua atuação no âmbito da gestão municipal dentro da acepção da descentralização política estabelecida com a constituição federal de 1988.

Sobre o tema da gestão do território, pode-se dizer que a implantação de políticas públicas em Santo Antônio do Tauá é penalizada pela “falta de continuidade”. Mesmo que exista uma legislação municipal destinada ao setor rural e esta estabeleça parâmetros legais para o uso da terra, não foram encontrados projetos ou programas elaborados efetivamente como intervenção e destinados ao tema agricultura, pelo menos não documentado na secretaria municipal responsável por este setor.

Além disso, pensar o território ou planejá-lo tem sido relegado a um plano secundário em Santo Antônio do Tauá, pois no que se refere ao contingente de suas populações rurais, segundo se constatou, estas têm sido tratadas enquanto questões dissociadas de um contexto geral, já que sem um PDM (Plano Diretor Municipal) não inexistente, de fato, um planejamento sistematizado do uso dos espaços urbano e rural tauaense.

Desse modo, no que se refere às competências comuns relativa à atuação das prefeituras no fomento à produção de alimentos, segundo previsto na CF (a partir de 1989), o que se constatou foi uma política pública sem os devidos instrumentos de gestão para o setor agropecuário municipal.

Sob tal realidade foi que se viu o crescimento da olericultura, em função da qual, também se teve a elevação da dependência econômica dos grupos familiares, em cujas fragilidades detectadas no momento, apontam para uma realidade futura desanimadora.

Mesmo que o número de associações e cooperativas agrícolas existentes possa significar a presença de projetos de fortalecimento das comunidades e, igualmente, de representatividade de suas demandas, estas não possuem a amplitude de uma política territorial municipal de cunho socioeconômico que garanta a realização de melhorias coletivas por meio de suas bases produtivas.

Ainda viu que em lei municipal uma das mencionadas associações seja reconhecida

como de utilidade pública, o que lhe concede alguns benefícios legais enquanto estímulo produtivo, porém, acima de tudo isso apenas discorre sobre a importância desse tipo de organização social em torno das pequenas propriedades agrícolas municipal, mais ainda por necessidade real de iniciativa própria. O que aponta para uma possível reação dos pequenos produtores rurais ao problema da ausência de amparo legal de forma mais ampla, regular e sistematizada por parte da gestão municipal.

Assim, em termos de autonomia administrativa nos quase trinta anos em que se vivencia, no nível municipal, a condição de Ente Federativo, pode-se inferir que a presença de uma gestão pública no processo de planejamento territorial, tem sido pouco efetiva quando se trata de assegurar uma tradição agrícola de caráter familiar em Santo Antônio do Tauá, pois mesmo garantido em lei municipal, pouco se tem efetivado acerca desse tipo de produção.

No entanto, uma fase mais promissora ocorreu entre meados de 1990 e o início de 2000 (oito anos de atuação), portanto, 2 (dois) mandatos, onde foram firmadas parcerias entre a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá, através da Secretaria Municipal de Agricultura e os órgãos estaduais de amparo a este setor. Segundo representantes da EMATER, tal iniciativa surtiu efeitos positivos e significou um grande avanço ao setor rural e às pequenas propriedades tauaenses, o que se configurou no processo de gestão compartilhada mais próximo daquele previsto constitucionalmente.

Quanto às pequenas propriedades, estas não se ampliaram, necessariamente, seguindo a diversificação mencionada em cartografia anterior, o que ocorreu foi a proliferação de culturas de ciclo mais curto, as quais alcançaram e se espalharam no nível municipal numa ocorrência substitutiva à cultura da mandioca e outras espécies perenes. Como o que se observou na zona das colônias agrícolas, onde foi notória a diminuição deste cultivo (mandioca), seguido do crescimento daquelas atividades comerciais, como o dendê e o coco, nas médias e grandes propriedades.

De forma geral, em termos de produtividade agropecuária, o município estudado demonstra ter boa capacidade de reação diante das instabilidades percebidas no mercado para seus produtos, pois de forma simplificada, pode-se notar isto em função de suas boas posições no ranking agrícola estadual. Muito embora se tenha, igualmente constatado que seu crescente incremento demográfico urbano o coloca nos padrões de urbanização de outros municípios de seu porte, na Mesorregião Metropolitana de Belém, a exemplo de Santa Izabel do Pará, Benevides ou Bujaru, o que de certa forma, contraria sua suposta pujança agrícola.

O então, decréscimo populacional no campo tauaense aponta para uma situação, portanto, contraditória, já que em linhas gerais, este é um município cujo setor agropecuário

possui um elevado peso na sua produção anual de riquezas, fazendo mais sentido, assim, que o mesmo demonstrasse menor intensidade em seu êxodo rural.

Se o território se destaca enquanto dimensão de reconhecimento da organização social, onde ocorre cotidianamente sua reprodução econômica, por exemplo, o município corresponde ao recorte onde a atuação política ganha sentido enquanto representante dos interesses locais, já que uma de suas maiores virtudes enquanto Ente Federativo é fazer-se presente, prioritariamente, junto às diversas demandas de seu interesse. Justamente onde a possibilidade de autogestão e auto-organização se mostrou deficiente em Santo Antônio do Tauá, pois durante boa parte do período estudado não foi possível a constatação de uma valorização formal das reais necessidades domésticas dos setores produtivos deste município.

Sendo assim, pode-se dizer, também, que a gestão autônoma tauaense não se preocupou ou foi capaz de atuar de forma mais preventiva, dando conta de uma crescente e visível pressão do mercado sobre o pequeno agricultor. Nesse aspecto é que se pode citar a atual fragilidade agrícola municipal, que tem submetido estes produtores à necessidade de elevar sua dependência cada vez mais ao plantio das hortaliças, por se tratar, principalmente, de uma prática agrícola de curto período de realização.

As comunidades ribeirinhas tiveram neste cenário, tratamento igual, quando se trata de considerar suas condições de reprodução econômica no atual contexto tauaense. Este espaço compõe uma área onde os terrenos são caracterizados por uma intensa drenagem, os quais são frequentemente castigados pela elevada pluviosidade da maior parte do ano, além dos rios que causam danos com frequência às estradas e em especial aos trechos de pontes, o que se tornam obstáculos, dificultando o escoamento de sua produção.

Há de se concluir, portanto, que a maioria das políticas públicas para esta área, não passaram de planos emergenciais esporadicamente realizados e, condicionados a episódios isolados, isto é, sem a perspectiva de integrar uma ação mais ampla de desenvolvimento socioeconômico local. Como se viu anteriormente a ausência de um PDM comprometeu, justamente, a abordagem do território rural tauaense dentro de uma totalidade necessária ao planejamento político de forma integral e mais coerente com suas necessidades.

Por meio de dados do IBGE se pôde verificar anteriormente que os setores econômicos municipais estão distribuídos percentualmente, como os seguintes números de valores agregados: 59% para a agropecuária, 12% da indústria e cerca de 29% atribuídos ao setor de serviços. Portanto, o setor rural tauaense é, de modo geral, o grande produtor de riquezas municipal, mesmo mediante inúmeros indícios de desfavorecimentos ao pequeno agricultor e ao produtor familiar.

Porém, ao confrontar os padrões produtivos tauaenses referentes aos dois grandes períodos aqui analisados, o que se constatou, como já mencionado, foi a elevação de algumas culturas, enquanto outras decaíram abruptamente, num processo de contínua adequação ao mercado. E, no interior destas dinâmicas, igualmente concluiu-se que a atividade agrícola familiar municipal foi encontrando alternativas de auto-sustentação no limite de suas possibilidades, condição em que se julga encontrar no contexto mais recente (2017).

Assim, quando se trata de reverter a condição de Ente Federativo em favor das realidades socioprodutivas locais, favorecendo as condições territoriais contidas em suas fronteiras, Santo Antônio do Tauá, encontrou notórias limitações no que confere ao poder público e o seu atributo legal de atuar enquanto gestor e organizador de políticas territoriais.

Esta tentativa de compreensão do território rural de Santo Antônio do Tauá possibilitou, além de outros, constatar a ocorrência de dinâmicas variadas, muitas das quais se abstraiu por meio da evolução de sua cartografia de uso e ocupação, assim como através dos padrões produtivos constatados aí, por meio de números, desde a década de 1970, ao início do século XXI. Entre estes se destacam as formas de reação dos pequenos produtores municipais, ligados a olericultura, presentes tanto na área das colônias agrícolas quanto zona das ilhas, além das associações, a exemplo daquela que obteve seu reconhecimento em 2009, por meio de lei municipal que lhe concedeu o título de utilidade pública.

Neste ambiente de reorganização das pequenas atividades agrícola tauaense se tem relatos da presença das ervas aromáticas, produção orgânica e outras culturas, tal como a maniçobeira experimentada a mais de três anos em algumas comunidades insulares, onde também se introduziu com êxito, espécies voltadas a maior produtividade de mandioca.

Concluiu-se igualmente que, como já dito, a capacidade de, pelo menos se manter no campo, exercendo alguma atividade econômica de regular ou eventual possibilidade de comércio e/ou de subsistência, tem sido para alguns pequenos produtores tauaenses, em grande parte, mérito de seu esforço e persistência somado a uma expectativa de dias melhores.

Mas, as lacunas deixadas pelo poder público municipal na gestão econômica deste setor, como detectado até o momento, não significa uma inevitável rota de derrocada para a economia primária tauaense. Muitas possibilidades se mostraram ao longo desta pesquisa, contidas nas iniciativas econômicas mencionadas e/ou nas próprias características naturais de Santo Antônio do Tauá, seja na sua área insular ou no espaço das colônias agrícolas.

Outras considerações (finais) sobre algumas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico tauaenses

Ainda que sem os detalhamentos técnicos necessários para tal, assim como sem a pretensão de esgotar todas as reais possibilidades, apresentar-se-á alguns espaços e/ou setores municipais que podem ser vistos enquanto perspectiva econômica, os quais representam de alguma forma um potencial de desenvolvimento local, inclusive considerando o circuito de relações tauaense com a região metropolitana de Belém do Pará.

Para tanto, se considera algumas informações colhidas junto aos órgãos consultados, além daquelas já obtidas por meio de outras abordagens em campo ao longo deste trabalho. Mesmo que certos investimentos, projetos ou outras iniciativas quaisquer, sejam consenso geral, por estarem na origem de certos problemas comuns nas duas zonas de ocupação tauaense, algumas poderão ser argumentadas baseadas em necessidades diretamente ligadas aos aspectos geográficos particulares dentro do território municipal.

Deste modo, esta abordagem começa pela zona das ilhas, onde existe a possibilidade de instalação de uma fábrica de gelo junto à área litorânea do distrito de São Raimundo de Borralhos. O qual, por meio de fontes locais foi constatado se tratar de uma reivindicação antiga, sendo que este projeto, segundo se pôde apurar, se encontra em fase estudos e poderá fortalecer (reaquecer) a atividade pesqueira nesse ambiente.

Ainda no mesmo espaço, como já citado, tem crescido a produção de biomassa de espécies vegetais destinada à culinária regional e, esta atividade vem servindo de alternativa econômica para muitas famílias de pequenos agricultores, os quais também por meio da mesma entidade de apoio agrícola puderam aumentar sua produtividade de farinha através da introdução de espécie e de manejo mais adequado.

Considerando estes resultados é possível deduzir que existem possibilidades de se desenvolver nesta área, formas de alcançar o mercado local e sub-regional através de uma produção agrícola menos dependente de condições de fertilidade do solo. Do mesmo modo, a recuperação do potencial pesqueiro de tais comunidades pode significar a manutenção de sua capacidade de reprodução social resguardando uma base econômica tradicional de subsistência dentro deste ambiente.

Além das possibilidades mencionadas, ainda existe o extrativismo e a fruticultura, dos quais o comércio, em especial da polpa, pode ser transformada em um negócio rentável se este for conduzido por uma condição técnica adequada de manejo e comercialização. O açaí vem ganhando destaque e, em muitas comunidades, seu cultivo poderá elevar a produtividade nesta área do município. Para tanto, as condições de escoamento da produção insular precisam ser

asseguradas e, este é um setor onde o poder público se faz necessário, requerendo mais uma vez, a adoção de princípios de participatividade social e de fomento à produção de alimento como assegurado pela Constituição Federal.

Quanto à área das colônias agrícolas, estas vivem hoje um quadro similar, no que se refere às condições gerais encontradas no nível da pequena agricultura municipal, porém em termos de reflexos das dinâmicas socioprodutivas vivenciadas no território, este espaço de tradição agrícola foi aquele que mais percebeu a perda de sua base de subsistência.

Os fluxos econômicos que acrescentaram por meio da PA-140, numa progressiva circulação proveniente dos centros produtores regionais e nacionais, portanto, concorrência às culturas locais, foram os indutores que mais frequentemente contribuíram para o desmonte da produção familiar, da forma como se viu aqui, no referido espaço tauaense.

Muitos relatos locais dão conta de que as dificuldades à manutenção de suas terras levaram inúmeros pequenos agricultores a vender suas propriedades aos médios e grandes produtores, em especial, japoneses, os quais regularmente, sempre detiveram maior capacidade de lidar com as transformações impostas ao setor agropecuário tauaense, como se repete em outras realidades sob dinâmicas similares.

Hoje as estradas vicinais que se estendem a partir da PA-140 e, adentram a porção leste das terras de Santo Antônio do Tauá, as quais em suas origens serviram ao propósito colonizador desta área, carregam atualmente similar atributo no seu papel de articular a produção local ao mercado consumidor da região metropolitana de Belém.

Embora as variedades hortifrutícolas dos tempos recentes, não respondem em importância ao que estas já representaram no passado dentro do processo de ocupação e formação do território do referido município, mas a despeito de todas as adversidades já mencionadas, a zona agrícola em questão é um forte setor socioprodutivo tauaense.

Esta realidade municipal exposta, corresponde a toda uma herança histórica de um espaço que nasceu e se organizou em sua porção continental, por meio das referidas rotas terrestres, por onde além de fluxos de pessoas, também chegaram as possibilidades de comércio que até hoje se mostram importantes ao setor produtivo tauaense.

Nesse sentido, medidas de caráter mais imediato, como a manutenção permanente das referidas vias de escoamento, igualmente se fazem necessárias, assim como também os investimentos para o curto, médio e o longo prazo, dentre os quais, se pode citar aqueles de âmbito mais técnicos referentes ao manejo produtivo associado ao controle de pragas.

Segundo algumas fontes consultadas a introdução de espécies de culturas melhoradas, mais adequadas às condições naturais do espaço em questão e com maior aceitação no mercado,

poderiam se tornar alternativas viáveis a estas terras já desgastadas, onde atualmente se sobressai a olericultura.

Sobre este tema foi citado ainda durante conversas com funcionários da Emater, certo projeto de introdução de tomateiros em algumas pequenas propriedades, ainda de caráter experimental, mas que pode se tornar uma nova proposta econômica real e, abrir possibilidades agrícolas de recuperação da capacidade de atuação do produtor familiar destas localidades.

Para outros (servidor aposentado da Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural - Emater) a maior viabilidade seria mesmo a retomada de investimentos no cultivo de mandioca através de uma assistência técnica quanto aos problemas básicos para essa área relativa ao empobrecimento do solo.

Assim, de forma resumida, buscou-se apresentar a economia de Santo Antônio do Tauá como parte de um conjunto de outras unidades administrativas, que dentro de uma mesma realidade amazônica de ocupação e organização atual de seu espaço, busca sua inserção ou sua manutenção no circuito econômico onde a capital do estado ainda representa o grande centro sub-regional. Sob tal aspecto, esta inserção não é de fato uma opção apenas, pois a partir deste núcleo ou rede urbana de onde se originou grande parte de sua população e, portanto, de sua própria fundação, ocorrem as articulações que obstante determinam suas principais dinâmicas socioeconômicas, contexto no qual também precisam se dar estas reorganizações produtivas locais.

E, diante deste conjunto, também se faz necessário planejar e criar condições de desenvolvimento local, considerando-se a necessidade de assimilação dos inevitáveis impactos provenientes de uma lógica de mercado, o qual é representado, em parte, pelos fluxos globais que se reproduzem localmente de forma contínua. Daí, portanto, o papel indispensável de uma gestão pública voltada ao território no sentido de reconhecer e atuar em suas particularidades de forma mais significativa, assistindo, por exemplo, aos potenciais mencionados.

Enfim, as responsabilidades que versam sobre as prefeituras e as tornam detentoras das políticas públicas destinadas a uma ampla e diversificada realidade territorial e, que aqui se exemplificou por meio da abordagem de um pequeno município do Nordeste paraense, serviu para compreender, que entre outras coisas, estas não serão cumpridas sem antes ocorrer intensa cobrança e participação popular. Pois os desafios que se colocam cotidianamente a estas gestões, não são apenas aqueles derivados do conjunto de relações que se estabelecem no interior de suas fronteiras enquanto parte do campo de complexas contradições provenientes da história de reprodução local do capital, são de fato, articulações globais que a estas se mesclam para lhes atribuir novo sentido (SANTOS, 1996).

Os municípios são áreas de ocorrência de constantes dinâmicas territoriais e como demonstrado por Raffestin (1993), estas são marcadas por forças estruturais e conjunturais, com consequentes rebatimentos locais; daí a carga que precisou ser dividida, por meio da descentralização política, com as unidades territoriais menores, já que as mesmas se tornaram obstáculos ao próprio estado centralizado. Com efeito, as implicações desses rearranjos mais amplos se manifestaram no nível municipal de administração impondo-lhes inúmeros desafios, cujos rebatimentos se estudou aqui no nível do território rural de Santo Antônio do Tauá, nordeste do estado do Pará, a 53 km da capital Belém.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, R. Os municípios e os desafios da federação no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 3-10, 1996.
- ALVES, F. de A. A. Autonomia Municipal e interesse local como parâmetros a competência legislativa dos municípios. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. Ano, v. 4, n. 5, p. 4-5, 2004.
- DO BRASIL, Governo Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília, Senado Federal**, 1988. 292 p. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao>. Acessado em: 08/ nov. 2017.
- BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. **Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília, DF: IICA, 1999.
- CAMPANONE, M. C. Gerente municipal: um profissional da gestão local. **O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS**, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima–CEPAM, ED. ESP, 1999.
- DE CASTRO, I. E. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.
- BRASIL, Cidades. Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. 2004.
- CIGOLINI, Adilar Antônio. Território e criação de municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 25, 2012. Disponível em: <www.geografia.ufpr.br/raega/>. Acessado em 13/11/2016.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.
- DAVIDOVICH, F. Poder local e município, algumas considerações. **Revista Geográfica**, n. 115, p. 27-36, 1992.
- DIOGO, J. D. (Org.). Gestão Pública, Município e Federação. **Editores UFRGS**. Porto Alegre 2015.
- DOWBOR, L et al. O poder local diante dos novos desafios sociais. **O Município no Século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1999.
- _____, L. O que é Poder Local? Edição revista e atualizada em 2016. Ed. Ética, Imperatriz, MA. 2016.
- ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 3, p. 527-555, 1961.

ESPINOSA, M; SOARES, W. D. O Município na Constituição de 1988. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Disponível em: <semanaacademica.org.br/artigo/o-municipio-na-constituicao-de-1988>. Acessado em: 20 de ago. de 2013.

FERRAZ, D. S. & SOUSA, T. C. de. Autonomia Municipal Fundamental: **O Poder Local na Efetivação de Direitos Sociais no Brasil**. Publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

FISCHER, T. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 4, p. 105-113, 1992.

IBGE, **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. p. 18. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acessado em 19/12/2017.

_____, IBGE, **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/paic/conceito.shtm>>. Acessado em: 05/02/2017.

PRODANOV, C. C; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Zahar, 2002. In. <https://slidebr.com/download/giddens-anthony-modernidade-e-identidade_59_e_df847d64ab2bd200b354a_pdf>. Acessado em 01. Mai. 2017

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Univ of Virginia Pr, 1973.

HAESBAERT, R. Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade. **Porto Alegre**, Set. 2004. In. <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acessado em 01. Mai. 2017.

DOS SANTOS JÚNIOR, O. A. Democracia, desigualdades e governança local: dilemas da reforma municipal no Brasil. **Cadernos MetrÓpole**, n. 08, p. 87-103, 2002.

PACHECO, R. S. et al. **Administração pública gerencial: desafios e oportunidades para os municípios brasileiros**. O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima–CEPAM, ED. ESP, 1999.

JÚNIOR, S. G. R. O Município no Século XXI: Cenário e Perspectivas. Municípios e Desenvolvimento. (Gestão Estratégica do Município). **CEPAM/30 anos**. São Paulo 1999.

LEANDRO, L. M. de L; SILVA, F. C. da. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, 2012.

LEITE, C. K. da S. & FONSECA, F. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Impasses da Descentralização pós -1988. In. **Organizações & Sociedade**, - **portalseer.ufba.br**, 2011.

LOREIRO. V. R. Os Parceiros do Mar. Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia. São Paulo: **Unicamp**, 1985. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

MARQUES, R. M. O Município no Século XXI: Cenário e Perspectivas. O Lugar do Município em Tempo de Globalização. Questionamento dos Sistemas de Proteção Social Centralizados. (Desenvolvimento Econômico e Social). **CEPAM/30 anos**. São Paulo 1999.

MARTINS, V.; LUQUE, C. A. O Município no Século XXI: Cenário e Perspectivas. O papel dos Municípios no Desenvolvimento Econômico. (Desenvolvimento Econômico e Social). **CEPAM/30 anos**. São Paulo 1999.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; VALE, L. A. Polarização Socioespacial e Desenvolvimento Municipal no Sudeste Paraense. **O Exemplo de Tucumã**. NUMA, Belém, Pará 2011.

NASCIMENTO, A.A. C; ALBUQUERQUE, J. O território camponês e agronegócio do Dendê na Agro Vila Santa Terezinha, Castanhal-PA. **Universidade Estadual do Pará**, 2015. (Trabalho de Conclusão de Conclusão em Curso em Geografia).

DE OLIVEIRA, F. J. G. Território, Estado e Políticas Territoriais: análise das políticas de gestão do território e da recente expansão/reconcentração econômica nos espaços metropolitanos. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 18, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/novo.htm>>. Acessado em 01. Mar. 2017.

PACHECO, R. S. O Município no Século XXI: Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros. (Gestão Estratégica do Município). **CEPAM/30 anos**. São Paulo 1999.

PALHETA, I. G. V. O Uso da terra em Tauá – Vigia, Estado do Pará. vol. I. **Instituto de Geografia**, São Paulo, 1980.

_____, I. G. V. O Uso da terra em Tauá – Vigia, Estado do Pará. vol. II. **Instituto de Geografia**, São Paulo, 1982.

PEREIRA, C.L.O. Viabilidade dos sistemas agroflorestais dos agricultores familiares do município de Santo Antônio do Tauá (Pará). **Belém: UFPA**, 2002.

PIRES, M. C. S. Autonomia municipal no Estado brasileiro. **id/496874**, 1999.

PORTAL G1. Experiência com manicobeira estimula visita de chefs em Tauá. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/05/experiencia-com-manicobeira-estimula-visita-de-chefs-em-taua.html>>. Acessado em 02.03.2017.

RAFFESTIN, C. Pour une Géographie du Pouvoir. **Paris: Ed. Litec**, 1980.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. CUP Archive, 1986.

_____, Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico municipal: projeto de planejamento e de

política pública de um município brasileiro. **Planejamento e políticas públicas**, v. 1, n. 32, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/15/282>. Acessado em 10.04. 2017.

ROCHA, G. de M. A dinâmica de centralização e descentralização política e administrativa e a revisão da malha territorial municipal da região norte do Brasil (1988–2010). **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 22, 2014.

_____, G. de M.; MAGALHÃES, S. B.; TEISSERENC, P. Territorialidade de Desenvolvimento e Ações Públicas. Belém, **EDUFPA**, 2009.

SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, Lei Municipal 572-(2009). Câmara Municipal - Santo Antônio do Tauá-Pa: Disponível em: <http://www.camarasat.pa.gov.br/>. Acessado em 07. Jul/2017.

_____, Lei Municipal 573-(2009). Câmara Municipal - Santo Antônio do Tauá-Pa: Disponível em: <http://www.camarasat.pa.gov.br/>. Acessado em 08. jul/2017.

_____: Lei Orgânica Municipal. Sala das Sessões da Câmara Especial de Santo Antônio do Tauá-Pa, em 4 de abril de 1990. Disponível em: <http://www.camarasat.pa.gov.br/>. Acessado em 06. Out/2017.

SANTORO, P.; PINHEIRO, E. O planejamento do município e o território rural. **São Paulo: Polis**, 2004.

_____, P. Apud: FARIA, L, A, da S. O Papel do Plano Diretor no Desenvolvimento Municipal. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública**. Maringá, PR. 2011.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record**, 2001.

SANTOS, M. "Espaço e Método. 1. reimpr." São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (2012).

_____, M. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. **Espaço e Método**, v. 5, p. 67-79, 1985.

_____, M. Metamorfoses do espaço habitado. **São Paulo: Hucitec**, v. 4, p. 136, 1988.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular**, p. 73-94, 2009.

SILVA, F. C da; SILVA, L. de J. M. da. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. **NAEA (Núcleo de Estudos Amazônicos)**, v. 226, p. 1-22, 2008.

DA SILVA, M. Poder local, ideologia e representações sociais. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 13, n. 2, 2014.

SOBRINHO, M. de O. F. Municípios e Descentralização. D.A.S.P. - **Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional**. São Paulo 1966.

SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, p. 319, 2013.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2008.

TEIXEIRA, E. C. Participação Popular e Poder Local Um Exercício de Cidadania. **Cad. CRH. Salvador**, n.18, p.49-76, 1992.

VAINER, C. B. Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR**, Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002.

VALVERDE, O; DIAS, C. V. **A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

WESTPHAL, M. F; ZIGLIO, E; CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. Políticas públicas e investimentos: a intersectorialidade. In: **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. CEPAM, 1999. p. 111-21.